CIRO JOSÉ TOALDO

O NOVO SINDICALISMO E A MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL SUL-MATO-GROSSENSE:

Avanços e Rupturas (1979/1992)

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

CIRO JOSÉ TOALDO

O NOVO SINDICALISMO E A MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL SUL-MATO-GROSSENSE:

Avanços e Rupturas (1979/1992)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Valentim Biasotto.

Dourados - 2003

CIRO JOSÉ TOALDO

O NOVO SINDICALISMO E A MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL SUL-MATO-GROSSENSE: Avanços e Rupturas (1979/1992)

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, _____ de_____ de _____.

DADOS CURRICULARES

CIRO JOSÉ TOALDO

NASCIMENTO 29/11/1962 – CAPINZAL/ SC

FILIAÇÃO Brenno José Toaldo

Romilda Dambrós Toaldo

1988/1991 – Curso de Graduação em História

Universidade do Oeste Catarinense, UNIOESC

1994 – Curso de Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Superior, nível de Especialização, nas Faculdades Integras de Fátima do Sul.

1999 - Curso de Pós-Graduação em Didática, nível de Especialização, na Faculdades Integradas de Fátima do Sul.

RESUMO

Este trabalho acompanha a história da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul - FETEMS, sucedânea da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul – FEPROSUL, com ênfase nos anos de 1979 a 1992. A **primeira parte** procurou situar a trajetória da Federação no quadro geral da caracterização dos movimentos sociais no Brasil, na década de 70, buscando a essência dessas mobilizações com caráter combativo, grevista e com a participação da base a que representam. Essas características, também presentes nas mobilizações dos professores sul-mato-grossenses, levam o movimento sindical brasileiro a forjar sua identidade, experimentando uma nova fase. Pelo impacto da novidade ou pela densidade do movimento sindical, essa modificação foi reconhecida pela imprensa e pela literatura especializada como Novo Sindicalismo. A **segunda parte** ressaltou o ideário das mobilizações dos professores, quando a Associação da Capital do Estado foi impedida pelo grupo do interior de ser transformada em entidade estadual. Após o encerramento desse importante embate, foi fundada a FEPROSUL e intensificado o movimento reivindicatório. Entre 1979 a 1992, o recrudescimento dos atos governamentais contrários ao magistério levam a categoria a deflagrar a 9 greves, num total de 214 dias de paralisação. A **terceira parte** procurou enfatizar as rupturas dentro das mobilizações dos professores e o distanciamento das práticas do novo sindicalismo. A permanência de um mesmo grupo no comando da Federação, desde 1983. Dessa forma resulta uma instauração do 'profissionalismo sindical', levam a um recuo das mobilizações e o afastamento das bases dos movimentos sindicais. Essa situação repercute nos municípios, como no caso de Dourados.

ABSTRACT

This work accompanies the history of the Mato Grosso do Sul Education Workers Federation - FETEMS, originated from the Mato Grosso do Sul teachers Federation - FEPROSUL, with emphasis the years from 1979 to 1992. The first placed the Federation trajectory in the general chart of the social events in Brazil in the 1970s, searching these activities essence with an opposing and striker character which counts on the participation of the base they represents. These characteristics are also present in the Mato Grosso do Sul teachers activities and lead to an important part of the Brazilian union movement to plan their identity or try on new phase, by the news impact or by the union Activity strong meaning, this changing was recognized by press and by specialized literature as New Trade Union. The second part stood out the teachers Activities Plans when the Capital state Association was blocked of becoming a State Entity the interior groups. After this important resistance ending. FEPROSUL was founded and the claiming movement was strengthened . Between 1979 and 1992, the government acts got worse and le d the category to provoke 9 strikes, staying 214 days out of work.. The third and fourth parts emphasized the activities rupture and the new trade union practices removal, keeping the same Federation command group, since 1983, followed by the 'union professionalism', up, which removed the union base category activities. This situation echoes to another towns, such as Dourados case.

D E D I C A T Ó R I A

À Deus por ter me dado força para concluir este trabalho.

À minha esposa Marly e aos meus filhos Paulo Henrique e Ana Cláudia pela paciência, compreensão e ajuda nos momentos difíceis.

Ao Orientador Professor Dr. Wilson Valentim Biasotto pela valiosa ajuda tornando possível a realização desse trabalho.

Aos meus pais Brenno José e Romilda pelo incentivo.

Às minhas colegas e companheiras Cleuza Campos e Dagmar Santelli pelo apoio e pela disponibilidade para a execução desse trabalho.

À comunidade naviraiense (MS) e capinzalense (SC) pelo incentivo

Aos professores que lutam toda a vida – vocês são imprescindíveis para o movimento sindical.

A G R A D E C I M E N T O S

Aos professores João Carlos e Alair pela valiosa contribuição na Qualificação.

Aos docentes do Departamento de História, baluartes do Mestrado em História do CEUD: Cláudio Vasconcelos, Paulo Cimó, Osvaldo Zorzato, Jorge Eremites, Wilson V. Biasotto, Nanci Leonzo, Marina Venceslau e Rosana pelo abnegado compromisso com a História e por transmitir, não apenas conhecimento e a experiência profissional, mas sobretudo, pela amizade, companheirismo e o bom convívio no transcorrer desses anos.

Aos meus colegas de turma, de modo especial ao Sérgio Alvares, de Maringá, pela amizade e Walteir Betoni, pelo apoio e presteza em nosso trabalho.

Aos meus colegas de trabalho da Gerência Municipal de Educação e das escolas de Naviraí, pelo incentivo e apoio.

Ao Padre Carlos, Tânia Afonseca, Ivolim Monteiro, Jota Oliveira, Ademir Belotto, Sérgio Gracia e José Hélio pela força e solicitude.

Aos colegas e companheiros de Sindicato: Edmilson e Maria (FETEMS); Brumatti, Admir e Lucilene (SIMTED/Dourados); José Carlos, Arilton e César (SIMTED/Naviraí) pela ajuda na coleta de material e pela atenção.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudo que contribui para a realização desse trabalho

Aos entrevistados que com paciência e tranqüilidade concederam informações importantes para a realização dessa pesquisa.

Às colegas Cleusa M. Sarturi Pereira e Genesi C. Lucnezuck Ferrari pela ajuda na correção do trabalho.

QUEM É O SINDICATO

Bertolt Brecht

“Ele fica sentado em casa.
Com telefone?
Seus pensamentos são secretos?
Suas decisões são desconhecidas?
Quem é ele?
Nós somos ele: você, eu, vocês, nós todos.
Ele veste sua roupa.
Companheiro, pare e pense com sua cabeça.
Onde mora é a casa dele, e
Quando você é atacado ele luta.
Mostre-nos o caminho
Que devemos seguir
E nós seguiremos com você.
Mas não siga sem nós.
O caminho correto.
Ele é, sem nós, o mais errado.
Não se afaste de nós.
Podemos errar e você ter razão.
Portanto, não se afaste de nós!
O caminho curto é melhor.
Que o longo. Ninguém nega.
Mas, quando alguém o conhece.
E não é capaz de mostrá-lo a nós.
De que nos serve a sabedoria?
Seja sábio conosco!
Não se afaste de nós”.

SUMÁRIO

RESUMO 04

ABSTRACT 05

LISTA DE FIGURAS/FOTOS.....10

LISTA DE TABELAS.....11

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS.....12

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO I 19

CAPÍTULO II 68

CAPÍTULO III 120

CONCLUSÃO 157

BIBLIOGRAFIA 161

Anexos 169

LISTA DE FOTOS E FIGURAS

Foto 01 – Assembléia dos Metalúrgicos no Campo da Vila Euclides 153
Foto 02 – Manifesto dos Metalúrgicos 153
Figura 01 – Ilustração do Jornal Quadro Verde de outubro de 1986 154
Foto 03 – Passeata em Campo Grande - 27/05/81 154
Foto 04 – Concentração da Passeata em Campo Grande - 11/11/87.....155
Foto 05 – Grande Passeata em Campo Grande – 11/11/87 (dois momentos) 155
Foto 06 – Protesto contra Marcelo Miranda Soares – fevereiro de 1991.....156
Foto 07 – Tomada e ocupação da Governadoria em 14/02/91 156

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição de renda no Brasil 25
Tabela 02 – Principais greves dos professores da rede públic a estadual (1979/92).....119
Tabela 03 – Número de filiados da FETEMS 125
Tabela 04 – Presidentes da ADP/SIMTED/DOURADOS 131
Tabela 05 – Presidentes da FEPROSUL/FETEMS 178
Tabela 06 – Titulares do Governo de Mato Grosso do Sul 186

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABC = Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

ABCD = Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema

ACP = Associação Campograndense de Professores

ADP = Associação Douradense de Professores

AI = Ato Institucional

AI-5 = Ato Institucional Número Cinco - Editado em 13/12/1968.

AMP = Associação Mato-Grossense de Professores

AMPPP = Associação Mato-Grossense de Professores Primários

ANAP = Associação Nova Andradinense de Professores

ANDES = Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

APBM = Associação Paranaibense do Bolsão Mato-Grossense

APA = Associação de Professores de Aquidauana

APC = Associação de Professores de Corumbá

APEOESP = Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

APMS = Associação de Professores de Mato Grosso do Sul

APN = Associação de Professores de Naviraí

APP = Associação Ponta-Poraense de Professores

ARENA = Aliança Renovadora Nacional

ASMP = Associação Sul-Mato-Grossense de Professores.

ATP = Associação Três Lagoense de Professores

CBA = Comitê Brasileiro pela Anistia

CEUD = Centro Universitário de Dourados

CGT = Central Geral dos Trabalhadores

CIPLA = Nome fantasia da indústria de plásticos e derivados do grupo Hansen (Joinville/SC)

CLT = Consolidação das Leis do Trabalho

CNPq = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONCLAT = Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CPB = Confederação dos Professores do Brasil

CPPB = Confederação dos Professores Primários do Brasil

CPDOC = Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

CUT = Central Única dos Trabalhadores –:

DASP = Departamento de Administração do Serviço Público

DESEP = Departamento de Estudos Sócio-Economicos e Políticos

DIEESE = Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Economicos

DOI-CODI = Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS = Departamento de Ordem Política e Social

DO = Diário Oficial

DREC = Delegacia Regional de Educação e Cultura

ERPE = Edifício das Repartições Públicas Estaduais

FEPROSUL = Federação de Professores de Mato Grosso do Sul

FETEMS = Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul

FGTS = Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FGV = Fundação Getúlio Vargas

FIESP = Federação das Industrias do Estado de São Paulo

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPC = Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPCN = Índice de Preços ao Consumidor

IPEMAT = Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso

LSN = Lei de Segurança Nacional

MDB = Movimento Democrático Brasileiro

MG = Minas Gerais

MR-8 = Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OPEP = Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OSM-SP = Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

PC DO B = Partido Comunista do Brasil

PCB = Partido Comunista Brasileiro

PCM - Plano de Carreira do Magistério

PIB = Produto Interno Bruto

PDT = Partido Democrático Trabalhista

PFL = Partido da Frente Liberal

PM = Polícia Militar

PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD = Partido Social Democrático

PSDB = Partido da Social Democracia Brasileira

PT = Partido dos Trabalhadores

PTB = Partido Trabalhista Brasileiro

PUC = Pontifícia Universidade Católica

SAD = Secretaria Estadual de Administração

SAMPROSUL = Seminário das Associações Municipais de Professores de Mato Grosso do Sul

SDRH = Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos congregava as Fundações de Saúde, Esporte, Educação e Cultura.

SIMTED – Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação

SNI = Serviço Nacional de Informação

SP = São Paulo

TIGRE = Nome fantasia da indústria de tubos e conexões do grupo Hansen (Joinville/SC)

UDN = União Democrática Nacional

UFMS = Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

URP = Unidade de Referência de Preços

USP = Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

"Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis."
Brecht (1898-1956)

O capitalismo, ao estabelecer-se como sistema econômico, promoveu uma divisão social: de um lado gera a classe dos trabalhadores assalariados - sem os meios de produção, desprovida dos direitos sociais humanos, vivendo num mundo de exploração e miséria -; e, de outro lado, a classe capitalista, detentora de todos os meios de produção que permitem manter a constante exploração do trabalho. Entretanto, essa classe que vive do trabalho para driblar as imposições desse sistema, busca nas mobilizações reivindicatórias capitaneadas pelas organizações sindicais de suas categorias, as formas necessárias para ter seus direitos garantidos. Nesse sentido, podemos enfatizar, segundo *Karl Marx*, que as origens do sindicalismo estão intrinsecamente condicionadas ao *capitalismo que se por um lado concentra, os meios de produção, por outro concentrou e disciplinou os trabalhadores* (1980, p.09) E, o discípulo de Marx, Lênin, ao falar da necessidade de se fundar o sindicato (concentrar/disciplinar) dos operários agrícolas da Rússia diz: *A primeira tarefa de cada um desses sindicatos deve consistir em melhorar a situação daqueles que vendem sua força de trabalho às empresas agrícolas, conquistar salários mais elevados, melhorar os locais de trabalho, a alimentação etc.* (1961, p.262).

No Brasil, esse sistema de exploração também se fez presente, levando os trabalhadores a concentrar e disciplinar sua luta de classe [1]. No setor da educação, segundo Monlevade, embora a organização dos professores seja datada anterior à década de 1960, é nesse período que ocorreu a criação da *entidade nacional*, a CPPB - Confederação dos Professores Primários do Brasil. É nesse que a categoria tem diminuição dos salários e começa a lutar para romper com a idéia de que o magistério deve ser exercido como sacerdócio e lutar também para desfazer o preconceito criado por parte dos próprios

professores, de não aceitar a condição de que eram assalariados (2000, p.45). Na busca e no anseio de sanar esses problemas, crescem os movimentos reivindicatórios advindos da união do magistério.

Iniciou-se este estudo, buscando um embasamento teórico para a prática desenvolvida na mobilização dos professores, com a consciência de que, em se tratando de uma categoria de trabalhadores assalariados, seria razoável que se buscassem identificações com outras categorias assalariadas, fossem elas do setor público ou privado. Foi o que se objetivou no primeiro capítulo dessa dissertação, não com a preocupação de querer enfatizar que o movimento do magistério público da rede estadual sul-mato-grossense fosse caudatário de quaisquer modelos, mas para incluí-lo no conjunto das mobilizações nacionais, a exemplo dos metalúrgicos do ABC paulista, que em suas relações sindicais, demostravam que os movimentos reivindicatórios deveriam ser exercidos com maior combate, *recorrendo a greves, tendo uma plataforma de lutas definidas pela base da categoria, admitindo que seus líderes fossem escolhidos através de eleições e que, em última instância, questionavam os próprios limites do Estado* (MANGABEIRA, 1993, p.15). Trata-se, portanto, de enfocar uma conjuntura nacional, não restrita aos assalariados do setor privado da economia, mas que abrange também o setor público e, por via de conseqüência, os professores, não apenas os de Mato Grosso do Sul, mas de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba e Rio de Janeiro, conforme constatou-se em vários trabalhos acadêmicos referenciados na Bibliografia deste trabalho.

No final do primeiro capítulo, foram apresentados alguns pressupostos de conceitos desse Novo Sindicalismo, pois, ao enfatizar-se o 'Novo', não se pode esquecer de que nos trâmites do processo histórico da classe trabalhadora, de uma forma ou outra buscou-se formas de organização e resistência.

No segundo capítulo, buscou-se ressaltar que na mobilização dos professores em Mato Grosso do Sul, embora houvesse garra e mobilização do magistério, houve o rompimento com o antigo modo de fazer sindicato percebendo-se, portanto, que o Novo Sindicalismo está presente nessa categoria. No tocante ao ideário do movimento do magistério, várias conquistas foram obtidas, ressaltando-se as greves realizadas no período de 1979-1992. Dentre as 'vitórias' que os professores conseguiram, destacamos:

---

[1] Cf. Em HOBSBAWM (1987, p.35-55).

1) a rápida regulamentação legal que os professores obtiveram no curto governo de Harry Amorim Costa, reconhecendo a legítima organização do magistério, uma vez que antes mesmo desse governador assumir o poder, constantemente recebia "Cartas" com veementes apelos para solucionar a difícil situação dos professores, pois os problemas arrastavam-se desde quando Pedro Pedrossian fora governador de Mato Grosso (1966-1970);

2) outra conquista que deve ser ressaltada, é a forma como foi fundada a FEPROSUL. O documento apresentado nos ANEXOS desse trabalho comprova que havia uma 'trama' montada para que a Associação Campograndense de Professores – ACP, fosse transformada em Associação Sul-Mato-Grossense de Professores – ASMP, fato que foi impedido pela mobilização dos professores do interior do estado, notadamente pela ADP (Dourados) e APA (Aquidauana).

Essas conquistas do magistério, entre 1979 a 1992, fazem crescer a mobilização dos professores como forma de responder aos ato governamentais contrários aos interesses da categoria. Entre avanços e recuos, nesses 13 anos, aconteceram 9 greves, com a efetiva participação da categoria, totalizando 214 dias de paralisação, seguidos ou precedidos, muitas vezes, de passeatas e atos públicos. Em alguns momentos, quando o governo recrudescia em seus atos, era necessário angariar fundos a fim de não esfacelar o movimento. Para tanto, realizavam-se: bazar da pechincha, venda de geladinhos, feira de doces, bolos e pudins, rifas e até venda de coroas (em época de finados).

No terceiro capítulo, enfatiza-se as rupturas dentro das mobilizações dos professores e um certo distanciamento das práticas do Novo Sindicalismo que vinham sendo estabelecidas desde quando a categoria começou a sua organização reivindicatória. É, nesse sentindo que a partir de 1983, um mesmo grupo permanece no comando da instituição, segundo as entrevistas constantes nesse capítulo. A partir daí, instaura-se um certo 'profissionalismo sindical' e as mobilizações tendem a recuar, pois as bases se afastam dos movimentos. Essa constatação ocorre tanto no âmbito estadual, caso da Federação e, nos municípios, como foi o caso de Dourados. Neste caso, entre 1992 e 1995, quando acontece uma grave crise registrada nos anais da ADP[2]. Isso demonstrou que também nas bases aconteceu ruptura.

Atualmente, a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul – FETEMS, com 18.698 filiados, apesar de ser uma entidade de luta e ser a maior do estado,

[2] Cf. Boletim informativo da ADP de julho de 1994 com o destaque: "S.O. S – SIMTED".

passa por dificuldades para mobilizar suas bases, como enfocado no último capítulo. Observa-se um distanciamento do ideário de história de luta e garra dos anos de 1980, quando em vários estados o grupo do magistério mobilizava-se. Essas agruras dentro da FETEMS, elencadas na parte final desse trabalho, advêm da postura e da forma de condução que as lideranças da entidade adotaram. Como resultado disso, essas lideranças são refutadas nas eleições de abril de 2002, conforme dados amplamente divulgados pelos meios de comunicação sul-mato-grossense.

Essas circunstâncias trazem à lembrança a epígrafe desta introdução do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, quando alertava para a importância dos *imprescindíveis*, dentro do movimento sindical, *aqueles que lutam toda a vida*.

E, como afirma o historiador Mattoso

> *Só me interessa o presente e a maneira de me movimentar no espaço e no tempo em que vivo. Quero com isso dizer que só me atrai, no passado, aquilo que me permite compreender e viver o presente. O que acontece, é que, para o compreender, não me basta conhecer uma pequena parcela, tenho de o conhecer todo, não obviamente, em todos os pormenores, mas uma totalidade na qual tenho de me inserir.* (1988, p.21)

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é uma forma de contribuir para que o magistério da rede pública estadual sul-mato-grossense reavive o seu espírito de luta e garra e possa entender que sem o grupo dos *imprescindíveis*, as mobilizações da categoria tendem cada vez mais a recuar e permitir que surjam as rupturas. Como lembrou Mattoso, para agir no presente é preciso conhecer a totalidade da história dessa mobilização dos professores que se iniciou nos idos tempos de 1978/79.

CAPÍTULO I

O SINDICALISMO PRIVADO E O PÙBLICO NO CONTEXTO DO NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO

1. O DESENVOLVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO E O NOVO SINDICALISMO

Neste capítulo trataremos inicialmente sobre o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro durante o período conhecido como Era Vargas e no tempo do Regime Militar para em seguida abordarmos temas referentes ao que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo. Em fase ao exposto, no final do capítulo, pudemos apresentar os pressupostos de conceituação do Novo Sindicalismo.

1.1. O SINDICALISMO BRASILEIRO DURANTE O ESTADO NOVO

Na primeira fase do governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1934, numa cisão com as classes dominantes, numa primeira, fase, para controlar o movimento operário, foram implantadas no Brasil, a estrutura sindical e a legislação trabalhista e, ao mesmo tempo, estabelecendo-se o aparato institucional, social e político, que passou a limitar a atuação das entidades sindicais, pois a esta nova instituição eram encaminhadas as reivindicações, notadamente de cunho econômico e político, da classe trabalhadora. O Estado varguista canaliza a maioria das reivindicações dos trabalhadores *presenteando-os* com uma legislação atenuante objetivando evitar o conflito capital-trabalho daquele período, cujos reflexos ainda se encontram presentes, antes que os trabalhadores colocassem em perigo a ordem social vigente. A estrutura sindical fascista outorgada aos trabalhadores por Vargas acabou com a pretensa liberdade e autonomia sindicais, embrionariamente, praticada até então. Devemos lembrar que durante o governo Vargas (1930-45), o movimento grevista, ao contrário do que diz a história oficial, foi intenso. Em virtude disso, o operariado conquistou inúmeras vantagens trabalhistas, tais como: lei de férias, descanso semanal remunerado, jornada de 8 horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor,

contidas no Decreto Lei n.º 5.452 de 01/05/1942. Este decreto, que ficou conhecido como "Consolidação das Leis do Trabalho" (CLT) e constitui-se no conjunto da legislação trabalhista brasileira outorgado pelo Estado Novo de Vargas. A CLT encontra-se ainda em vigor, embora receba freqüentes emendas na tentativa de adequá-la aos novos tempos modernos e à evolução das relações capital/trabalho.

A organização sindical estabelecida por Vargas, atrelada ao Estado, sem autonomia e com vários impedimentos institucionais, não foi empecilho para a mobilização da classe operária brasileira, pois, nas décadas de 40 e 50, são constantes as lutas pelo fortalecimento dos sindicatos.

No limiar dos anos sessenta, com as inúmeras manifestações grevistas, especificamente durante a crise entre a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a ascensão do vice João Goulart, este recebe apoio dos sindicatos e da classe operária para instaurar profundas reformas sociais no país. Em um comício, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, com a presença de 200 mil pessoas, Goulart proclamava a necessidade de mudanças na Constituição (vigorava a de 1946) que legalizava uma estrutura econômica superada, injusta e desumana. Ao afirmar que remeteria ao Congresso Nacional as *Reformas de Base*[3], levou a União Democrática Nacional (UDN[4]) e a Força Armada Brasileira, a articularem, em 31 de março de 1964, o 'golpe de Estado', que derrubou João Goulart, instaurando-se um regime caracterizado pelo autoritarismo, fortalecimento do capitalismo e pela conseqüente expansão da fome e da miséria no país, tendo, no comando do governo os militares. A oposição radical da UDN a todos os aspectos da política trabalhista de Goulart, denunciou a corrupção administrativa, com a conivência de personagens do governo; considerando ilegítimas as ações das organizações sindicais, oficiosamente convocadas para as greves políticas, e, principalmente, apontando:

[3] Reforma agrária (com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro); Reforma política (estendendo o direito de votos aos analfabetos); Reforma universitária (assegurando a plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra); Reforma constitucional (para delegação de poderes legislativos ao Presidente) e a consulta através de plebiscito para referendá-las (PEDRO, 1987, p. 233).

[4] Partido fundado em 1945, eminentemente conservador, aliado ao capital estrangeiro e à burguesia nacional e contava com o apoio dos Estados Unidos. Na eleição de Jânio Quadros, em 1960, a UDN o apoiou, mas no governo de João Goulart, além de não aceitar a política externa independente e populista de Goulart, a UDN foi a principal base civil de articulação do golpe de 1964. http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm (12/08/2002 – 10horas).

> *Em nota oficial logo após a queda de Goulart, [que] a UDN congratula-se com as forças armadas pela vitória contra a ameaça da ditadura comunista, propondo-se a continuar na luta contra a inflação e o câncer da corrupção e do empreguismo* (http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm (12/08/2002 – 10horas).

1.2. O ESTADO MILITAR E O SINDICALISMO

Para enfrentar a crise política que se configurou[5], com o golpe militar, em virtude da ausência de hegemonia por parte daqueles que se assenhoraram do poder, o Estado passou a usar de uma desmedida repressão, como a *Doutrina da Segurança Nacional*, que deveria cumprir um papel ideológico manipulador, necessário ao regime, mas que, na verdade, representa a insegurança para milhares de brasileiros. Como afirma Afonso:

> *Nesta doutrina, cabe ao capital a responsabilidade e os frutos fundamentais do desenvolvimento; e ao trabalho a responsabilidade e o encargo de não afetar nem desafiar a segurança nacional com suas reivindicações econômicas, políticas e sociais* (1977, p. 35).

Contestar a política salarial do regime militar e encaminhar a luta, mesmo que apenas no sentido de conquistas econômicas, já significava um *atentado* contra a Segurança Nacional, como argumentou Afonso, *o capital deve estar acima do trabalho.* O resultado é visível com a deteriorização do trabalho dentro desta *ordem social*, a partir, fundamentalmente, de 1964, quando acontece uma redução de 50% em relação ao salário mínimo real, comparado ao salário vigente no início do governo de Goulart, em 1961. Essa queda se dá basicamente, segundo Afonso, devido *à política governamental de congelamento salarial instituída pelos militares* (1977, p. 36). Os sindicatos se desarticularam, e pesa também, nesse processo, a anterior ausência de uma prática organizacional autônoma e a repressão desencadeada pela ditadura. Os militares desencadearam uma forte repressão ao movimento operário-sindical: *entre abril e dezembro de 1964, 425 sindicatos e 45 federações sofreram intervenções, sendo seus*

[5] A crise do Estado se define, do ponto da concepção de Estado de Gramsci, pelo rompimento da articulação do conjunto de frações da classe dominante no bloco histórico.

líderes presos ou exilados, além de ser extinta a principal central sindical, o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT (HIRATA, 1980, p. 88).

O Estado Militar conservou os mecanismos de controle sobre os sindicatos, restringindo-os ao assistencialismo, predominantemente médico e jurídico. Adotando, entre outras, as seguintes medidas de controle:

> *1) a intervenção direta do Estado na arrecadação do imposto sindical e na fiscalização dos recursos provindos dessa fonte. Os sindicatos ficam obrigados a restringir o uso desses recursos à compra de imóveis e à assistência médico-dentária; 2) o Estado possui também um estreito controle do aparelho sindical, na medida em que vai peneirar, através da exigência de um "atestado de ideologia", os possíveis concorrentes a cargos de direção. Tal medida fez com que, nos primeiros anos que se sucederam ao golpe, a maior parte dos ativistas que pleiteavam cargos para a direção dos sindicatos fossem oriundos (...) das correntes não contestadoras da ideologia dominante; 3) a proibição através da lei (...) o que torna qualquer greve ilegal e, portanto, sujeita à repressão militar* (MANFREDI, 1986, p. 89-90).

A Lei 4.330, Lei de Greve, elaborada pelos setores conservadores do Congresso Nacional e promulgada em 01/06/64, com inúmeras prescrições, tornava, na prática, qualquer greve irrealizável, ficando, por via de conseqüência, conhecida como lei antigreve[6]. A referida lei determinava a ampliação da capacidade de intervenção estatal nos sindicatos e definia um processo ritualístico de editais de convocação para assembléias, votações e notificações ao empregador e às Delegacias Regionais do Trabalho, o que inviabilizava qualquer chance de uma greve ser julgada legal. O rigoroso controle do Imposto Sindical pelo Estado fez com que os sindicatos ficassem impossibilitados de promover suas campanhas reivindicatórias. Com a Lei 4.725, de julho de 1965, as empresas passaram a valer-se do ajuste salarial automático para evitarem a discussão sobre questões salariais com os sindicatos, os quais perderam a função de defesa dos salários dos empregados. Utilizando o aparato ideológico e burocrático, o Estado afastou dos Sindicatos seus militantes mais combativos, e a montagem de um forte aparato repressivo – Serviço Nacional de Informações (SNI) e Lei de Segurança Nacional (LSN) – sufocou qualquer contestação ao regime autoritário.

---

[6] "Essa alcunha deve-se ao rigor e os óbices nela prescritos para a realização de greves, já que inserida em todo um contexto, em uma engrenagem contra a organização, contra a mobilização, contra a greve. Enfim, erigida num cenário falacioso e nada discreto quanto aos interesses do capital em relação ao trabalho, a referida lei estabelece que a greve não pode ser deflagrada durante a negociação". (http://www.ub.es/geocrit/sn-5.htm – 25/04/2002 – 22horas)

Em 1968, com todo o aparato ideológico, burocrático e repressivo imposto pelos militares, o Sindicato dos metalúrgicos de Osasco (SP) tentou redirecionar o movimento sindical: deflagrou uma greve, acreditando na possibilidade de extensão para outras regiões, mas o Ministério do Trabalho declarou a greve ilegal e interveio no sindicato. As forças militares controlavam as saídas de Osasco e cercavam as fábricas que aderiam à paralisação e no quarto dia de greve os operários retornaram ao trabalho. A repressão dos militares derrotara o movimento grevista. Mesmo com o fracasso de Osasco, em outubro de 1968, em Contagem (MG), foi deflagrada outra greve, porém no quarto dia, sob repressão violenta e intervenção no sindicato, os grevistas voltaram ao trabalho.

Com a intervenção nos sindicatos e tendo reprimido o movimento sindical, os militares completavam, em 1968, com a instituição do AI-5[7], o quadro de repressão social do regime. O ensaio de retomada às lutas sindicais, tentado pelos trabalhadores malograra, obviamente reprimido com truculência.

O regime lançou mão, em seguida, de alguns mecanismos legais visando a consolidação de um sindicato acomodado, passivo e tutelado, tais como:

> *A proibição de greves, seguida de repressão aos grevistas (...); reajustes salariais anuais, com índices controlados e determinados pelo governo (...); e a proibição das negociações diretas com o patronato, que passaram a ser intermediadas pela Justiça do Trabalho. Foi criado também o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, FGTS (...), que eliminou a estabilidade do trabalhador (...)." O FGTS, "facilitou dispensas sumárias de líderes e ativistas sindicais, promoveu a rotatividade entre os trabalhadores e, em conseqüência, a insegurança entre eles* (CHAIA, 1992, p.134).

Esses expedientes transformaram os sindicatos em simples agências prestadoras de serviços assistenciais e, a institucionalização destes mecanismos, gerou violento arrocho salarial. Em 1969, no governo do General Emílio Garrastazu Médici, a situação agravou-se ainda mais, quando Delfim Netto é reconduzido ao Ministério da Fazenda e

[7]Ato Institucional era instrumento jurídico excepcional, permitindo o governo militar impor iniciativas contrárias à Constituição vigente. Durante o Regime Militar de 1964, foram 17 Atos Institucionais, ampliando o autoritarismo e a centralização do poder. O AI-1, de 09/04/64, cassou mandatos legislativos e suspendeu direitos políticos. O AI-2, de 27/12/65, extinguiu os partidos políticos e criou as novas agremiações do Regime (Arena e MDB), vigentes até 1979. O AI-4, de 07/12/66, compeliu o Congresso Nacional a votar o projeto de Constituição. O AI-5 foi o mais abrangente dos atos. Editado em 13/12/1968, promoveu o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, definiu intervenção nos Estados e Municípios, suspendeu direitos políticos, eliminou prerrogativas inerentes às funções públicas (jurídicas, universitárias, etc.), previu possibilidades de aposentadorias compulsórias e suspendeu a aplicação de habeas-corpus nos crimes políticos. Foi um 'golpe dentro do golpe', pois, era um ato que deu prerrogativas ao Presidente da República para fechar o Congresso, cassar mandatos e direitos políticos. Ou seja, o presidente passa a governar com poderes praticamente absolutos. O AI-5 gerou os demais 12 atos. Ele somente foi revogado em 01/01/79, pela Emenda n.º 11 (MAIA, 1998, p.75).

implanta uma política econômica que fica conhecida como *O Milagre Econômico Brasileiro*, em alusão aos *milagres* alemão e japonês das décadas de 1950 e 1960. Esse período é marcado por taxas de crescimento excepcionalmente elevadas, que foram mantidas, enquanto a inflação, *controlada e institucionalizada*, declinava, estabilizando-se em torno de 20 a 25% ao ano.

O *crescimento econômico* ocorreu apenas na classe dominante; contudo para os operários e para a maioria do povo brasileiro a expressão, não do *milagre*, mas do inferno e da miséria. Delfim Netto costumava dizer que o *bolo* (a riqueza do país) precisava crescer para depois ser dividido, mas isso não ocorreu. O inverso, sim, houve uma grande concentração de riquezas e aumentou desmesuradamente a pobreza das classes trabalhadoras.

Nessa época, Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1978, um dos destaques do período histórico do Novo Sindicalismo, descreveu o limite suportável da classe trabalhadora: *quando somos chamados, contribuímos e até demos ouro para o bem do Brasil. Mas, chega o momento em que qualquer trabalhador quer viver com dignidade. Queremos recuperar o que nos foi tirado na época do chamado milagre brasileiro, as constantes perdas salariais (*LULA,1977, p.73).

A crise do "*milagre"* levou à desmistificação da ideologia implantada pelos militares nos slogans ufanistas do tipo *Brasil grande*, *Brasil que vai pra frente*, *ninguém segura esse país*, ora com frases como *Brasil ame-o ou deixe-o*, uma adaptação do dístico conservador norte-americano *Love it or leave it*[8]. A ideologia que ajudou a fazer o bolo crescer – com o sacrifício de todos, mas que jamais seria repartido – começou a ser desmascarada. E as greves refletem a percepção do engodo. Para enfatizar o *sacrifício* do trabalhador, mantendo o "*milagre*", a tabela abaixo demonstra a defasagem salarial crescente a cada ano, após o golpe de 1964, com a política econômica adotada pelos militares e seus aliados:

[8] Esses slogans e frases eram veiculados maciçamente pelos órgãos de comunicação, conjugados com uma censura implacável, procurando perpetuar a imagem favorável do governo, tentando compensar as insatisfações populares com a divulgação de planos grandiosos, dentre eles o do *milagre*.

TABELA Nº 01 – DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO RENDA NO BRASIL – 1960, 1970 E 1976.			
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (%)	PARTICIPAÇÃO NA RENDA		
	1960	1970	1976
50% mais pobres	17,71%	14,91%	11,8%
30% Seguintes	27,92%	22,85%	21,2%
15% Seguintes	26,66%	27,38%	28%
5% mais ricos	27, 69%	34,86%	39%

Fonte: ALENCAR, 1985, p. 319.

Segundo os dados apresentados por Alencar, o que aconteceu com os rendimentos no Brasil no período 1960 –1976, ficaram assim distribuídas: os 5% daqueles que detinham maior renda (cerca de 5 milhões de brasileiros em 1976, incluindo dependentes) tiveram sua participação aumentada em mais de 10%, enquanto a *fatia* dos 80% mais pobres da população (cerca de 76 milhões, em 1976) diminuiu em mais de 10% seus rendimentos. Os índices estatísticos mostram que os verdadeiros *santos* responsáveis pelo *milagre econômico* foram os trabalhadores brasileiros. Fato também confirmado e comprovado pelos economistas Celso Furtado e Paul Singer. Os operários das fábricas, fazendas e empresas de serviços produziram as riquezas, entretanto, ganhavam cada vez menos. Mesmo contribuindo com o aumento da renda das empresas onde trabalhavam, eram nas mãos dos padrões e entre a classe alta que concentrava a renda, estes adquiriram maior poder de compra passando a consumir mais. A indústria automobilística é um exemplo claro desse processo de expansão: diversificou intensamente seus modelos, sempre visando a um mercado cada vez mais exigente em sofisticação.

Outro dado, que demonstra a forte repressão da ditadura militar foi a manipulação de informações, especialmente no governo Médici, quando foram freqüentes casos de cassações e exílios, seguidos de morte, como ressalta a Fundação Getúlio Vargas - FGV - e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea - CPDOC:

> *Segundo o dossiê dos exilados, citado pela Revista Isto É, em 1978, no período de 1969 a 1973 registraram-se 77 casos de mortes de presos políticos por tortura. Da extensa lista de desaparecidos - aqueles cuja prisão ou morte não foram reconhecidas pelas autoridades - elaborada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e relativa ao período, constava, entre os casos mais conhecidos, o do jornalista Mário Alves, preso no Rio em janeiro de 1970, e o do ex-deputado Rubens Paiva, também preso no Rio em janeiro em 1971*

(http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/3388_5.asp – 15/05/2002 – 20 Horas).

Embora os militares tendo se utilizado de muitos subterfúgios para manipular a opinião pública, estes foram desmascarados. No caso específico do movimento sindical, a recuperação dos sindicatos acontece com o surgimento do Novo Sindicalismo, com o combate ao Estado autoritário e às Leis, que privilegiavam a classe patronal desvendando a farsa do *milagre econômico,* partindo em defesa dos salários dos trabalhadores e definindo a estratégia grevista como forma de reconquistar a cidadania política. Essas ações começam a se concretizar devido ao apoio das lideranças políticas da sociedade, notadamente das de oposição, que despontavam no cenário político nacional:

> *Parcelas das lideranças políticas do Movimento Democrático Brasileiro - MDB, partido de oposição à ditadura militar, de associações da sociedade civil e, sobretudo a simpatia de parte considerável da população evidenciavam que o crescimento do movimento em favor da democracia não se restringiria ao protesto pelo voto, nas eleições de 1974 (o MDB venceu em 15 dos 21 estados brasileiros às eleições de senadores e deputados; pela primeira vez, desde a última eleição presidencial, de 1955-60, a população posicionava-se nacionalmente)*[9] *e em 1976, no pleito municipal, quando também o MDB elegeu milhares de prefeitos e vereadores* (BOITO Jr., 1991, p.104).

A vitória político-eleitoral do MDB, nas eleições de 1974 e 1976, e a iniciativa governamental conhecida como "distensão" [10]– mais tarde "Abertura Política"- iniciaram um novo ciclo nas relações sindicais. Esse processo evidenciava o reconhecimento pelas autoridades de que, apesar e por causa das iniciativas de controle desse estado autoritário, a sociedade resistia e criava dificuldades para que os mecanismos mais arbitrários fossem constantemente usados, obrigando o governo a adaptar-se, à nova realidade. O resultado das eleições de 1974 e 1976 demonstra essa resistência.

---

[9] Na vigência do Regime Militar (1964-1985) ocorre o bi-partidarismo (ARENA e MDB), perdurando até 1980. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) atuava como partido de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) exercia a função de oposição. Esta oposição era consentida porque mesmo abrigando em seus seios comunistas de diferentes matizes era composta, em sua maioria, por liberais que, embora discordassem da ditadura, não se colocavam em contradição ao ideário defendido pela ARENA.

[10] Ernesto Geisel, empossado em 15 de março de 1974, esse processo era entendido como diminuição da pressão e seria executado em várias etapas: suspensão parcial da censura previa, estabelecimento de limites para o desrespeito aos direitos humanos, reformas eleitorais para melhorar o nível da representação política. O processo estaria completo quando se revogasse o AI-5 e os instrumentos de controle políticos fossem incorporados à constituição.

1.3. AS MOBILIZAÇÕES OPERÁRIAS DO ABC PAULISTA NO FINAL DA DÉCADA DE SETENTA

A conjuntura econômica e política dos anos setenta, fez com que a oposição política e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, região do ABC Paulista, denunciassem as conseqüências danosas do arrocho salarial, advindo das políticas econômicas adotadas pelos militares. O estopim das mobilizações foi um relatório do Banco Mundial, divulgado pela imprensa brasileira em agosto de 1976, em que se denunciava a camuflagem do índice inflacionário manipulado pelo governo brasileiro no ano de 1973[11]. Divulgando uma inflação menor, os reajustes salariais também seriam menores e, portanto, isso desencadeava um processo de desvalorização do poder de compra dos trabalhadores assalariados no país. Os metalúrgicos fizeram um verdadeiro estardalhaço com essa denúncia e usaram-na para recuperar os 34,1% que o governo "roubou" da inflação nos anos de 73 e 74, o que resultou em perdas salariais significativas para os trabalhadores do Brasil. A respeito deste fato, Sílvio Costa descreve:

> *Essa extorsão chega ao índice de 34,1% que, conforme a política salarial em vigor, deveria ser repassado aos salários, sob a forma de reajuste. A reação e a mobilização que os trabalhadores desencadearam a partir de 1978, demonstra os verdadeiros responsáveis pela produção do milagre: não mais continuariam, enquanto classe, submetendo-se à violenta exploração do pós-64, nem continuariam arcando com todo o ônus da crise econômica* (1995, p.31).

Ainda, segundo Silvio Costa (1995, p.31), *a diretoria do sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo, assessorada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Economicos – DIEESE*[12] (que produz dados para subsidiar o movimento sindical brasileiro), inicia uma campanha de mobilização pela reposição dos 34,1%. Ricardo Antunes (1992, p.17) argumenta que *as empresas, a partir de 1977, enrijeciam sua políticas de emprego, verificando demissões significativas, como*

---

[11] 1973 acontece à crise econômica mundial, originada pela quadruplicação dos preços do petróleo pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), responsáveis por 90% das exportações do petróleo. Inicia-se um processo especulativo sobre todas as matérias-primas básicas, com elevação de preços. A economia do mundo desenvolvido, altamente dependente desses recursos, sofreu forte impacto. Isso atinge o coração do modelo econômico do regime militar. O Brasil, nessa época. é o terceiro maior importador do petróleo.

[12] Sobre a atuação do DIEESE e sua experiência junto a classe trabalhadora consultar CHAIA (1992, p.132).

no caso dos 500 trabalhadores da Ford de São Bernardo, o que arranhou ainda mais as relações entre a industria e o sindicato operário. O enrijecimento dos empresários fez com que a mobilização dos metalúrgicos se alastrasse para outras categorias e, não poderia ser diferente, o trabalhador brasileiro acabou por negar a sua força de trabalho[13] ao processo de acumulação capitalista solidificado no país. Depois das intervenções nos sindicatos em Osasco e Contagem, em 1968, a greve de julho de 1977 foi a mais importante agitação sindical.

Na assembléia de 02 de setembro de 1977, com aproximadamente 2.800 metalúrgicos, segundo o acervo da Fundação Perseu Abramo, evidenciou-se o sucesso da campanha pela reposição dos 34,1%. A ousadia e determinação dos trabalhadores, resultado das mobilizações, ficaram evidentes nas declarações do metalúrgico José Castilhas:

> *O ilustre ministro afirmou que esse erro (manipulação dos índices), o tempo já corrigiu. Vejam senhores como é fácil achar uma saída. Porém, essa saída está muito manjada. Quando falta feijão, foi o tempo que não choveu. Quando falta cebola, foi o tempo que choveu demais. Ah!, esse tempo, meu Deus! Quando é que esse tempo fará chover bom senso e justiça social?* (http://www.fpabramo.org.br/td/nova_td/td37/td37 –16/05/2002 – 22 horas).

O discurso do metalúrgico comprova que havia um clima propício para uma ação mais radical no ABC Paulista. Era uma questão de tempo e de habilidade política. Lula, em entrevista ao ABCD Jornal, tablóide alternativo de circulação entre os metalúrgicos, declarava que: *a greve é a bomba atômica da classe trabalhadora* (*http://www.fpabramo.org.br*). E a *bomba* foi acionada no dia 12 de maio de 1978, na Scania - uma montadora de veículos em São Bernardo do Campo - quando a primeira fábrica no ABC entrou em greve, após 1968. O movimento desafiava a Lei de Greve, imposta pelos militares. O regime militar respondeu com dureza à ousadia dos metalúrgicos. Ressurgia com força e vitalidade o descontentamento operário. Ricardo Antunes descreve o depoimento de um militante sindical da Scania:

[13] 'Greve' no Dicionário de Ciências Socais da Fundação Getúlio Vargas - se origina do francês - *grève*– designa a recusa coletiva de operários a comparecerem ao trabalho, enquanto não sejam atendidos em suas reivindicações (1986, p.526). Lembrando Lênin: "Cada greve lembra aos capitalistas que os verdadeiros donos não são eles, e sim os operários, que proclamam seus direitos com força crescente" (ANTUNES, 1992, p.192).

> *A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram sete horas da manhã no dia 12 de maio. Uma sexta-feira. Todo mundo marcou o cartão, mas ninguém trabalhou. Das 7 até as 8 horas nós ficamos de braços cruzados, ao lado das máquinas sem fazer nada. Às 8 horas chegou o gerente geral. Ele olhou e viu que tinha luz, que os cartões estavam marcados, mas que ninguém estava trabalhando. Achou estranho, mas não pensou que era uma paralisação. Não entendeu nada. Como também jamais poderia imaginar que ocorreu uma greve. Foi uma surpresa* (1992, p.13).

O relato de Ricardo Antunes, a respeito da atitude dos metalúrgicos da Scania, que cruzaram os braços ao lado das máquinas desligadas, demonstra não se tratar de uma simples reivindicação salarial, mas da disposição dos trabalhadores brasileiros em reassumir a luta contra a ditadura, exigindo a volta da democracia e o fim do processo capitalista brasileiro. Estas foram atitudes de rebeldia e reação conjunta contra o arrocho salarial e a opressão, que transformaram-se em movimentos contra o regime autoritário em vigor.

Era a volta da classe operária brasileira à cena política nacional, aliás, da qual, nunca realmente saiu, mas que, após a derrota de 1964, teve sua atuação extremamente limitada e isolada. Contudo como afirma o professor Ricardo Antunes *a luta pela reposição salarial preparou o terreno para que, no início de 1978, os operários voltassem com força e iniciassem as paralisações de maio, atingindo milhares de metalúrgicos, inicialmente no ABC e depois se estendendo para todo o Estado de São Paulo* (1994, p.63).

A partir de 1978, no Brasil, assistiu-se a uma explosão sem precedentes do movimento operário e do sindicalismo. A entrada dos trabalhadores em cena funcionou, por um lado, como um amplo protesto das camadas assalariadas contra as condições de vida e trabalho a que estavam submetidas pelo regime autoritário; e, por outro, representou a afirmação dos trabalhadores na sociedade, isto é, na luta por seus direitos, passando estes a ocupar um lugar próprio na esfera pública, levando o movimento sindical dos anos 80 a caminhar em direção contrária à do sindicalismo nos países capitalistas desenvolvidos, e mesmo nos demais países capitalistas latino-americanos (como o caso da Argentina). Enquanto, nesses países, os sindicatos passavam por crise profunda, caracterizada pela diminuição do número de sindicalizados e de greves, no Brasil, presenciávamos, nos anos 80, o que pode ser denominado, segundo Eduardo Noronha, Armando Boito Júnior, Iram

Jácome Rodrigues, entre outros de *explosão do sindicalismo e a década dos trabalhadores.*

O professor Giovanni Alves, argumenta: *A entrada dos trabalhadores na cena política se deu de modo fulminante e surpreendente (...) ao contrário do que aconteceu nos países industrializados. Os anos oitenta não foram uma década perdida para o sindicalismo brasileiro* (1998, p.315). Portanto, nos anos 80, setores expressivos da classe trabalhadora brasileira, do campo e da cidade, constituíram-se em forças sociais e políticas significativas para a retomada da democracia e a desarticulação da ditadura civil-militar, instaurada em 1964 e redirecionada em 1968.

Dez anos depois do violento revés do movimento operário de Osasco e Contagem, em 1978, recupera-se a força da classe trabalhadora brasileira e inicia-se um novo ciclo de movimentação, conquistando-se por meio de reivindicações, a transformação do contexto histórico daquele momento, em mecanismos importantes para o retorno *da democracia*, quando os militares prometiam a *distensão gradual do processo político*. Este envolvimento dos trabalhadores e seu engajamento na dinâmica social são caracterizados no documentário da Central Única dos Trabalhadores – CUT:

> *Os movimentos sociais desta época foram um dos elementos da transição política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros* (1997, p.07).

Entretanto, quando se ressalta a importância de um novo ciclo de movimentação *da classe operária* na cena política brasileira, em relação à irrupção das greves de 1978, como movimento social dos operários, não reivindicando apenas melhorias salariais, mas lutando pela democracia, não se quer dizer que, somente neste momento, a luta de classes surge e ganha corpo. A luta de classes é latente, permanente e as greves são momentos críticos do conflito que é permanente[14]. E, nas fábricas, a luta de classes assume contornos de elevada violência, uma vez que se dá cotidianamente e de forma programada. O movimento operário brasileiro ressurgindo no final da década de 70, leva seus membros a tomar consciência de um novo modo de fazer sindicato, remete-nos ao filósofo italiano

[14] Dentro desta linha de raciocínio, lembramos as palavras de Karl Marx: "A história de todas as sociedades até os nossos dias não foi senão a história das lutas de classes e estas lutas de classes é que constituem o motor da história" (Iº Cap. do Manifesto do Manifesto do Partido Comunista).

Antônio Gramsci (1891-1937), quando argumenta a respeito da existência e da importância dos movimentos sociais e da tomada de consciência de seus membros:

> *Podemos dizer que nenhum movimento real adquire repentinamente consciência de sua totalidade, mas somente por meio de experiências sucessivas, quando toma consciência, pelos fatos, de que nada do que é, é natural (no sentido extravagante da palavra), mas que tudo existe porque existem certas condições cuja aparição trará conseqüências. É assim que o movimento se aperfeiçoa, perde as características de arbitrariedade e se torna verdadeiramente independente, no sentido de que para ter determinadas conseqüências cria as premissas necessárias empenhado todas as suas forças* (1990, p.26).

A afirmação de Gramsci demonstra que o movimento sindical brasileiro, embora tenha passando por um período de latência, após o golpe de 1964 e, não conseguindo fazer-se ouvir na sociedade brasileira, apesar da amarga experiência de 1968, a mobilização dos trabalhadores retoma suas lutas em 1978, quando consegue concretizar, favoravelmente, as ações reivindicatórias da classe, depois de 14 anos sufocada pelo autoritarismo militar.

A partir de 1978, a organização sindical dos metalúrgicos, bancários e professores e outros segmentos de trabalhadores brasileiros, fazem acontecer uma nova era no sindicalismo brasileiro, caracterizada pela dedicação prioritária às reivindicações imediatas da classe, contra a superexploração do capital sobre o trabalho, ainda que com impacto no campo político[15]. Uma proximidade maior de sua base de representação e um confronto com a estrutura sindical corporativa, tendo em vista o arcaísmo desta na limitação das ações dos representantes dos trabalhadores na busca de suas reivindicações. Como argumenta Santana *ocorre, com o Novo Sindicalismo, uma radicalização em relação ao combate patrões, Estado e legislação* (1999, p.114). No caso dos patrões, o combate era contra a intransigência dos empresários em abrir para as negociações com os operários não levando em conta as agruras e os sofrimentos da classe proletária no interior das fábricas; e no caso do Estado e das leis, trazia à tona as desconfianças em um Estado autoritário que em pouco, ou nada, se importou em criar vínculos com os trabalhadores, e que, ao contrário, lhes impunha mais controle, repressão e arrocho salarial. Estas posturas,

[15] Daí a luta para o surgimento do Partido dos Trabalhadores, onde Lula, além de ser um dos articuladores na fundação de uma Central Única de Trabalhadores, defende a formação de um partido dos trabalhadores brasileiros, que lute pelas questões sociais dos que vivem da força do trabalho, segundo Lula: "Os trabalhadores estão cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 65).

discursivas e práticas colaboraram para que se forjasse uma nova identidade do movimento sindical alicerçada nos fatos históricos do passado e o presente.

Paralelamente à resistência nas fábricas, os trabalhadores se dedicaram a um trabalho de organização da classe nos bairros, através das associações comunitárias, com cursos de alfabetização, movimentos de igrejas entre outros.

Os metalúrgicos do ABC paulista, já conscientizados da importância da luta de classes, deflagraram uma onda de greves que se prolifera, a partir de maio de 1978, nas fábricas da Scania, Volkswagen, Ford e Mercedes. Estes paralisaram suas atividades e a greve espalhou-se por todo o Estado de São Paulo. Greves sacodem o país e excedem o limite da legislação trabalhista e da estrutura sindical impostas desde a Era Vargas. A mobilização dos metalúrgicos paulistas alarga os horizontes políticos do processo de abertura, desafiando o autoritarismo militar que não aceitava os princípios democráticos.

A retomada de mobilizações dos trabalhadores, em 1978, ocorre devido à situação em que se encontrava o operariado naquele momento. Segundo Ricardo Antunes:

> *Não foi à toa que em 1978 foram deflagradas 118 greves, com a participação de 500 mil operários e em 1979 as greves atingem diretamente 3.2431.500 trabalhadores. Nas palavras de Lula, a maciça adesão às mobilizações se deu porque:: o arrocho salarial nos fez negar nossa força de trabalho às empresas, era a única forma que tínhamos para recuperar o padrão salarial* (1994, p.64).

A explosão do movimento operário brasileiro levou analistas e historiadores a cunhar a expressão *Novo Sindicalismo* para qualificar as significativas transformações ocorridas no meio sindical e nas mobilizações dos trabalhadores, ou seja, é o resgate histórico do sindicato, enquanto órgão político da classe trabalhadora. Lança-se um questionamento sobre à prática e a estrutura sindical vigente. Como bem lembra Karl Marx, argumentando a cerca da importância dos sindicatos:

> *Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor (...) Os operários se unem para se colocarem em igualdade de condições com o capitalismo para o contrato de venda de seu trabalho. Esta é a razão dos sindicatos* (1980, p.09).

Portanto, segundo Marx, os sindicatos são um legado do próprio sistema capitalista, que surgiram a partir das diversificações profissionais originadas no processo de formação do capitalismo, no transcurso de séculos. Se o capitalismo por um lado concentrou os meios de produção, por outro, concentrou e disciplinou os trabalhadores. É no sindicato

que as lutas não se limitam as questões apenas salariais, que o trabalhador vai compreendendo como o mundo está posto. Os sindicatos devem lutar e não permitir que seus membros sejam explorados. Este o perfil do novo sindicalismo brasileiro: mais classista, combativo, ligado ao trabalhador, radical em suas reivindicações e marcado pela explosão de um significativo movimento grevista. O Novo Sindicalismo, marco do ressurgimento, de forma triunfal, dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais excluídos, até então, da cena política brasileira.

1.4. OS SINDICATOS "PELEGOS"

No cenário sindical brasileiro era muito comum a existência dos sindicatos *pelegos*[16], estes tinham por função de amenizar divergências entre capital e trabalho, não se comprometendo com a classe trabalhadora. O *pelego* deu origem ao termo *peleguismo*, que segundo o Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, designa:

> *Ação conciliatória de líderes trabalhistas no âmbito da estrutura sindical vigente no Brasil desde a década dos anos 30. Pelego é, assim, o líder que faria o papel de amortecer o peso do patronato 'montado' sobre os trabalhadores (...) considera-se que tal líder está comprometido demais com a política oficial de harmonização entre capital e trabalho defendida pelos funcionários do Ministério do Trabalho, que tem o poder de intervir na vida sindical (numa escala que vai desde a advertência aos líderes até a própria dissolução dos sindicatos)* (1986, p.879).

O Sindicato pelego torna-se alvo de críticas no âmbito da estratégia política do Novo Sindicalismo. Tirar ou afastar os *pelegos* das direções do sindicato é uma das missões do novo ciclo sindical brasileiro. Lula exemplifica, as atitudes pelegas:

> *O dirigente sindical não pode em nenhum momento ver o sindicato como órgão que lhe dê um status e não deixa de denunciar as arbitrariedades existentes dentro da sua categoria. O pelego é a omissão do movimento sindical brasileiro, servindo mais ao patrão do que ao operário, são verdadeiros entraves ao desenvolvimento da classe trabalhadora. É de muita recepção, mas de pouca participação. Um dirigente sindical não deve sujeitar a ser um vogal, um juiz classista, apenas para ganhar dinheiro. (...) Cerca de 80% dos sindicatos brasileiros são pelegos* (1981, p.28).

[16] Pele do carneiro com a lã usada nos arreios sobre a qual se põe a sela para amaciar o assento - palavra de cunho depreciativo, no movimento sindical (HOUAISS, 2001, p.2172).

Os operários paulistas, denunciando e enfrentando os sindicatos pelegos, desencadearam ações que repercutiram na luta sindical brasileira. A base sindical insatisfeita com a atuação dos *pelegos* da cúpula dos sindicatos, não comprometidos com os interesses dos operários, em protesto contra este comodismo, desencadeiam ações estratégicas tais como: *Operação Tartaruga* – desaceleração da produção – *Comissões de Fábricas*[17]. Estas estratégias produziram efeitos positivos e eficientes, pois, os metalúrgicos paulistas com os movimentos de mobilização derrubaram os sindicatos *pelegos* e passaram a lutar contra o sustentáculo da ditadura militar brasileira – o arrocho salarial. Os operários ignoraram a legislação sindical repressiva vigente, rompendo, na prática, com a lei antigreve iniciando uma atuação que desatrelava a estrutura sindical da estrutura do Estado. Desse modo, preparam o terreno para futuras paralisações, saindo da fase de resistência para um amplo movimento de massas, seguidos por outras categorias, tais como: médicos, bancários, funcionários públicos, entre outros, segmentos médios da sociedade que passaram, com o fim do milagre econômico, a sofrer o ônus da exploração, proletarizando-se rapidamente.

1.5. O SINDICALISMO COMBATIVO

As conseqüências negativas do *milagre econômico* para a classe operária, fizeram com que esta classe reivindicasse a reposição das perdas salariais, melhoria das condições de trabalho, diminuição do ritmo de produção ou a redução da jornada, através da paralisação das atividades. Mas a maior motivação das greves encontra-se na situação calamitosa, beirando a penúria que a política salarial do regime militar relegou os trabalhadores. Lula demonstra que apesar da lei negar a possibilidade da greve, ela deveria ser feita: *A greve pode ser cercada por uma lei injusta, mas a paralisação deve ser feita,*

[17] As Comissões de Fábricas buscavam aproximar o trabalhador no seu local de trabalho, bem como incentivar a luta para conquista seus direitos. Estas *Comissões* tinham por objetivo representar os interesses específicos dos operários de cada fábrica e tornam-se a grande estratégia do novo sindicalismo. A primeira *Comissão de Fábrica*, oficialmente reconhecida foi da Ford do Brasil, em São Bernardo do Campo, na greve de 1981 (BRITO, 1983, p.21).

mesmo que exista lei que a impeça. Com a condição de que ela seja feita quando for necessária e sempre dentro das possibilidades de vencê-la (1981, p. 56).

Na mobilização das lutas operárias, a partir de 1978, havia inúmeras grandes reclamações da legislação vigente, por parte dos que viviam da força do trabalho: *A CLT é o AI-5 dos trabalhadores* (MUNAKATA, 1981, p.106). Sobre os sindicatos pesa, por exemplo, o artigo 553 da Consolidação das Leis do Trabalho que prevê penalidades que vão desde multa até o fechamento das entidades de classe, com destituição de diretores e cassação da carta de reconhecimento. Maria Teresa de Carvalho Madeira, em sua Dissertação de Mestrado – *O Novo Sindicalismo e o Movimento de professores de 1º e 2º Graus da Paraíba* – afirma que os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em fevereiro de 1978, entregaram *um documento ao governo, dizendo que os sindicatos brasileiros precisavam deixar de ser mantidos sob o domínio total do Estado que os mantinha sob ameaça de cassação e fechamento, este procedimento impedia o pleno exercício da democracia* (1986, p. 69).

As greves de 78 e 79 foram, pois, vitoriosas, revogando na prática a lei de greve e apontando para a necessidade de uma nova ordenação, não só dos sindicatos, mas de toda a sociedade. *A luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária, ao brigar por salário, teve um resultado político em sua movimentação* (1981, p.56). Nesta declaração de Lula está explícito que os fatores políticos e econômicos não podem ser desvinculados as luta sindical. Qualquer elevação salarial conseguida num percentual de reajuste significava uma batalha vencida contra o arrocho salarial; e, portanto, uma vitória política. As greves desencadeadas no ABC paulista configuram-se, segundo Boito:

> *Numa ação econômica de clara significação política, pois, no conjunto, as greves dificilmente contêm apenas um significado; elas revelam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, explosão de demandas reprimidas durante os anos de autoritarismo e estratégia de consolidação de novas lideranças sindicais* (1991, p.95).

A flutuação do conflito trabalhista brasileiro, com clara conotação política, ocorre concomitantemente à transição política brasileira, pois o movimento sindical avançou cada etapa do processo de liberalização do regime autoritário e, também pelo fato da incorporação da classe trabalhadora e da liderança sindical no processo de transição se

darem, fundamentalmente, através das possibilidades abertas para expressão de suas demandas e não por meio de sua participação efetiva nos pactos políticos que definiram a transição. As greves tornaram-se canais duradouros, crescentes e eficazes de expressão de descontentamento social e político.

Os metalúrgicos do ABC paulistas, não sendo atendidos em suas reivindicações, deflagraram greve conjunta, em março de 1979, com adesão maciça da categoria utilizaram-se de *piquetes* como estratégia de greve[18]. Essa estratégia resultou eficiente, pois os trabalhadores não conseguiram entrar nos locais de trabalho, o fato ocorreu em 15 de março[19]. O governo militar agiu com violência para acabar com a greve dos metalúrgicos. Os sindicatos do ABCD: Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, em 23 de março de 1979, sofreram intervenção federal e o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, nomeou como interventor o delegado do Trabalho Guaracy Horta. Essa intervenção atendia aos interesses dos grandes monopólios nacionais e internacionais.

A greve geral continuou até o dia 27 de março, quando, em assembléia reuniram-se 70 mil trabalhadores no Estádio da Vila Euclides - local considerado ideal para a realização das assembléias dos metalúrgicos do ABC. segundo Lula, aquele campo de futebol, com a presença maciça dos trabalhadores transformava-se no caldeirão do diabo em São Bernardo do Campo Neste dia, foi aprovada uma trégua de 45 dias, tendo sido suspensa a greve, após Lula solicitar aos metalúrgicos, um voto de confiança. O governo imaginava que intimidaria os operários e esvaziaria o movimento, aconteceu o contrário, as forças se acumularam e era acrescida mais uma reivindicação: volta das diretorias cassadas pelo gesto ditatorial e repressivo do Governo Figueiredo.

Os verdadeiros líderes do movimento dos metalúrgicos continuavam sendo os diretores cassados que prepararam a categoria, na trégua dos 45 dias, para novas mobilizações. Realizaram-se dezenas de assembléias no campo da Vila Euclides, com a presença de 80 mil operários. Lula consolidava sua liderança, contando com a solidariedade dos sindicatos de todo o país, que repudiaram o ato arbitrário de intervenção

---

[18] *Piquetes* eram grupo de grevistas postos diante de um local de trabalho para impedir a entrada de trabalhadores.

[19] Nesse dia toma posse o General João Batista Figueiredo, eleito indiretamente, difundido pela grande imprensa, segundo Antônio Pedro, como *articulador e popular* (1987, p.247). No discurso de posse Figueiredo afirmava: *Hei de fazer deste país uma democracia* (RIBEIRO, 1988, p.234), mas, no exercício de seu mandato suas ações são de enfrentamento e desmobilização dos movimentos sociais, de modo especial aos trabalhadores grevistas.

no sindicato dos metalúrgicos[20]. Contudo, esta intervenção, segundo Lula, *foi um grande aprendizado*, pois, os sindicalistas aprendem que o prédio e aparelho burocrático são secundários no movimento sindical. O importante é a organização dos trabalhadores e o respeito que a categoria tem pelos diretores do sindicato.

Embora os sindicatos estivessem sob intervenção federal e seus diretores cassados, mesmo assim, eram reconhecidos como os líderes da categoria - entre eles Lula - em 13 de abril de 1979, foi deflagrada greve geral. Era a primeira manifestação de massa da classe operária, desde 1964, na forma de greve fora das fábricas, com piquetes O enfrentamento ostensivo dos metalúrgicos do ABC extrapola os limites de atuação dentro da legislação sindical. O jornalista Júlio de Grammont, da Fundação Perseu Abramo, argumenta criticamente sobre os meios utilizados pelos militares para derrotar os metalúrgicos do ABC paulista:

> *Além de intervir nos sindicatos, os militares mandaram muitos espiões, tropas de choque, helicópteros e brucutus do Exército e espancavam milhares de trabalhadores. Censuraram a imprensa e a poderosa Rede Globo abriu espaço para Mário Garnero, diretor da Volks, no Jornal Nacional, para que só ele falasse. Contra a sua vontade, a repórter que foi entrevistá-lo negou-se a aparecer na tela e foi mais longe, tirou de seus dedos os anéis para 'nunca' ser identificada com aquela trapaça* (http://www.fpabramo.org.br/td/nova_td/td37/td37_memoria.htm – 28/05/2002 – 21 horas).

No relato do jornalista, observa-se, que além dos meios utilizados pelos militares para reprimir a mobilização dos metalúrgicos, o governo militar usou também os meios de comunicação de massa, caso da Rede Globo, mostrando apenas um dos lados envolvidos. Numa alusão a *Gramsci pode-se afirmar que* os militares e a classe dominante fazem uso da ideologia arbitrária, racionalizada, desejada. Contudo, esta ideologia ao ser submetida ao crivo dos que *viveram aquela situação*, desqualificam-na e desencadeiam maior revolta entre os metalúrgicos que partem para o confronto direto. O Paço de São Bernardo do Campo transformou-se numa verdadeira praça de guerra. A tropa de choque avançava para dispersar os metalúrgicos, mas os trabalhadores respondiam com pedradas.

[20] Cf. Entrevista com o metalúrgico aposentado José Francisco dos Santos, narra detalhes a respeito das assembléias no campo da Vila Euclides e de como os metalúrgicos do ABC organizavam suas mobilizações reivindicatórias.

Nessa greve, os metalúrgicos da fábrica da Volkswagen do Brasil - maior fábrica de São Bernardo do Campo - após um piquete no pátio de entrada da fábrica, formado pelos líderes sindicais, jornalistas e alguns ativistas, ficaram de mãos dadas para impedir a passagem de todos. Os líderes, Wagner Lino e Devanir Ribeiro, passam a gritar com os metalúrgicos: *vocês estão vendo que vergonha! Jornalistas estão fazendo o nosso papel!*[21]. Rapidamente, os peões da frente assumiram os lugares dos repórteres no piquete. Dessa forma, a Volkswagen entrou em greve geral de 1979. A partir da paralisação de 1979, os trabalhadores do ABC derrubaram, na prática, a proibição do direito de greve, mesmo com as pressões e intervenções que os sindicatos sofreram.

O primeiro de Maio unitário de 1979, contou com a presença de 200 mil trabalhadores revigorando, no seio operário, o caráter de luta do Dia do Trabalho. Patrões e governo militar, com todo aparato bélico e, apesar da radicalização, não amedrontaram e nem derrubaram a classe operária e, o fundamental foi conquistado: a volta das lideranças sindicais. *O patrão só escuta a voz do trabalhador quando as máquinas estão paradas! E sentem nossa força quando estamos com os braços cruzados*. Lula também diz: *que ninguém, nunca mais, ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores*. (RIBEIRO, 1988, p.233) Era a voz de Lula que entusiasmava os milhares de operários que lotavam o campo da Vila Euclides, na campanha por melhorias salariais da categoria em 1979[22]. Num depoimento de Lula, no site do Sindicato do ABC (que relata a trajetória sindical dos metalúrgicos e consolidação do Novo Sindicalismo), argumenta o motivo de seus esclarecimentos aos trabalhadores no Campo da Vila Euclides: *disse isto, porque eu achava que a gente tinha dado a lição nos empresários e no governo* (http://www.abcdeluta.org.br/memoria/telas/vidas/SIND02 – 30/05/2002 – 23 horas).

A inusitada vitória política dos sindicalistas frente ao recuo da intervenção governamental nos sindicatos dos Metalúrgicos de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema em 1979, serviu de exemplo para outras categorias e regiões do país. A nova estrutura sindical brasileira surgiu após várias décadas de experiências da classe operária e da militância sindical, pois, nascia debaixo para cima, da fábrica, opondo-se ao imobilismo do sindicalismo controlado e reprimido pelos governos militares. Sendo assim, a ausência de canais político-governamentais e institucional-empresariais de negociação

[21] Cf. Em (http://www.fpabramo.org.br/td/nova_td/td37/td37_memoria.htm – 28/05/2002 – 21 horas).

torna a greve o único instrumento disponível, apesar de seus riscos, para que os dirigentes sindicais readquirissem status de representantes dos trabalhadores. A greve torna-se o meio eficaz nas mobilizações dos trabalhadores brasileiros, como argumenta Boito Júnior:

> *Somado à eficácia dos primeiros embates, levou à consolidação da greve como a estratégia privilegiada de ação sindical a partir de 1979, colocando o movimento operário num patamar muito superior em sua luta contra o poder ditatorial. Os metalúrgicos lideram as mobilizações greves (53,4%), seguidas pelos trabalhadores da construção civil, motoristas e cobrados. Além desses, dois outros segmentos, dos médicos e dos professores, deram início a movimentos que ao longo do tempo os transformariam nos principais grupos grevistas dos assalariados de classe média* (1991, p.105).

As ações dos metalúrgicos e das demais categorias profissionais - tendo a greve como principal estratégia - convergem para a clara importância do Novo Sindicalismo e suas estratégias no final dos anos setenta, a tal ponto que o termo passa a ter ampla aceitação no início da década de 80, não só entre os analistas do movimento sindical, mas entre os dirigentes e ativistas sindicais. (Mattos, 1998, p.67) Lula afirmava, *que as greves do ABC haviam iniciado uma nova era no sindicalismo brasileiro.* (comentando a intervenção nos sindicatos do ABC e as greves de 1979) (...) Lula apontava a forte repressão do governo militar e a intransigência dos empresários, motivados pelo mesmo objetivo: *acabar com o novo sindicalismo brasileiro* (1981, p.167).

Mas com toda a repressão dos militares e intransigência dos empresários, a classe operária compreendia que era necessário que o sindicato fosse combativo e para tanto precisava ser reestruturado, como demonstra o documento da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, do final da década de setenta:

> *Historicamente está começando a etapa do sindicalismo brasileiro, não mais do tempo de Getúlio, ou de Jango, baseado na confiança e na expectativa do governo..*
>
> *Hoje, está nascendo um sindicalismo novo, sem esperanças do governo e sem meios-termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro o centro do problema: o problema político, problema de luta de classe.*
>
> *Esse sindicalismo está nascendo lentamente, das várias décadas de experiências da classe operária e do movimento sindical.*

[22] A fundação Perseu Abramo - http://www.fpabramo. org.br dispõe de grande acervo documental a respeito das mobilizações do período do novo sindicalismo, bem como o site do Sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista - http://www.abcdeluta.org.br/ apresenta detalhes das mobilizações dos metalúrgicos.

> *A lição fundamental é a seguinte: o sindicalismo novo, verdadeiro, tem que nascer de baixo para cima, da fábrica até a organização das várias fábricas em organização de classe: o sindicato* (GIANNOTTI, 1987,p.34).

O trabalhador brasileiro, mudando de comportamento, partindo para uma nova organização sindical e tomando consciência da necessidade de tornar mais combativas as mobilizações grevistas, legitima uma nova forma de sindicalismo partir para o confronto com o governo e empresários que combatiam com dureza as greves operárias. A nova maneira de fazer sindicato, segundo Boito, é colocada em prova em 30 de março de 1980, quando *uma outra greve é deflagrada sob o impacto da repressão à greve dos metalúrgicos de São Paulo, em 30 de novembro de 1979, um policial militar mata, em frente à fábrica Sylvania, em Santo Amaro, num piquete, o líder operário católico Santo Dias da Silva. Mais de 30 mil pessoas acompanham o enterro* (1991, p.105).

A morte do metalúrgico Santo Dias da Silva, a forte repressão ao movimento grevista, no final de 1979, quando muitos operários foram presos e outros sofreram agressões, se transformando em estímulo para os metalúrgicos do ABC, , deflagrarem uma ampla greve em 30 de março de 1980, após assembléia no Campo da Vila Euclides[23]. Segundo informações do site do sindicato do ABC paulista, os metalúrgicos reivindicavam: *a estabilidade no emprego, o pagamento de 100% nas horas extras de domingos e feriados, o piso salarial, o seguro de acidentados, o delegado sindical e a semana de 40 horas* (http://www.abcdeluta.org.br/Memoria – 31/05/2002 – 21 horas). A greve demonstrava a intensa capacidade de organização e legitimidade dos novos dirigentes sindicais.

Em 17 de abril de 1980 o governo federal faz nova intervenção nos sindicatos de São Bernardo do Campo e de Santo André e prende os principais dirigentes sindicais, que são enquadrados na Lei de Segurança Nacional. As assembléias no Estádio e em praça pública foram proibidas. A Igreja Católica abre as portas dos templos para a reunião dos trabalhadores: as assembléias se transferem para a igreja matriz de São Bernardo, com o apoio do bispo diocesano de Santo André, Dom Cláudio Hummes, assistente nacional da Pastoral Operária.

O apoio da Igreja Católica foi importante na mobilização grevista dos metalúrgicos que também utilizam o ABCD Jornal, como porta-voz e comando da continuidade da luta.

[23] Cf. Foto 01 no final do capítulo III. (Que mostra a assembléia dos metalúrgicos, no Campo da Vila Euclides, com a presença de 80 mil metalúrgicos, estas eram sobrevoadas por helicópteros do Exército, em vôos rasantes, com metralhadoras à mostra).

Outra estratégia utilizada na greve de 80, segundo relato do jornalista Júlio de Grammont, da Fundação Perseu Abramo, era a tarefa desempenhada pela turma dos *miguelitos*[24].

As estratégias utilizadas pelos metalúrgicos transformavam-se em peças fundamentais para a continuidade do movimento grevista. Em Primeiro de Maio de 1980, na praça, em frente à Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, acontece uma grande manifestação, segundo relatos do sindicato do ABC:

> *Para este dia foi previsto a realização de uma passeata. A presença do Exército, das tropas da PM, DOPS, DOI-CODI e Polícia Federal e a explosão de bombas de gás, não intimidam os metalúrgicos, iniciam a passeata, que saiu vitoriosa. Participaram cerca de 150 mil pessoas!* (http://www.abcdeluta.org.br/Memoria/Telas/Linha_Tempo/conjuntura_economica_contexto.asp?Id_Contexto=8 - 31/05/2002 - 22 horas).

A greve dos metalúrgicos com a utilização de estratégias inovadoras e a coragem de enfrentar o regime militar, estimulam, em todo Brasil, as mobilizações de várias categorias em 1980, assim como aconteceu em 1979, conforme os dados do Sindicato do ABC paulista, citados por Alencar, paralisam suas atividades:

> *Os portuários de Santos (SP), professores da Pontifícia Universidade Católica - PUC de Salvador; operários da Hansen*[25] *; professores das Universidades Federais e da Universidade de São Paulo – USP; o magistério de Minas Gerais; trabalhadores rurais nas fazendas de café de Vitória da Conquista (ES); Fiat Diesel do Brasil (RJ); 240 mil trabalhadores canavieiros em Pernambuco; professores paranaenses de 1º e 2º graus entre outros* (1985, p. 318).

Muitas categorias, em várias localidades do Brasil, aderiram ao movimento grevista e os metalúrgicos inovaram as estratégias para continuarem com a greve e, também, realizou-se a memorável passeata de primeiro de maio de 1980. Ainda assim, o ABC paulista decidiu, em 11 de maio, voltar ao trabalho, depois de 41 dias de paralisação, sem conseguir vitória econômica para a categoria. Mas foi uma greve que trouxe muitas lições, principalmente aos patrões que se negavam a negociar com seriedade com os

[24] Assim eram chamados os trabalhadores que, na madrugada, colocavam pregos retorcidos debaixo das rodas dos ônibus, para furar os pneus dos veículos, o *miguelito* mais comum era o de três pontas. Jogado ao chão, uma delas sempre ficava para cima, estratégia que impede o fura greve de ir trabalhar.

[25] Indústria de Plásticos e derivados (utiliza o nome fantasia CIPLA) e a Indústria de Tubos e Conexões (nome fantasia de TIGRE). Ambas do grupo Hansen, situadas em Joinville SC.

trabalhadores. Surgiu um novo perfil nas relações entre patrões e operários, com maior respeito e flexibilidade para negociar.

Na avaliação de Ricardo Antunes, o movimento desencadeado pelo operariado metalúrgico em 1980, não foi capaz de romper com a lógica do poder político do capital, pois *ocorre a ausência de uma direção política consciente, dotada de independência teórica e ideológica, impossibilitando a visualização plena da contextualização social e política vigente, levando o movimento à derrota* (1992, p.169). Isso porque os metalúrgicos não conseguem ampliar a articulação com outras categorias de trabalhadores incapazes de alargar a base social e política da greve. E essa seria a única maneira de evitar que a mobilização dos metalúrgicos ficasse isolada na confrontação com a FIESP - Federação das Industrias do Estado de São Paulo - e com o Governo.

Apesar dessa derrota no plano político, não se pode afirmar que o movimento não tenha sido benéfico à classe operária. Lembramos novamente *Gramsci* quando, ao referir-se a confrontos travados pelo operariado metalúrgico italiano, no início da década de vinte, dizia:

> *(...) cinco mil operários revolucionários foram demitidos, pela Fiat, os Conselhos de fábrica foram abolidos, os salários reais rebaixados. Os operários foram, enfim derrotados. Mas o sacrifício por eles feito foi inútil? Não o cremos: pelo contrário, estamos certos de que não foi inútil* (ANTUNES, 1992, p.211).

Da mesma forma, o movimento grevista dos metalúrgicos do ABC paulista não foi inútil. A experiência, a conscientização, a garra e a coragem vão sendo incorporada pela categoria. O que se verificou àquela época é que embora o contexto histórico fosse propício, a falta de articulação com outras categorias, impediu um avanço mais significativo da organização da classe operária.

O início dos anos 80 indicava o enfraquecimento da política distensionista, proposta por Ernesto Geisel[26], mas sem abrir mão da tutela que o Estado militar exercia sobre a sociedade. Todavia, não correspondeu às expectativas do povo brasileiro, nem do seu mentor, Geisel, que, por isso, rompeu com seu sucessor, João Batista Figueiredo. A relutância de Figueiredo em determinar uma completa investigação

[26] O Brasil, a partir do golpe militar de 1964, vai assistir a convivência de uma ordem constitucional ao lado de atos de exceção, passando por vários momentos históricos de recrudescimento, até que em 13 de outubro de 1978 o presidente Geisel, através da Emenda Constitucional n.º 11, revoga todos os atos institucionais, dando início ao processo de distensão política. Geisel afirmava que o processo *da abertura seria lento, gradual e seguro.*

no episódio que ficou conhecido como o caso Riocentro[27], infligiu um pesado golpe na credibilidade do processo de abertura, proposto pelos militares.

O caso do *Riocentro*, mostrando o retrocesso da abertura democrática e dos rumos estabelecidos pelo governo Figueiredo, que impunha uma política econômica recessiva, comportamento que o levou a perder o apoio político e o respaldo popular, trouxe conseqüências negativas ao movimento sindical, que não conseguiu romper com a lógica do capital, superexploração do trabalho, propostas defendidas pelo governo militar.

O esforço das lideranças sindicais, na busca de espaços em meio ao clima político desfavorável e que tentava reverter as derrotas advindas das greves de março e abril de 1980, torna-se mais penoso principalmente com as demissões vindas desta greve, quando o fenômeno do *desemprego* agravou-se, chegando a níveis nunca vistos em nossa História. No mês de agosto, segundo dados apresentados por Alencar, o Instituto Brasileiro de Geografia a Estatística - IBGE, registrou-se 900 mil desempregados nas maiores regiões metropolitanas do país, somados a este total ao número de subempregados – 10% da força de trabalho dos seis principais centros urbanos, estimados em 11 milhões de trabalhadores – chega-se a 12 milhões de trabalhadores. Na sua maioria, jovens até 24 anos de idade e mulheres (ALENCAR, 1985, p.324).

O aumento do desemprego e a elevação das taxas de juros - acentuando o processo inflacionário brasileiro - levavam, no diagnóstico do governo, a afirmar que a elevação dos preços (devido à inflação) dava-se devido aos *reajustes salariais constantemente pleiteados pelos trabalhadores* (BOITO Jr., 1991, p.106).

Em outubro de 1979, o General Figueiredo e seu Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, introduziram a *Nova Política Salarial* com aprovação no Congresso Nacional da Lei número 6.708 - estabelecendo reajustes superiores em 10% ao recem-criado INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, para a faixa de menor renda (1 a 3 salários mínimos), iguais ao INPC para aqueles que recebiam entre 3 e 10 salários e, de 80% desse índice, para o patamar superior - mais de 10 salários mínimos. Os protestos sindicais, segundo Boito, e as alterações introduzidas no projeto inicial não mudaram sua concepção básica: *com ele o governo reduzia a massa salarial, impedia a negociação salarial –*

[27] Quando uma bomba explodiu no colo do sargento Guilherme do Rosário, matando-o e deixou gravemente ferido o capitão Wilson Machado, num espetáculo comemorativo do primeiro de maio de 1981, promovido pelo Centro Brasil Democrático, organização de esquerda, no Rio de Janeiro, com cerca de 20 mil pessoas, principalmente jovens de classe média e alta, que foram lá ver e ouvir Chico Buarque de Holanda, Gal Costa, Elba Ramalho, Alceu Valença, Gonzaguinha.

apenas a produtividade seria negociada - e dividia os trabalhadores entre favorecidos e prejudicados pela lei (1991, p.107).

A vigência desta *Nova Política Salarial*, com claro objetivo de conter e refluir o movimento reivindicatório sindical, criou a sistemática do INPC para a correção salarial, estabelecendo faixas salariais diferenciadas e possibilitando a negociação direta, a título de produtividade. Essa política, na avaliação do professor Ricardo Antunes *pretendia gerar um descontentamento entre o novo sindicalismo emergente e a sua base social composta por amplos contingentes assalariados* (1995, p.13). Este mecanismo usado pelo governo Figueiredo, no início dos anos oitenta, levou a um refluxo a mobilização sindical, tendência somente alterada a partir de 1983.

1.6. O NASCIMENTO DA CUT

O refluxo no movimento grevista, não tira de cena os metalúrgicos, os professores, os trabalhadores da construção civil, os médicos e os motoristas que continuaram, mesmo com clima desfavorável, responsável por mais de 60% das greves e das jornadas perdidas, no período de 1979 a 1982. Driblando as circunstâncias desfavoráveis à mobilização dos trabalhadores no conflito grevista, a liderança sindical realizou a sua organização interna e, neste tempo ocorreu um avanço do movimento sindical na direção de uma unificação, que o fortalecesse e lhe desse uma coordenação nacional. Essa ação organizacional vai explicitar as tensões que jaziam subjacentes acerca das práticas e orientações seguidas pelos grupos envolvidos.

Assim, a concorrência no interior da esfera sindical, podemos caracterizar dois

blocos[28]: de um lado, os chamados sindicalistas *autênticos*[29] reunidos em torno dos metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, os quais, com os grupos integrantes das chamadas *Oposições Sindicais*[30], compunham o autodenominado bloco *combativo*[31] e constituiriam o *novo sindicalismo*. De outro lado a *Unidade Sindical*, que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitos deles vinculados aos setores denominados *pelegos*, e os militantes de setores da esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Estes dois blocos seriam as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula. Foi nessa contextualidade de *divergências* da ação sindical que ocorreu em agosto 1981, a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT[32], o primeiro esforço de articulação nacional, posteriormente dando origem à Central Única dos trabalhadores – CUT e à Central Geral dos Trabalhadores – CGT.

---

[28] Rodrigues (1991) assinala a existência de um outro bloco, relacionado aos grupos de extrema esquerda e ao sindicalismo revolucionário, extremamente minoritário e de pequena influência no processo.

[29] Autênticos era o bloco dos sindicalistas também denominados 'Independentes', mais tarde passam a ser designados de 'Combativos' – Pertenciam os sindicalistas que haviam entrado em conflito direto com o Ministério do Trabalho, desencadeando várias greves e levantando outras reivindicações que contrariavam a política salarial do governo, alguns destes sindicatos foram colocados sob intervenção pelo Ministério do Trabalho. No aspecto da política e ideologia, esse grupo não estava bem definido. Na ocasião seus membros poderiam ser considerados como sindicalistas que lutavam por mais espaço de negociação, chocavam contra algumas normas que regulavam a atividade sindical, fundamentalmente o controle que o Ministério do Trabalho exercia sobre os sindicatos. A nova geração de sindicalistas, segundo Rodrigues, ascendente na estrutura sindical, como Luís Inácio, o 'Lula', ainda no período do regime militar, tinham pouca ou nenhuma experiência de participação política (In: O sindicalismo Brasileiro nos anos 80, 19991, p.28).

[30] Agrupando militantes egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes ligados à Igreja progressista, este setor apresentava uma plataforma que tinha como centro o combate à estrutura sindical corporativa a partir de um intenso trabalho de base via comissões de fábrica. Sua maior expressão estava na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) e podia apresentar posições que iam desde a aceitação do trabalho conjunto com o *sindicato oficial*, até aquelas contrárias à este tipo de articulação.

[31] Vale dizer que é só a partir das greves de 1978, e no período que se segue até a constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que os sindicalistas *autênticos* e o movimento das *Oposições Sindicais* vão se consolidando enquanto um bloco, em um processo que não se deu sem tensões. Em sua maioria estas forças, junto à outras, estarão presentes também na formação do Partido dos Trabalhadores.

[32] Nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981, apesar das numerosas divergências, todas as forças militantes do sindicalismo brasileiro participam do grande encontro de trabalhadores realizados em Praia Grande, litoral de São Paulo, que recebeu o nome de Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Sua maior importância advém de ter sido a primeira e, ultima grande conferência em que participaram praticamente todas as facções militantes do meio sindical. Segundo Rodrigues, 480 sindicatos urbanos (3108 delegados), 384 sindicatos rurais (969 delegados), 32 associações de funcionários públicos (49 delegados), 176 associações pré-sindicais (875 delegados), 33 federações urbanas (90 delegados), 17 federações rurais (134 delegados) e 22 representantes de quatro confederações (agricultura, professores, trabalhadores em comunicação e servidores públicos), num total de 1126 entidades e 5247 delegados (In: O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. 1991, p.30/31).

A respeito da CUT, fundada em 1983, constituiu-se como leito natural para várias correntes, tendências, agrupamentos e individualidades que atuavam num universo sindical mais combativo. Aglutinaram-se desde o sindicalismo independente aos amplos contingentes da esquerda católica, sob influxo da Teologia da Libertação e da opção preferencial pelos pobres. Integraram-se, também, tendências socialistas e comunistas, dissidentes da esquerda tradicional. Era um ideário diverso e multifacetado, dentro das esquerdas, mas com um ponto básico convergente - estruturar uma central sindical de âmbito nacional, capaz de constituir-se em um instrumental decisivo para a ação do trabalho no Brasil. Intimamente vinculada ao Partido dos Trabalhadores, contava, entretanto, com militantes de outros partidos, como o PDT, além de significativo contingente de militantes sindicais não partidários. Era, pois, o escoadouro natural desses agrupamentos que se empenhavam, há muito, na constituição de uma entidade sindical nacional de corte autônomo e independente. Quatro expressivas fatias da classe trabalhadora brasileira formavam a CUT: operariado industrial, trabalhadores rurais, funcionários públicos e trabalhadores vinculados ao setor de serviços. Esta representação heterogênea – que expressa o mundo diversificado do trabalho em nosso país – mas efetiva e real, fez com que em seus poucos anos de vida se constituísse, de longe, na mais expressiva entidade sindical nacional, dentre aquelas aqui existentes.

Sua ênfase básica, sob a qual centrou a tônica de sua ação, foi bifronte: de um lado, voltada para a luta contra o arrocho salarial, contra a superexploração da força de trabalho, contra a política econômica - tanto do regime militar quando da *Nova República*. De outro lado, é inegável que a atuação da CUT, na década de 80, teve um papel decisivo na democratização da estrutura sindical, em especial na luta pelo fim da ingerência do Estado. No balanço dos anos de existência, a ação desenvolvida pela CUT foi decisiva nos embates grevistas, pois esteve sempre presente nas paralisações do trabalho. A sua presença constante nos embates cotidianos da classe trabalhadora é o elemento que nutre e lhe dá substância orgânica.

Para Maria Dilnéia Fernandes a fundação da Central Única dos Trabalhadores foi um elemento positivo dentro deste processo reivindicatório, congregando o sindicalismo emergente dos trabalhadores, tanto do setor público como do privado :

> *A CUT inaugura um novo sindicalismo no país, contrapondo-se ao peleguismo, herança do Estado Populista no movimento sindical que se caracterizava por negociar com o patrão à revelia do conjunto dos trabalhadores e que também se mantinham às expensas do regime. A CUT vai então tentar romper com o imposto*

> *sindical, a unicidade sindical e a estrutura sindical vertical, construindo um sindicalismo legítimo dos trabalhadores. O movimento estudantil reorganiza-se, e eclode todo o tipo de organização oriunda dos movimentos populares* (2000, p.50).

Maria Dilnéia Fernandes, como que ratificando a opinião de Jair Meneguelli, afirma que:

> *A CUT é ao mesmo tempo organismo de representação de interesse de classe e elemento catalisador de anseios e aspirações populares do movimento Sindical difuso à organização nacional dos trabalhadores, a CUT cumpriu uma trajetória que a habilita e a obriga a intervir nesse debate* (1992, p.71).

Com a organização e consolidação deste gigantesco organismo sindical, os anos de 1983 e 1984, serão marcados por uma política salarial que passa a ser exercida por meio de Decretos-lei[33]. E esta política salarial fez com que a CUT começasse a agir, pois iniciaram-se as principais greves do ano de 1983 que paralisou a categoria dos petroleiros de diversas estatais. Os sindicatos de Campinas e da Bahia sofreram intervenções e, no dia 10 de junho, a greve foi encerrada com advertências e demissões. Simultaneamente, 53 mil metalúrgicos de São Bernardo e Diadema paralisaram em solidariedade aos petroleiros e também contra o decreto salarial em vigor.

Os sindicalistas, orientados por Jair Meneguelli (CUT) e Joaquim dos Santos Andrade (CGT), articulavam em conjunto a primeira greve geral dos anos oitenta, que seria deflagrada dia 21 de julho de 1983, contrário aos Decretos-lei 2.024 e 2.036 que intensificavam o arrocho salarial, enquanto a inflação não parava de subir. As discordâncias no meio sindical levaram a greve ao fracasso. As estimativas mais otimistas apontaram três milhões de participantes em todo o país, com maior concentração, marcada por muito confronto, nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

As mobilizações operárias começavam, na prática, a derrubar o Decreto-lei de n.º 2.065[34]; pois a greve de 55 mil metalúrgicos de treze empresas de São Bernardo do Campo e Diadema, durante nove dias, culminou com um acordo – primeiro na Ford,

---

[33] Foram cinco os Decretos-lei, todos com um ponto em comum: retiravam o ganho adicional de 110% do INPC concedido aos trabalhadores com renda de até três salários mínimos. Após diversas tentativas, o governo, através de acordo com o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, obteve aprovação do Decreto-lei número 2.065 que previa reajuste de 100% do INPC para a faixa de até 3 Salários Mínimos, 80% para até 7 Salários Mínimos, 60% até 15 Salários Mínimos e 50% para os assalariados de maiores rendas (In: O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80, 1991, p.108-112)

[34] Era o Decreto que indicava os índices do IPCN para reajuste dos salários. Os Decretos números 2.024 e 2036 foram rejeitados pelo Congresso Nacional.

depois estendido para outras empresas – que fixava reajustes de 100% do INPC para rendas de até dez Salários Mínimos e 80% para o restante, além de um abono de emergência. Segundo Boito, *esse acordo teve multiplicador: cumulativamente, até 1985, diversas empresas, principalmente metalúrgicas, foram paralisadas e concederam reajustes que, de maneira geral, eram mais favoráveis que o Decreto-lei em vigor* (O Decreto-lei 2.065 deixou de vigorar em outubro de 1984) (1991, p.110).

2. OS PROFESSORES E O SETOR PÚBLICO NO NOVO SINDICALISMO

Na década de 1970, quando volta a ser possível a participação política nas instituições estudantis, sindicais e partidárias - até então destruídas ou cerceadas - e estas se incorporaram à mobilização da sociedade brasileira para pressionar o regime militar pelo restabelecimento das liberdades democráticas, os primeiros que atendem aos chamados vindos dessas instituições são justamente os que acompanharam ou até atuaram na conjuntura política imediatamente anterior e levaram àquelas instituições as experiências adquiridas anteriormente.

A participação combativa e representativa das instituições sindicais, no final da década de 1970, com praticas baseadas em atitudes concretas tais como: maior responsabilidade nas deliberações que as bases conquistavam ou recebiam como atribuição de suas lideranças, maior recursos à mobilização coletiva, inclusive a greve, como forma de pressão sobre seus interlocutores. Fez com que governo e a classe patronal questionassem a estrutura sindical existente.

Por estes aspectos essas entidades diferenciavam-se das caraterísticas de concepção sindical montada por Getúlio Vargas na década de 1930. Essa nova forma de atuação sindical, do final da década de 1970 e no transcorrer dos anos de 1980, como já frisamos anteriormente, foi chamada de Novo Sindicalismo.

Enquanto o movimento sindical passava por transformações, ressurgiram também movimentos de categorias profissionais, que legalmente eram proibidos de ter sindicatos, mas que criaram ou reativaram associações profissionais, passando a encaminhar movimentos reivindicatórios em vários Estados.

A categoria dos professores do ensino oficial, nesse sentido, foi um exemplo marcante. As associações de docentes universitários movimentavam professores em todos os Estados e, centralizadas pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, chegaram a promover prolongadas greves da categoria.

Greves de professores de 1º e 2º graus tanto da rede particular, através de seus sindicatos, quanto da rede pública de ensino, através das associações são deflagradas em vários pontos do país, a partir de 1979.

Os movimentos populares[35], em diversos pontos do país, vinham obtendo razoáveis conquistas. Isso em conseqüência de transformações advindas das "novas" práticas inseridas no contexto sindical e, a trajetória traçada pelos metalúrgicos do ABC paulista, que faziam demoradas greves e mobilizavam amplas massas de trabalhadores. Os professores das redes públicas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e da Paraíba obtiveram sucesso em suas greves, conquistavam elevados índices de reajuste salarial e ao mesmo tempo, rompiam com a idéia do magistério como sacerdócio[36] (BULHÕES,1992, p.19).

Dessa forma, passa a existir, dentro da história do movimento sindical brasileiro, um "divisor de águas", pois, a partir da greve de 1979, dentro das entidades representativas dos professores, influenciadas pelo novo sindicalismo, acontece uma maior atuação e as reivindicações passam a ser dentro de um sindicalismo mais combativo e, começa a existir uma diferença qualitativa e quantitativa, dentro das entidades do magistério consolidando-se um processo de profundas mudanças na ação sindical.

No caso específico do funcionalismo público de Mato Grosso do Sul, a organização da categoria inicia-se em 1978 e as mobilizações começam logo em seguida, justamente em 1979, ano da implantação do estado, notadamente entre os professores da rede pública estadual. Documento valioso a respeito do movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul, dos anos de 1978 até 1988, de autoria dos *professores Wilson Valentim Biasotto e José Laerte Tetila*, obra publicada em 1991, registra grande parte das mobilizações dos professores e da luta sindical necessárias para a

[35]Para saber mais a respeito dos movimentos populares e de suas lutas cf. SADER (1998).

[36] A idéia do magistério como sacerdócio era que os professores deveriam trabalhar sem receber. Em Biasotto e Tetila (1991) no depoimento da professora Zonir Freitas Tetila, fica claro a idéia de sacerdócio e idealismo entre os professores, diz a professora: "no fundo até nós professores achávamos que não tinha sentido ficarmos discutindo salário porque a idéia de trabalhar por ideal, apenas, eram muito forte ...era isso que se percebia, quer dizer, o magistério estava muito ligado àquela idéia de sacerdócio, que infelizmente ainda permeia hoje". (p.31)

criação de um organismo unificador das lutas dos Professores de Mato Grosso do Sul e, nesta obra, os autores citam a realização de uma extraordinária passeada em Campo Grande, em 27 de março de 1980[37].

"Ser sindicalizado" deixa de significar apenas pertencer a uma associação que tenha sua ação definida exclusivamente pela diretoria e torna-se uma atividade apropriada e exercida pela base sindical. A novidade estava na crescente participação que os sindicalizados passaram exercer no interior da entidade. No caso da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP, em agosto de 1978, três meses depois da primeira greve dos metalúrgicos da fábrica de caminhões da Scania [38], realiza-se a primeira greve da década. Segundo Leobons, *em 1979 os professores passam a ter uma atuação importante na greve do funcionalismo público paulista* (1997, p.47).

2.1. A LUTA PELA LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

No campo sindical, o desenvolvimento de concepções de participação e representação veio trazer, ou mesmo recuperar, novos temas e uma nova configuração no panorama sindical brasileiro, tornando-se um ponto polêmico nesse contexto. Todos os atores que já estavam em cena viram-se obrigados a tomar posição, a favor ou contra, em resposta às questões que esse "novo personagem", o Novo Sindicalismo, apresentava. Entre as novas concepções, vale destacar aquela que se embasa na Liberdade e Autonomia Sindical e que se concretiza principalmente nas reivindicações de autonomia perante o Estado, o que implica no reconhecimento, por parte deste último, dos direitos de greve, da negociação com os empregadores sem a intervenção governamental, responsabilidade exclusiva dos próprios trabalhadores na decisão sobre as suas formas de organização e fim

[37] "(...) Com mais de 6 mil professores nas ruas de campo Grande que foram pressionar o governador Marcelo Miranda. (...) Só Dourados levou 40 ônibus para essa passeata.. Vários Jornais se pronunciaram sobre a passeata: O Progresso, O Impacto, O Correio do Estado, O Panorama, O Diário da a Serra e Jornal da cidade... (1991, p. 82/84)

[38] Como argumentado anteriormente, as ações dos metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, motoristas e cobradores, médicos e professores são apontadas como o marco inicial do Novo Sindicalismo (ANTUNES 1995, p.14).

do imposto sindical[39]. Sua manifestação e expansão teve grande amplitude, através da luta pelas demandas das bases sindicais, porque empreendeu um intenso processo de estruturação e organização sindical vertical e horizontal, que muitas vezes se fez por meio de greves.

A maioria dos autores que atribuem o termo Novo Sindicalismo a uma parcela do movimento sindical brasileiro da década de 1980 concorda a respeito das características dessa nova vertente sindical, da sua contextualização no conjunto dos movimentos sociais que no final da década de 1970 lutavam pela democracia e também, com relação a esse período, como marco a partir do qual esse tipo específico de movimento social começou a tornar-se um fator importante na cena política (ANTUNES, 1995, p.25). Como afirma Eduardo Noronha, um dos significados das greves no Brasil, após 1978, foi o de terem sido *instrumentos de reorganização das organizações sindicais (*1991. P. 93-135). Isso se torna evidente através do número de greves deflagradas: 118 greves em 1978 para 3.943 em 1989 e de 1978 a 1992 um total de 16.429 (LEOBONS, 1997, p. 49); bem como pela diversidade dos setores econômicos (agricultura, indústria e serviços) e de categorias que delas participaram:

> *No ciclo de greves de 1978 a 1987, os metalúrgicos, foram os que mais greves deflagraram (quase 25% do total) seguidas pelos serviços das secretarias, ministérios ou órgãos assemelhados de qualquer um dos níveis de governo (10,5% das greves ou as por categorias, como médicos, professores, etc.), motoristas (6%), professores (6%) e trabalhadores da construção civil (5,2%)* (NORONHA, 1991, p.105-129)

Em concordância com Noronha, a respeito da diversidade de categorias que se mobilizaram através das greves a partir dos fins da década de 1970 e na de 1980, Boito Júnior, afirma:

> *O sindicalismo expandiu-se bastante. Foram criadas centenas de novos sindicatos oficiais e, no setor público, centenas de associações de caráter sindical. O sindicalismo diversificou-se, difundiu-se pelo campo, juntamente com a difusão do trabalho assalariado na agricultura , e incorporou amplos setores das classes médias urbanas – hoje, greve de médicos, de professores, de funcionários públicos, de jornalistas e de outros setores da 'classe média universitária' já não constitui novidade* (1991, p. 45).

[39] No caso da primeira dessas implicações, isto é, reconhecimento do direito de greve, ela se concretizou a partir da promulgação da Constituição de 1988, de acordo com o artigo 9º. A questão do imposto sindical permanece em discussão até o presente momento.

Segundo Ricardo Antunes, essa rearticulação do movimento sindical brasileiro, verificada de forma mais contundente a partir de 1978, começa a se processar com as seguintes ações:

> *(...) a retomada das ações grevistas, a exploração do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988* (1995, p. 11).

As características relativas à identidade e atuação dessa nova vertente do movimento sindical brasileiro, segundo Wilma Mangabeira, assim foram sintetizadas:

> *1) O sindicato do tipo 'novo sindicalismo' é mais combativo;*
> *a) Por sua tendência em recorrer a greves;*
> *b) Pelas formas de luta escolhidas;*
> *b) Pelo uso dos canais legais existentes;*
> *c) Por introduzir temas que contestam a organização da produção.*
> *2) Os sindicatos do tipo 'novo sindicalismo' são mais representativos da base que representam porque:*
> *a) admitem novos protagonistas como líderes;*
> *b) admitem e estimulam a representação nos locais de trabalho;*
> *c) procuram expandir as bases de participação por meio da organização de campanhas de sindicalização;*
> *d) admitem eleições sindicais sistemáticas realizadas em condições de maior liberdade e competição.*
> *3) O 'novo sindicalismo' não é apenas uma tendência sindical, mas:*
> *a) representa uma arena de lutas em defesa de direitos sociais e políticos;*
> *b) questiona os próprios limites do Estado corporativista, criando oportunidade de expansão da cidadania operária* (1993, p. 15).

Analisando o significado das greves dos metalúrgicos do ABC no período 1978-1980, Marco Aurélio Garcia aponta questões apresentadas por esses movimentos e discute as perspectivas de desdobramento dos mesmos. Para esse autor as experiências de mobilização fazem parte de uma atividade sindical exigida pelo novo contexto histórico do sindicalismo brasileiro, devido a sua importância na conjuntura política do País no final da década de 1970.

> *Afinal esta parece ser a 'novidade' mais importante que as lutas do ABC trouxeram: grandes contingentes de trabalhadores se puseram em movimento não porque sobre eles tivesse se derramado alguma clarividência teórica ou organizativa. Ao contrário foi a prática da luta social que levou os trabalhadores a avanços inigualáveis em termos de consciência e organização.*

> *(...) Assim, se para os generais a abertura não podia cruzar a porta da fábrica, para a oposição consentida as lutas operárias deviam se reter nesta mesma porta, aí fazendo baldeação para o trem democrático burguês da luta pelo Estado de direito. Na base desse raciocínio estava a consideração de que as greves de 78 (e para os anos seguintes, o mesmo se diria) eram essencialmente o resultado do aproveitamento do espaço aberto pela crise da ditadura e pela ação oposicionista. Esquecia-se, assim, ou mesmo se minimizava, anos de solitária resistência nas fábricas e o fato de que esta resistência trazia consigo novos elementos para a democracia no Brasil* (http://www.fpabramo.org.br/especiais/greve80/analise_marcoaurelio.htm – 28/06/2003 – 10 horas).

Também segundo esse autor as formas de luta e de organização dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo inventadas antes, durante e depois das greves por eles realizadas de 1978 a 1980 são uma indicação de caminhos alternativos à estrutura sindical brasileira, sobretudo os concernentes às relações entre bases e direções sindicais.

> *A resistência não foi feita de atos espetaculares; ao contrário ela se configurou como uma teia de pequenas ações que permitiram ao trabalhador brutalizado pela exploração vencer seu isolamento e reconhecer-se como classe num pequeno gesto de recusa desta exploração. Jogar dominó durante o trabalho ou simplesmente diminuir a cadência, demorar-se um pouco mais no banheiro ou lá colocar um recorte de jornal que pudesse interessar a seus companheiros, foram iniciativas que prepararam comportamentos mais coletivos: operações tartaruga, sabotagens, protestos contra feitores, paradas e mesmo greves. Em alguns casos estas manifestações de operários. Em outros, foi a resistência surgida espontaneamente que provocou a constituição desses grupos. Mais ou menos politizados, integrando ou não militantes sindicais ou de organizações de esquerda, o que estava em jogo nessas ações era a resistência à exploração e dominação patronais, não enquanto fenômenos genéricos, mas como brutais realidades quotidianas. Exploradas e dominada como nunca, isolada socialmente, privada das antigas alternativas 'para os trabalhadores', a classe foi se descobrindo e, nessa descoberta se reconstituindo* (http://www.fpabramo.org.br/especiais/greve80/analise_marcoaurelio.htm – 28/06/2003 – 10 horas).

Ainda segundo esse mesmo autor, a inovação trazida por essas greves também se verificou na relação do movimento com outros agentes sociais:

> *O que caracteriza o movimento que se constituiu nesses últimos anos no ABC não é somente o seu caráter massivo e sua combatividade, mas, sobretudo, sua crescente autonomia frente ao Estado e às organizações políticas* (http://www.fpabramo.org.br/especiais/greve80/analise_marcoaurelio.htm – 28/06/2003 – 10 horas).

O cientista político Leôncio Martins Rodrigues entende a movimentação sindical no Brasil, a partir do final da década de 1970, como um dado novo profundamente diferente

do que existiu no período de Goulart (1961-1964) na medida em que tal processo é para ele caracterizado como uma nova presença *do poder sindical na política brasileira que se relaciona com a formação das centrais sindicais e do Partido dos Trabalhadores* (1991, p.13).

E ainda na opinião de Leôncio Martins Rodrigues,

> *A grande mudança ocorrida quando do declínio do autoritarismo militar foi o aperfeiçoamento de um movimento sindical que procurou afirmar-se contra o Estado ao mesmo tempo em que procurava resguardar sua autonomia ante os outros grupos sociais e atores políticos de oposição ao regime autoritário* (1991, 41).

O professor Éder Sader afirma que essa emergência e consolidação do Novo Sindicalismo se deu porque

> *(...) seus expoentes conseguiram explorar brechas legais, objetivos e formas de ações consideradas legítimas, embora nesse processo tenham tido de se contrapor às autoridades (...)* (1988, p. 182)

O significado do fenômeno em questão é visto por Leobons da seguinte maneira

> *O movimento sindical brasileiro, inclusive o do setor público, construiu-se na década de 1980 a partir do processo de extensa mobilização grevista, cuja atividade, no Brasil, teve papel muito mais importante e significativo do que nos países desenvolvidos ou a caminho da democratização, como a Espanha* (1997,p.54).

Uma das vertentes da temática acima apresentada é a expansão do sindicalismo dos assalariados do setor público nesse período de ressurgimento do movimento sindical brasileiro a partir de fins da década de 1970. Os professores universitários e secundários, quer tivessem uma representação de abrangência nacional (caso da ANDES), ou estadual (caso da Associação dos docentes das Universidades Estaduais e Associações estaduais de professores), marcaram forte presença nesse processo. Assim os funcionários públicos, em particular os professores, foram um dos novos atores na cena a partir do surgimento do Novo Sindicalismo.

2.2 – O SINDICALISMO DE CLASSE MÉDIA

O rápido crescimento numérico e a expansão das atividades do setor público, segundo Leôncio Martins Rodrigues, explicam o avanço da sindicalização neste setor da população. O envolvimento dos assalariados em atividades sindicais deu origem ao "sindicalismo de classe média". Para Rodrigues, os assalariados médios são camadas que se diferenciam em vários níveis de escolaridade, renda e tipo de trabalho; que exercem suas atividades geralmente em escritórios ou similares, não são considerados trabalhadores braçais e fornecem serviços. Existem nesse setor segmentos que se caracterizam por constituírem mão-de-obra "altamente" qualificada e seu tipo de trabalho distingue-se do conjunto do setor: médicos, biólogos, enfermeiros, dentistas, nutricionistas, psicólogos, cientistas, pesquisadores, professores, dentre outros. Assim sendo, as diferenças internas do setor evidenciam que sua heterogeneidade é maior que aquela existente entre os operários manuais fabris.

Essa variedade acentua-se na medida em que uma das suas partes significativas é caracterizada por ter o governo como empregador, isto é, são funcionários públicos, e seus vínculos empregatícios são diferenciados com relação aos assalariados médios do setor privado. Em relação à renda, antes mais alta, muitos destes segmentos vêm sendo superados, nos últimos anos, não só no Brasil mas em âmbito mundial, pelos extratos superiores dos operários fabris.

Por todos esses fatores o conceito de "classe média" vem se tornando cada vez mais complexo, na medida em que vai se extinguindo a relação direta que havia entre "tipo de tarefa, vínculo empregatício, nível de escolaridade, status da ocupação e a renda".

Sendo assim, Leôncio Martins Rodrigues usa o termo "sindicalismo de classe média" querendo dizer exatamente

> *Sindicalismo de assalariados de serviços que não efetuam trabalhos manuais, não operam máquinas na realização de um produto, não estão submetidos aos controles de tempo e movimento, não efetuam habitualmente tarefas repetitivas e padronizadas e recebem por mês e não por hora* (1999, p. 87).

O crescimento da sindicalização entre os assalariados médios, nos países da Europa Ocidental e América do Norte, é um fenômeno "complexo" que, para ser entendido, deve-se levar em conta os seguintes fatores que estariam mutuamente relacionados: o

crescimento do setor público, devido à expansão e abrangência das atividades do Estado na economia e na sociedade, sobretudo aquelas que oferecem serviços à população; declínio econômico e social de numerosos seguimentos da classe média tradicional; burocratização das carreiras e das vias de ascensão funcional; concentração de massas de trabalhadores em grandes empresas ou locais de trabalho sob o mesmo empregador e "assalarização" de profissões que até antes eram exercidas autônoma e individualmente, com as conseqüências da inserção do trabalhador em grandes grupos dentro de escritórios amplos e da diminuição da iniciativa individual levando a uma semelhança, cada vez maior, das condições dos assalariados médios e dos trabalhadores industriais.

Ainda, sobre as afirmações do mesmo autor, os fatores acima são válidos 'em certo grau' para explicar a sindicalização dos assalariados médios que ocorre em países onde existem sociedade desenvolvidas em termos de mecanização e modernização. Para o entendimento do caso brasileiro, o autor acrescenta a esses fatores a abertura política que, segundo ele, foi o catalisador de 'processos sociais que vinham ocorrendo há mais tempo', isto é, desde fins da década de 1970.

Leôncio Martins Rodrigues afirma que a situação existente no final do governo Figueiredo e a conjuntura favorável à redemocratização possibilitaram a sindicalização ou a atuação sindical das associações de classe média, principalmente as dos profissionais liberais. Neste período, apesar da proibição legal, ocorreram várias greves de funcionários públicos. Os governos, nos três níveis da administração pública, por sua vez, acabaram reconhecendo a legitimidade dessas greves e das suas lideranças, na medida em que negociaram com essas associações de funcionários públicos. A atuação dos sindicatos e associações de classe média na maioria das vezes revelou um desempenho que suplantou os limites sindicais.

O sindicalismo de classe média no Brasil se caracterizou: por reunir profissionais de alta qualificação; pelo papel relevante que algumas de suas entidades desempenharam na oposição aos regimes militares e na luta pela democracia; pelo nítido sentido político contido nas reivindicações trabalhistas das associações de classe média; por ter veiculado de maneira efetiva e às vezes difusa o posicionamento da intelectualidade brasileira contra os regimes militares.

O "grande impulso" desse sindicalismo deu-se a partir de 1978, quando o número de profissionais liberais sindicalizados passou, segundo Rodrigues, de 47 mil em 1964,

para 147 mil em 1978 (1990, p. 51) [40]. Nesse crescimento as associações de classe média começaram a disputar com os trabalhadores industriais a liderança em termos do número de greves realizadas: até 1986 esses últimos estiveram na frente; no entanto, se for considerado o critério de jornadas de trabalho perdidas, as posições se invertem, na medida em que as greves dos primeiro envolvem mais trabalhadores e são mais prolongadas. De 1987 em diante, as paralisações dos assalariados médios do setor público superaram as dos trabalhadores da indústria em termos do número de greves, de dias parados e de jornadas de trabalho perdidas e atingiram principalmente as áreas de educação e saúde (RODRIGUES, 1990, p.51).

Ricardo Antunes ao analisar as ações grevistas dos funcionários públicos e dos assalariados médios assim se expressa:

> *A longevidade tem sido uma das marcas distintas da ação grevista dos funcionários públicos e dos assalariados médios. No caso dos primeiros, na medida em que suas ações não ferem diretamente o processo de valorização do capital, só as ações ampliadas, no tempo e no contigente envolvidos, têm conseguido obter conquistas efetivas, o que confere ao movimento grevista uma média expressiva de jornadas não-trabalhadas e um traço de longevidade* (1995, p. 20).

A mobilização dos funcionários públicos evidencia a diminuição dos componentes paternalistas das relações entre esses funcionários e seus chefes é um dos fatores de corrosão do modelo corporativo, ou seja, *a crise do Estado clientelista e o declínio de sua capacidade de cooptação e de distribuição de recursos (..), via paternalismo, junto com a decorrente incapacidade de controlar os sindicatos e amortizar os conflitos, seja no setor privado, seja no próprio setor público* (RODRIGUES, 1990 p. 52).

Prossegue Leôncio Martins Rodrigues, afirmando que existiu um conjunto de fatores que afetaram as variações nas taxas de greves. No caso em que questão, foram importantes.

> *O clima político criado pela abertura democrática; os efeitos da política salarial do governo; o esforço das lideranças sindicais no sentido de se afirmarem politicamente; (...) as elevadas taxas de inflação e os índices de desemprego relativamente baixos* (1990, p. 52).

[40] O crescimento desse sindicalismo de classe média é também é demonstrado pelas lideranças da CUT, segundo o professor Leôncio Martins Rodrigues: "a maior parcela da liderança dos sindicatos cutistas pode ser classificada, grosso modo, como de classe média" (1990, p.26).

Em relação ao setor público, outros fatores concorreram para o prolongamento das paralisações por um período maior do que aquelas que aconteceram no setor privado perda de status do funcionalismo público, arrocho salarial e estrangulamento financeiro dos aparelhos estatais; inexistência de negociadores – chefes mais próximos aos grevistas – experientes e/ou autônomos; um política salarial que não deixava margem de manobra aos negociadores tanto no âmbito da Federação quanto dos governos estaduais; dificuldades de negociações com categorias ou setores de âmbito nacional que envolviam várias unidades dispersas e distantes entre si; impacto maior de greves sobre os usuários dos serviços do que sobre os governantes; inexistência de grandes prejuízos financeiros para os órgãos do governo, isto é, as perdas deslocaram-se para a sociedade como um todo e, como conseqüência, não havia efetivo empenho dos governantes na busca de acordos que solucionassem os conflitos.

Devido ao direito à estabilidade no emprego, os mecanismos de repressão são limitados ao corte do ponto e, no limite, ao inquérito administrativo. Assim sendo, essas greves se caracterizavam por serem confrontos entre autoridades governamentais federais, estaduais e municipais, e associações de funcionários públicos. Com tal característica as reivindicações dos funcionários públicos apresentavam, segundo Rodrigues, uma nítida dimensão política, que ficava mais clara quando se tratava de movimentos liderados por associações ligadas a CUT, já que os líderes dessas associações *freqüentemente pertenciam ao Partido dos Trabalhadores, fator que dava a essas greves uma dimensão político-partidária* (1990, p.13-14).

Outro autor que destaca a mobilização e sindicalização dos funcionários públicos, definindo-os como assalariados médios, é Ricardo Antunes. Segundo *ele, o padrão de acumulação 'milagre econômico' incorporou setores significativos das camadas médias* (1995, p. 14), mas com a crise do 'milagre', os privilégios dessa parcela da população deixaram de existir, até que, no final da década de 1970 começaram a acontecer greves de assalariados médios, fato inexistente nesse decênio até aquele momento[41]. Tanto os profissionais liberais de formação universitária (médicos e professores) tanto quanto os profissionais de formação secundária (bancários e funcionários públicos) reivindicavam nessas greves reposição salarial, melhores condições de trabalho e fim do arrocho salarial.

[41] Essa ausência de paralisação, nesse caso, deve-se em grande parte ao fato de que desde 1931 uma parcela significativa desse assalariados, isto é, os funcionários públicos; estiveram proibidos por lei de organizarem-se em sindicatos e também de participarem de greves.

A presença desses setores no contexto geral das greves do período foi significativa. Em 1979, as greves dos assalariados médios suplantaram em número as de operários industriais; em1990, ano em que segundo Ricardo Antunes se iniciou o "refluxo do movimento grevista" no conjunto do movimento sindical, essa parcela de trabalhadores manteve um volume de greves superior a todas as outras categorias, inclusive a dos trabalhadores industriais. (1995, p.15-16). Assim, segundo Antunes, a intensificação da participação das classes médias no período se deve à luta contra o arrocho salarial, que aproxima os assalariados médios dos trabalhadores industriais. A questão que se colocava naquele momento para os assalariados médios, afirma Ricardo Antunes, dizia respeito à organização da categoria em associações, e sindicatos.

O problema da organização desses assalariados reside no fato de que a tradição assistencialista de suas entidades é colocada em cheque: "ou assumiam a luta concreta de seus associados, ou seriam suprimidas e mesmo substituídas por entidades efetivamente comprometidas com a luta da categoria". No entender de Ricardo Antunes, a urgência que se colocava era a de "eliminar a dimensão assistencialista, de formação nefasta do sindicalismo, e reforçar a sua dimensão de organismo voltado para a organização e conscientização dos trabalhadores". Isso seria feito na medida em que se priorizasse a dimensão sindical e reivindicatória, através de ações que se norteassem pelo objetivo da obtenção *de melhores condições de vida e trabalho para os seus associados* (1995, p. 26).

2.3. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Ao longo deste capítulo abordou-se a emergência do novo sindicalismo com ênfase nas modificações introduzidas na estrutura do Estado e na ampliação dos seus serviços, inclusive o impacto destas sobre a identidade das profissões dos servidores públicos bem como a reação destes a estas transformações. No entanto, essa análise estaria incompleta, caso não se abordasse um dos principais aspectos do Novo Sindicalismo, qual seja, o da organização sindical e, mais especificamente, da peculiaridade dessa organização entre os funcionários públicos.

Leobons, ao mencionar o caso da organização dos servidores públicos de São Paulo e, por conseguinte do sindicalismo nesse setor, afirma que foi a grande novidade na área sindical na década de 1980 , logrou obter

> *Ganhos significativos, e que os números não mostram, foram, de um lado, a própria organização dos servidores públicos e, de outro, o reconhecimento de suas associações como interlocutores válidos. Em 1979, quando Paulo Maluf era governador do estado, os servidores enfrentaram uma longa e duríssima greve, de resultados bastante desanimadores. A época, um dos grandes problemas era justamente compor uma mesa de negociações, de servidores públicos. Portanto, a mobilização dos anos 80, serviu também para constituir um poder sindical, lideranças e associações que não podem mais ser ignoradas nem pelos governos nem pela sociedade. Hoje essas entidades participam do jogo político e da negociação socioeconômica (* 1997, p. 68).

A sindicalização dos professores públicos, tem como fatores explicativos os seguintes elementos: o crescimento do setor público, devido à redefinição de produtividade empresarial das atividades estatais e, a racionalização e expansão da abrangência dos serviços prestados pelo Estado; a perda de status dos funcionários; automação do processo de trabalho; a homogeneização dos espaços de cada categoria de servidores, o desaparecimento das especificidades existentes entre elas; a burocratização das carreiras e das vias de ascensão funcional e o achatamento dos salários. Nessa conjuntura é perfeitamente compreensível que, ao longo dos anos, os servidores públicos fossem, cada vez mais , se tornando sensíveis à atividade sindical.

Entre os professores verificou-se que o reflexo dessa redefinição do Estado provocou o desaparecimento das verbas estatais que deveriam custear salários e condições de trabalho e a hipertrofia das jornadas de trabalho; os efeitos das "reformas educacionais" produzidas pelas leis 5.540/68 e 5.692/71[42] também se fizeram sentir: ruptura entre o saber e a prática na formação e na atuação dos educadores; perda da

[42] A lei 5.450/68, que reformou o ensino de 3º grau e por isso ficou conhecida como Lei da Reforma Universitária foi aprovada em novembro de 1968. Ela instituiu a departamentalização, a matrícula por disciplina, o sistema de créditos e pós-graduação separada em dois níveis: mestrado e doutorado. A Lei 5.692/71 fixou as "diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus". Aumentou de quatro para oito anos a exigência da escolaridade obrigatória básica, estabelecendo que esse período seria chamado de primeiro grau, e modificou o curso colegial através da introdução de ensino profissionalizante no 2º grau. No nível da gestão escolar, estabeleceu a separação das funções do magistério em professores e especialistas em educação, enquadrando nesta classe os diretores, orientados pedagógicos e educacionais e supervisores de ensino. As leis 5.540/68 e 5.692/71 são de inspiração profundamente tecnicista, proclamando as virtudes da eficiência e da produtividade, desvalorizando a qualidade em prol da quantidade; enfatizando os métodos em detrimento dos fins ideais, a adaptação em detrimento da autonomia, as necessidades sociais no lugar das aspirações individuais e a formação profissional em detrimento da cultura geral.

autonomia em sala de aula; interferência externa na fixação dos critérios de competência e produtividade. Esses fatores foram os que mais contribuíram para a sensibilização dos docentes, rumo à sindicalização, incluindo nessa última as greves e outras formas de mobilização e luta. Essas foram as maneiras encontradas pelos servidores e em particular pelos professores para se contraporem às transformações de sua profissão.

A resposta que esses trabalhadores deram às condições em que se encontravam, revelou a contestação interna das políticas estatais, a explicitação das formas de exploração coletivas às quais estavam sujeitas, as reflexões sobre suas formas específicas de trabalho; uma ampliação coletiva do espaço cotidiano em que trabalhavam, a quebra do isolamento e da submissão à normas externas de controle das jornadas de trabalho e, por fim, uma desresponsabilização da legalidade burocrática através de uma reapropriação do sentido das políticas públicas.

O desenvolvimento inicial dessas lutas foi marcado pela ampla mobilização da sociedade civil pela redemocratização do Brasil. Com esse processo as contradições entre Estado e sociedade civil adquiriram um novo patamar e colocaram a necessidade de sua superação através do estabelecimento de um novo modelo político. Nesse momento a questão da democracia emergiu como centro para o qual convergiram as propostas políticas dos grupos de oposição ao estado autoritário que lutavam pela hegemonia do processo de redefinição do quadro político brasileiro[43].

A resistência aos processos de transformação das profissões e ao arrocho salarial como também a demanda por cidadania na luta pela democracia, caracterizaram a mobilização da sociedade civil, o Novo Sindicalismo e a sindicalização dos servidores estatais. A sociedade brasileira, através dos movimentos sociais, lutou e conquistou, ao longo da década de 1980, uma ampliação do espaço político para que sua esfera de atuação fosse alargada e consolidada. Nesse processo, a luta pela conquista da democracia foi fundamental para garantir o alargamento das fronteiras do espaço político, porque com a paulatina conquista de espaços democráticos sempre maiores no interior do tecido social, solidificaram-se os canais de participação política e sedimentou-se também o caminho para uma sociedade democrática.

Os professores foram sensibilizados para a atuação sindical devido as transformações que se processaram nas características dessa profissão. Os professores são

[43] Cf. em CHAUÍ (1980) "Notas sobre a questão atual da democracia no Brasil" (p. 99 a 126).

também funcionários públicos e têm o governo como empregador, componente que coloca uma nítida dimensão política na mobilização dessa categoria. A luta contra o arrocho salarial inseriu o magistério público estadual de 1º e 2º graus do Estado de Mato Grosso do Sul na luta geral de todos os trabalhadores por melhores salários e no engajamento de toda a sociedade pelo fim do Estado autoritário.

A sindicalização dos funcionários públicos[44] era proibida porque o universo de trabalhadores atingidos pela alçada de tais institutos encontra-se exclusivamente no setor privado, pelo fato dos instrumentos jurídicos serem criados por um Estado que se concebia como harmônico e sobre o qual a existência de conflitos entre a sua figura e seus funcionários era, pela lógica interna , inconcebível. Dada essa proibição não havia o que regulamentar, a não ser as penalidades no caso de seu descumprimento. Como parte dessa construção, também é instituída a estabilidade dos funcionários públicos, com o argumento de que era preciso evitar as demissões em massa motivadas por orientações políticas a cada início de mandato de um novo governo e a contratação, mediante aprovação em concurso público, que nem sempre eram obedecidas. A montagem dessa estrutura do Serviço Público estatal tem momentos importantes no primeiro governo de Vargas, com a Constituição de 1934 e em 1938, quando são criados o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e as ramificações estaduais. Quanto a legislação a respeito das atividades sindicais dos funcionários públicos, ocorre um vazio a respeito desta legislação, já que os fundamentos estabelecidos nessa área, nas décadas de 1930 e 1940, não haviam sido modificados nas duas décadas posteriores.

Sendo assim, a incidência sobre os funcionários públicos do arcabouço jurídico que, até 1988, regulamentava a vida sindical brasileira foi vaga porque, se por um lado não dava aos funcionários públicos da administração direta, direitos trabalhistas garantidos pela CLT e nem o direito à sindicalização, por outro deixava um vazio de representação que, ao longo do processo de democratização, foi ganhando um significado cada vez maior no sentido de uma "brecha" da legislação através da qual a implementação de um caráter sindical às associações de serviços públicos pôde se viabilizar.

Os trabalhadores do setor público, que tiveram um impulso associativo e iniciaram as mobilizações reivindicatórias a partir de 1978, fortaleceram-se com a promulgação da Constituição até 1988, quando passaram a ter o direito à sindicalização. Ao longo desses

[44] Cf. BRITO FILHO (1996, p.17-37) .

dez anos, ocupando o vazio da legislação, a organização sindical desses trabalhadores se deu a partir da mobilização/organização desde o local de trabalho. Assim, tornou-se possível uma situação na qual a representatividade e inserção dos dirigentes sindicais foi fator decisivo para a sustentação financeira da entidade. Isto porque as associações, construídas ou reorganizadas no período de 1978/1988 assumiram na prática caráter sindical, embora estivessem à margem da lei, sem nenhum instrumento legal que as protegesse ou atrapalhasse e, dessa maneira, não podendo contar com o instituto do imposto sindical e posteriormente também da contribuição assistencial, tiveram a sua sobrevivência condicionada ao grau de representatividade que conquistassem no interior da respectiva categoria profissional.

2.4 – A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES

A trajetória do movimento sindical brasileiro, com avanços e limites, foi vivida também, como abordado anteriormente, pelo magistério brasileiro. Através dos estudos das lutas reivindicatórias dos professores: Madeira (1986) na Paraíba; Bulhões (1992) no Rio Grande do Sul; Biasotto (1991) e Ferreira Júnior (1992) no Mato Grosso do Sul, Leobons (1997) em São Paulo e Greczysnz (1999) no Paraná verifica-se a crescente mobilização do magistério, com uma adesão maciça desta categoria que recebe apoio da sociedade, principalmente da comunidade escolar. No caso específico da organização dos professores do Rio Grande do Sul, *o magistério tornou-se a categoria mais organizada do Estado e com o maior sindicado de base estadual*, segundo Bulhões (1992, p.23).

Amarílio Ferreira Júnior ao estudar a respeito da "FEPROSUL[45] e a luta sindical dos professores de 1º e 2 º graus", em Mato Grosso do Sul, ressalta:

[45] Federação de Professores de Mato Grosso do Sul fundada em Campo Grande em 1979, maiores detalhes ver segundo capítulo II.

> *A luta sindical da Federação de Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL) foi compreendida como uma manifestação particular do movimento sindical geral das classes trabalhadoras brasileiras, conseqüentemente, expostas às mesmas vicissitudes sociais determinadas pelas relações de produção capitalista. Alem, disso a FEPROSUL, enquanto organização de cunho sindical no âmbito societário de classes, representava e defendia interesses por melhores condições de vida e trabalho de uma categoria profissional específica do setor de serviços* (1992, p.02).

O movimento sindical desencadeado pela categoria dos professores do ensino básico, portanto, enquadra-se no âmago das transformações que alteraram o perfil da anatomia social das classes médias, em decorrência do processo de crescimento da economia brasileira durante o regime militar (1964/1985). Neste sentido, a trajetória da luta sindical dos professores de 1º e 2º graus tornou-se uma luta decisiva na preservação de direitos trabalhistas mesmo que, para outras categorias de trabalhadores, tivessem muitos de seus direitos adquiridos. E, ao mesmo tempo, como afirma Leobons (1997, p. 24) foram, talvez, mais intensamente afetados pela proletarização que qualquer outra categoria de trabalhadores urbanos no Brasil.

Mas, conseguem demostrar sua força dentro do cenário do sindicalismo brasileiro, pois no VII Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, realizado no mês de agosto de 2000, foi eleito para seu presidente, o professor, de artes plásticas, João Felício, ex-presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP. Sendo essa a primeira vez, na história da CUT, que a Central não foi presidida por um trabalhador da indústria, ligado ao sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que deixa de ocupar o mais alto cargo da CUT. Desse modo, demonstra-se a influência do magistério sobre as demais categorias de trabalhadores.

1.3 - PRESSUPOSTOS DE CONCEITUAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO

O Novo Sindicalismo, enquanto idéia e proposta, é construído e reconstruído coletivamente por vários atores sociais e a partir de diferentes lugares sindicalistas, trabalhadores, pesquisadores, governos, empresários e os meios de comunicação de massa, cada um a seu modo, participa desse processo de formação da classe trabalhadora e da

história do movimento operário e sindical brasileiro. Essa a nova visão sindical é elaborada em oposição às práticas desenvolvidas pelo *velho sindicalismo* que se orienta, pela "Lei de Sindicalização" (BLASS, 1999, p.34-49).[46]

O *novo* é, inicialmente, evocado para descrever um conjunto de práticas políticas próximas da ação direta, do confronto aberto com o patronato e o Estado. E, se sindicalistas, de um lado, e pesquisadores, de outro, iluminam de tal modo as práticas sindicais instauradas no Brasil, no final dos anos setenta, de certa forma ofuscando as tradições políticas e culturais, colaborando para ocultar as experiências de lutas que fazem parte da memória histórica e do processo de formação das classes trabalhadoras do Brasil, lembremos as palavras do professor Ricardo Antunes: *"no processo histórico das lutas de classe brasileira, as origens da classe operária remontam aos últimos anos do século XIX, vinculada ao processo de transformação na economia brasileira* (1994, p. 38).

A luta de classe, fator latente no sistema capitalista, onde o direito de greve, as melhorias nas condições salariais e de trabalho e a busca de regulamentação de direitos sociais, entre outros aspectos, consistem em velhas temáticas em torno das quais se debatem, há anos, as lideranças e os trabalhadores brasileiros. O fato do movimento operário e sindical apresentar maior visibilidade pública, em determinados momentos, não significa que seja portador de práticas inovadoras, pois, segundo Blass, *o novo pode recriar o velho, sob outras condições históricas* (1999, p. 36).

A persistência de certas práticas sindicais, apesar das descontinuidades que pontuam a trajetória de lutas operárias e sindicais na sociedade brasileira, predomina sobre as rupturas. Os principais protagonistas do novo sindicalismo, ou seja, dirigentes, militantes sindicais e trabalhadores, reinventam e recriam formas de organização e de mobilização operária e sindical, sem destruir as que lhes antecederam.

Os atores sociais – trabalhadores e seus representantes sindicais – fazem e refazem a sua história, recriando valores, instituições, idéias e ideais recuperando os fragmentos

[46] Lei estabelecida pelo Decreto número 19.770 de 1931 que estabelece o sindicato único por ramo produtivo e região; garante a intervenção direta do Estado no funcionamento interno dos sindicatos - os delegados do Ministério do Trabalho podem participar das assembléias operárias; define o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado; proíbe o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos; veta sua filiação a organismos sindicais internacionais; nega o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limita a participação de operários estrangeiros nos sindicatos (muitos operários ainda tinham origem estrangeira). Segundo o professor Ricardo Antunes, o único ponto favorável ao trabalhador nessa lei, foi garantir o sindicato único por categoria, não mais atrelado o sindicato ao Estado e, argumenta também que "parcelas significativas dos sindicatos reagiram a esta lei, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul somente 255 sindicatos aceitam as normas desta lei de sindicalização" (1995, p. 46).

perdidos das suas ações coletivas. A ênfase excessiva no qualificativo *novo* das práticas sindicais que se espalham pelo País, a partir do final dos anos 70, pode, de um lado, segundo Blass:

> *Conduzir, parafraseando Thompson, ao menosprezo da persistência das tradições políticas e cultuarias na formação das classes trabalhadoras no Brasil, apesar das mudanças político-institucionais recentes e da interlocução mais aberta entre os representantes sindicais, operários, patronais e governamentais. De outro, pode desconsiderar as ambigüidades e paradoxos que perpassam a proposta do novo sindicalismo* (1999, p. 45).

Se os próprios trabalhadores ampliaram, nos últimos anos, da sua participação e representação política no interior das empresas e na sociedade, a estrutura sindical verticalizada, fundada nos sindicatos únicos por categorias e região, a Justiça do Trabalho, os fundos financeiros recolhidos e controlados pelo Estado permanecem quase intactos. As práticas sindicais persistem porque se adaptam conforme as condições históricas. A desregulamentação das relações de trabalho no Brasil, um traço marcante do sistema brasileiro de relações industriais, inquieta trabalhadores e sindicalistas nos países europeus, aparecendo como um dos principais pontos nas agendas políticas.

Sob o olhar atento e informado, numa alusão a Braudel (1902-1985), pela longa duração da história, as propostas sindicais e operárias que surgem no cenário social brasileiro, desde o final dos anos 70 até meados dos 80, na visão de Rodrigues: *não apresentam um caráter tão inovador como querem fazer crer alguns sindicalistas e grande parte dos estudiosos das questões operárias e sindicais, na sociedade brasileira* (1999, p.46). Entretanto, Santana, argumenta

> *O Novo Sindicalismo trouxe em seus marcos, tanto nas limitações quanto nas possibilidades, uma atualização de práticas já experimentadas na história do sindicalismo que se identificaram com posições progressistas no avanço da luta dos trabalhadores. Identificar com o pólo mais dinâmico da classe em seu movimento, o Novo Sindicalismo" deu uma grande contribuição no sentido de combater as políticas conservadoras e restritivas para o movimento sindical – dentre elas aquelas que, naquele momento, associavam pelegos e setores da chamada esquerda tradicional -, ampliando a participação dos trabalhadores em suas entidades na luta por suas reivindicações, bem como sua intervenção no quadro político mais geral* (1999, p. 149).

A classe em movimento teve no novo sindicalismo um importante canal, servindo-se dele como elemento vocalizador e fomentador de suas demandas, como outros haviam sido anteriormente. Do mesmo modo, o novo sindicalismo enfrentou os desafios para a experiência política e da organização da classe trabalhadora.

Uma das constatações acerca das mobilizações dos trabalhadores brasileiros é a falta de incorporação de projetos anteriores; parece que os projetos mais recente significam uma ruptura total com o precedente, o que significaria, em seu *purismo*, maior força, ainda que para tanto necessite afirmar a fraqueza de companheiros que, ao seu modo, sob condições determinadas, auxiliaram na pavimentação do longo e tortuoso caminho da luta dos trabalhadores.

No próximo capítulo serão enfocadas as ações do Novo Sindicalismo no movimento reivindicatório dos Professores sul-mato-grossenses, a começar com a bipartição de Mato Grosso e com a fundação da FEPROSUL, entidade que a partir de 1979 congregou todas as associações municipais do magistério, com destaque para a atuação da mobilização do interior do recém criado estado, principalmente da Associação de Professores de Dourados. E, tratando-se de trabalhadores da educação vinculados a rede publica estadual, enfocar-se-á a reação dos governantes de Mato Grosso do Sul em relação ao movimento reivindicatório e seus efeitos junto à esta categoria.

CAPÍTULO II

O NOVO SINDICALISMO E OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL SUL-MATO-GROSSENSE

2.1 – AS MOBILIZAÇÕES DOS PROFESSORES DURANTE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

O Novo Sindicalismo foi construído coletivamente por vários atores sociais e a partir de diferentes lugares. E, em Mato Grosso do Sul, o magistério público, sobretudo da esfera estadual foi um movimento de vanguarda no processo de formação da história do movimento reivindicatório e sindical desse recém criado estado. Esses professores, da mesma forma que os demais trabalhadores, estavam "contagiados" pelo descontentamento generalizado dos trabalhadores brasileiros devido ao arrocho salarial que motivou inúmeras greves a partir de 1978, como as do ABC paulista. O descontentamento geral dos trabalhadores brasileiros e as atitudes dos governos estaduais atreladas à tônica de descaso com do cumprimento dos direitos trabalhistas, de modo especial, com os servidores públicos, criava uma insatisfação enorme. No caso do magistério público sul-mato-grossense, que até 1979 era subordinado ao governo de Mato Grosso, a situação era caótica, segundo Biasotto & Tetila:

> *"A insatisfação parece ter sido um ingrediente inseparável, ao menos de uma parcela do magistério deste Estado, desde os tempos do antigo Mato Grosso. Vários fatos inquietavam os professores, antes mesmo da criação do Mato Grosso do Sul em 1979, onde governadores, como Pedro Pedrossian, representante da oligarquia latifundiária, em seu mandato de 1966/1970, pouco se preocupou com a Educação. E os professores, desta época ficaram à beira da pobreza, viviam da política de "pão e água", pois, não recebiam em dia e os salários eram indignos"* (1991.p.12-41)

A história da criação de Mato Grosso do Sul é permeada por problemas que estão atrelados aos nomes de políticos, como no caso de Pedro Pedrossian[47] e dos interesses que defendem. As famílias tradicionais, pelo contexto histórico não se preocupavam com os problemas sociais e com a miséria da população. No caso dos professores, obrigavam-se a levar suas vidas dentro da utópica visão 'franciscana', passando pelo infortúnio de viver 'de pão e água'.

Segundo o historiador Eric Hobsbawm a desconsideração da classe dominante para com os direitos da classe dominada faz com que as mobilizações operárias cresçam

> *Os movimentos operários se preocupam com pessoas que têm razão para exigir um grande número de direitos, e é por isso que eles desempenharam um papel bastante importante no desenvolvimento dos direitos humanos, independentemente de sua atitude quanto à "lei natural", à teoria política, ou à teoria legal dos direitos e da justiça* (1987, p.410-411)

Em outro cenário, tratando-se da educação e do descaso dos governantes em relação aos trabalhadores desse segmento, as considerações de Hobsbawm são também pertinentes, especialmente do período do governo Pedrossian, pois o magistério sul-mato-grossense, a exemplo do que ocorre em outros estados brasileiros, passa a realizar grandes mobilizações reivindicatórias influenciadas pelas práticas advindas do Novo Sindicalismo. Os professores, como o funcionalismo público no geral, mesmo contrariando a Lei que os proibia de organizarem-se em sindicatos, pressionam os governadores, pois, estão conscientes que são membros de uma categoria que está fragilizada e a beira da miserabilidade, portanto, precisa ir à luta . Nesse contexto, novamente lembramos de *Gramsci* que argumentava que *"nenhum movimento adquire repentinamente consciência, mas somente por meio de sucessivas experiências, quando toma consciência" (1990, p.26).*

As experiências sucessivas e amargas que os professores carregam desde quando Pedrossian era governador de Mato Grosso (1966/70) e, dos interesses particulares e econômicos das famílias tradicionais sul-mato-grossenses, mais preocupadas com o

[47] Pedro Pedrossian foi engenheiro e diretor da Noroeste do Brasil; Governador de Mato Grosso (1966/70 – foi eleito pelo Partido Social Democrático – PSD, derrotando o também estreante, Lúdio Martins Coelho, da União Democrática Nacional – UDN). Além de ser governador de Mato Grosso do Sul, como veremos adiante, de outubro de 1980 a março de 1983 (indicado por Figueiredo); e foi leito governador pelo voto (1991/1995) - Cf. em Bittar (1997, p.319-325).

desenvolvimento do 'boi'[48] do que com as condições de vida da população, leva os professores a tomar, cada vez mais, consciência da miserabilidade em que se encontram. Essa tomada de consciência é muito importante, pois, como *Gramsci* afirma, não basta a luta política ou a força física pura. É preciso conquistar a consciência das pessoas para poder ganhar a batalha das idéias. E foi justamente este batalha que os professores da rede pública estadual sul-mato-grossense venceram.

As famílias tradicionais que, como afirmamos anteriormente, permanecem no poder por muitos anos e preocupam-se mais com o boi do que com as condições de vida da população é enfocadas, com muita propriedade, na tese da professora Marisa Bittar: Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado Construído (2º Parte – 1892 – 1977) de 1997. Nesse trabalho a Autora apresenta dados importantes a respeito do poder econômico e político das famílias e personagens dominantes em Mato Grosso do Sul e suas nefastas implicações às mobilizações sociais.

As famílias que se destacaram na atividade política em Mato Grosso do Sul foram: *Barbosa Martins* (vinda de Ituverava e Franca no século XIX) da qual descende Wilson Barbosa Martins[49]; *Souza Coelho* (ou simplesmente *Coelho*, chegam ao sul do antigo Mato Grosso posteriormente à Guerra do Paraguai e acumulam um "império" de terras, a tal ponto que o senador Lúdio Coelho (PSDB) é conhecido no senado como "rei do gado". Recentemente, interpelado por uma repórter que desejava saber se o senador era o dono de Mato Grosso do Sul, ele teria respondido com uma ponta de ironia: "Não, minha filha, só da metade". A família dos *Coelho* veio de Minas Gerais. A família *Derzi* (os Coelho ligam-se, aos Derzi por laços matrimonias) de origem árabe, economicamente poderosa e politicamente influente: Rachid Saldanha Derzi, cunhado de Lúdio Coelho, acumulou, até 1994, data em que perdeu as eleições para senador, 50 anos de vida pública, sendo deputado estadual, federal (UDN) e senador (ARENA). Os Derzi constituem uma das famílias mais ricas do estado, famosos pela excelência de seu gado nelore. Segundo Bittar, o ex-senador Rachid Saldanha Derzi é considerado um dos quatro grandes chefes políticos que têm dominado a política mato-grossense e sul-mato-grossense nos últimos 30 anos. Os

[48] Cf. em BITTAR: "Mato Grosso do Sul deve tudo ao boi"- frase de Paulo Coelho Machado (1997, p. 272).

[49] Wilson Barbosa Martins foi o primeiro governo eleito pelo voto direto em Mato Grosso do Sul, exerceu o mandato de 15.03.1983 a 14. 05.1986, quando deixa o cargo para o vice, Ramez Tebet (14.05.1986 a 15.03.1987) para disputar uma vaga no Senado. Em 1995, Wilson B. Martins é reeleito governador, seu vice é Antônio Braz Genelhu Melo (01.01.1995 a 01.01.1999). Cf TABELA nos ANEXOS - Titulares do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul.

outros três grandes chefes são: *Lúdio Coelho, Wilson Barbosa Martins e Pedro Pedrossian* (1997, p.307).

Oriunda da Itália, a família *Fragelli* veio para o Brasil no século XIX. Um dos destaques desta família foi José Fragelli [50], político conservador e convicto defensor da "revolução de 1964", afirma que "foi ótimo" ser governador sob a vigência do AI-5.

Da colônia armênia, no sul de Mato Grosso, destacando-se na política a família *Pedrossian*. Pedro Pedrossian foi engenheiro e diretor (indicado) da Noroeste do Brasil. Em 1965, estreou na política de Mato Grosso, concorrendo ao cargo de governador pelo Partido Social Democrático (PSD) derrotando o também estreante, Lúdio Martins Coelho, da UDN. Pedrossian contou com o apoio de Filinto Muller, chefe político mais poderoso do Mato Grosso. Biasotto & Tetila, referindo-se ao primeiro mandato de Pedrossian, como visto anteriormente, narram como eram as relação entre governo e magistério:

> *Os professores podiam trabalhar meses, anos e serem dispensados sem aviso prévio e sem qualquer indenização; eram como "bóia-frias" do magistério. Para esses pobres arrendadores de aulas voltar a lecionar no próximo ano era sempre uma incógnita. O clima de insegurança no emprego era generalizado* (1991, p. 25).

Na verdade este governador preocupava-se com a implantação de obras "faraônicas"[51] como as construções dos estádios de futebol "Morenão" em Campo Grande e o "Verdão" em Cuiabá, sendo que as questões e problemas sociais ficavam no esquecimento. Na análise da professora Maria Dilnéia Fernandes, o estilo de governar de Pedro Pedrossian, se por um lado priorizava as grandes obras, por outro, não modificara em nada as práticas clientelistas no trato da coisa pública, muito menos a política salarial de algumas categorias, caso do magistério público, que pelo projeto político colocado em prática contrariava sua fala de governo que tinha vindo de baixo para cima (2000, p.101).

---

[50] Médico, deputado e governador de Mato Grosso de 1971-1974 e membro de uma tradicional família italiana (Bittar, 1997, p.317-319).

[51] São assim chamadas as obras com alto custo e impacto, podemos também lembrar, neste mesmo período do governo Médice, com a construção da rodovia Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói. "(...) Mas esse crescimento é também a nossa miséria. Grande parte dos empréstimos se perderam nas malhas da corrupção. Outros foram enterrados em obras faraônicas, inacabadas ou sem retorno para o povo. A injusta distribuição favoreceu a transferência cada vez maior das rendas da classe pobre para a burguesia nacional e internacional e para a classe média. Daí o crescimento da miséria ao lado do desenvolvimento econômico (....)" (http://www.dhnet.org.br/mndh/encontros/V%20Enc.%20Nac.%20MNDDH/II_Estrutura.html –11/07/2003 – 15horas).

As colocações da professora Maria Dilnéia Fernandes, corroboram as já defendidas anteriormente por Biasotto & Tetila:

> *O governo Pedrossian não hesitou em manter o professorado à beira da pobreza franciscana, embora já se vivesse, aqui, naquele momento o capitalismo monopolista, onde tudo já estava sendo valorizado em termos econômicos. A propósito, enquanto o país iniciava um período de euforia econômica – após 1968 – que foi o controvertido 'milagre brasileiro', inclusive com taxas do PIB (se bem que por meios escusos) chegando a índices de 10% ao ano, enquanto se verificava também a ascensão – ainda que artificial – de uma nova classe média, aqui no Estado, o professorado simplesmente amargava um congelamento salarial jamais visto antes ou após o governo Pedrossian* (1991, p.23-24).

Pedro Pedrossian parecia não se dar conta do que acontecia em âmbito nacional[52]. Tanto é que continuou a sua política de construção de grandes obras. Entretanto, para o funcionalismo público e para a população o custo social desses empreendimentos faraônicos foi muito pesado. A educação, a saúde e a segurança pública foram setores fortemente atingidos pela política do desmando e do arrocho salarial. Pedro Pedrossian, hábil seguidor da política dos militares e com grande prestígio junto a ARENA, como governador de Mato Grosso de 1966/1970[53], sustentava as ações repressivas do regime militar, dificultando as articulações as mobilizações e as reivindicações dos servidores públicos.

2.1.1 – A CRIAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

A criação do Estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado de Mato Grosso, através da lei complementar número 31, sancionada pelo Presidente Ernesto Geisel em 11 de Outubro de 1977, iria resolver as diversas questões políticas relativas aos interesses imediatos das forças sociais que davam sustentação ao regime militar, como dos grupos latifundiários do sul de Mato Grosso - as famílias mencionadas anteriormente -

[52] Cf. O primeiro capítulo a respeito das manifestações dos trabalhadores brasileiros e a solidificação da prática do novo sindicalismo.

[53] De 1970 até a Divisão do Estado governaram Mato Grosso: José Manoel F. Fragelli (1971-1974) e José Garcia Neto/Cássio Leite de Barros (1975-1978) – em final de mandato, Garcia Neto ao canditar-se ao Senado, foi substituído por Leite Cássio Leite de Barros. Enquanto o país era presidido pelos generais da chamada "linha dura" : Médici (1969-74) e Geisel (1974-79), tendo como ministro da Educação, respectivamente, os militares Jarbas Passarinho e Ney Braga (Biasotto & Tetila, 1991, p. 32).

e a ampliação da base parlamentar da ditadura militar para dar sustentação à chamada abertura lenta e gradual implementada pelo governo Geisel, como visto no primeiro capítulo. Não obstante, as reivindicações dos funcionários públicos não foram atendidas e eles continuavam com os seus salários congelados e defasados.

Um outro aspecto a respeito da criação de Mato Grosso do Sul, segundo as considerações de Bittar, foi que este episódio não contou com a participação da população, pois, não ocorreu um plebiscito para que todos os mato-grossenses tivessem opinado. O deputado federal Antônio Carlos de Oliveira (MDB), em 11 de Outubro de 1977, reclamava da ausência de um plebiscito para a população opinar sobre a divisão do Estado. Sendo assim, segundo Bittar, as organizações populares e os partidos políticos existentes à época não foram envolvidos no processo da divisão demonstrando a ausência de "sujeitos coletivos" (1997, p.240).

Com a bipartição do estado, Mato Grosso do Sul integrou-se por 55 municípios[54] totalizando 350.549 quilômetros quadrados. Apesar de já existirem prósperas cidades como: Corumbá, Três Lagoas, Dourados, Ponta Porã, Aquidauana, Campo Grande, entre outras, tratando-se da mobilização sindical, segundo Eronildo Barbosa da Silva, não havia tradição (1997, p. 24)[55]. Os principais sindicatos que formalmente existiam na época da instalação do estado, eram os Bancários, Comerciários, Trabalhadores na Construção Civil, Trabalhadores Rurais e dos Professores Públicos. Os professores da rede pública estadual, que atuavam enquanto associações e que juntamente com as demais categorias estavam inseridos dentro da política de arrocho salarial, imposta ao funcionalismo público muito antes da criação do novo estado de Mato Grosso do Sul, buscavam na nova forma de organização sindical da classe operária brasileira, difundida como novo sindicalismo, formas para enfrentar a exploração da força de trabalho vigente no recente Estado. Os professores atuaram como uma espécie de vanguarda do movimento dos servidores

[54] Cf DO 01 de 01/01/1979, Ano I, Decreto-lei nº 01 de 01/01/79 que estabelece a organização básica do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências, no Título VI, do Art. 48 que diz respeito aos municípios.

[55] E. Barbosa da Silva, nesta mesma página, apresenta um depoimento de João José Leite que enfatiza a organização dos professores: "O sindicalismo aqui no Mato Grosso do Sul, nos anos setenta e início de oitenta, era ainda nascente, tanto na área urbana quanto na área rural, também na organização não sindical, mas como faces sindicais dos servidores públicos. Servidores públicos porque nós não tínhamos ainda o Estado de Mato Grosso do Sul formado e então o que se tinha eram associações, particularmente municipais de professores".

públicos e da classe média [56] em geral, lembrando a ação dos operários do ABC de São Paulo com relação ao conjunto do movimento operário e sindical.

A atuação dos professores, sendo eles vanguarda da luta pelos direitos dos servidores públicos, durante o processo de bipartição de Mato Grosso, remete-nos novamente a *Gramsci* quando ressalta o papel dos intelectuais dentro dos grupos sociais. Os professores, pela consciência que conseguem despertar, se constituem em agentes de transformação da sociedade, ao mesmo tempo em que desempenham o papel de intelectuais. Neste sentido, Portelli nos faz lembrar das palavras de Gramsci: *Não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social possui sua própria camada de intelectuais, ou tende a formá-la* (1977, p. 85).

Com a criação de Mato Grosso do Sul foi indicado Harry Amorim Costa[57] para assumir o cargo de governador em 1º de janeiro de 1979. Antes mesmo de assumir o governo, inclusive para conhecer o estado que administraria, Harry Amorim Costa visitou as suas principais cidades, onde mantinha diálogo com a sociedade organizada. Nessas suas andanças pelo estado, era surpreendido pelo movimento sindical dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, que entregavam-lhe 'cartas reivindicatórias'[58]. Biasotto & Tetila atribuem relevante importância a essas cartas[59] no contexto da mobilização do magistério sul-mato-grossense:

---

[56] Cf. No Primeiro Capítulo, dentro da contextualização da terceira temática: "Os professores e o setor público no Novo Sindicalismo" quando discutiu-se a questão dos assalariados médios, dentro da visão de classe média.

[57] A ARENA-MS não estava coesa no nome de Pedro Pedrossian, que foi eleito Senador pela Arena. Desta forma, segundo Bittar, "o governo militar apostou na solução técnica, indicando o gaúcho Harry Amorim Costa para governar o Estado e não na solução política" (1997, p. 262-266). Amorim Costa insistia que não era "político" e governaria com uma estrutura inédita no Brasil, e exclusivamente administrativa e técnica.

[58]Cf. Livro Ata da Associação Paranaibense do Bolsão Mato-Grossense de Professores (APBM), do dia 07/07/1978 que reuniu os professores de Cassilândia, Inocência e Paraíba para elaborar um documento para ser entregue a Harry A. Costa. Também conferir no livro de Atas da Associação dos Professores de Aquidauana (APA), Ata de 19/10/1978, fl. 15 que narra a respeito da elaboração de um documento reivindicatório (concurso público, melhoria, salarial e melhor atendimento aos professores do sul de Mato Grosso) a ser entregue a Harry A. Costa e esse documento foi entregue no dia que ele foi à Aquidauana.

[59] Cf. a íntegra desta carta dos professores ligados a Associação Douradense de Professores – ADP, entregue, em outubro de 1978, ao futuro governador Harry Amorim Costa, segundo o professor Biasotto "esta carta reflete um dos momentos de maior lucidez dos integrantes da diretoria da ADP e dos professores de Dourados, de uma forma geral ... é (a carta) de uma importância grandiosa para se compreender o espírito das reivindicações da época" (1991, p. 65). Esta carta foi assinada pelos professores Antônio Carlos Biffi e Wilson Valentim Biasotto, respectivamente secretário e presidente da ADP, a carta foi publicada em sua integra no jornal Quadro Verde de outubro de 1978. Outros jornais publicaram apenas as reivindicações . Cf entre outros, "O Progresso" de 17/10/1978. "Folha de São Paulo" de 20/10/1978 (Biasotto & Tetila, 1991, p.68-69).

> *Os professores douradenses, imbuídos do mais elevado espírito de cooperação, com o propósito de ajudar na construção de Mato Grosso do Sul e conferindo a Vossa Excelência o voto de confiança, tão necessário para o harmônico relacionamento entre os poderes constituídos e as entidades de classes, tomam a liberdade, data vênia, de encaminhar um relato geral da situação do magistério sul-mato-grossense* (1991, p. 64-68).

Não obstante a carta apresentar em sua introdução um estilo cordial, ela retrata a precariedade da situação do magistério. Essa Carta entregue ao Governador Harry Amorim Costa foi precedida por outra, também elaborada pela Associação Douradense de Professores – ADP - e divulgava em 09 de setembro de 1978, após ter sido lida pelo professor Laerte Tetila e aprovada pelas associações já organizadas, que pertenciam ao território que seria Mato Grosso do Sul, e que estavam reunidas em Campo Grande para discutir o Estatuto da Federação de Professores. Essa primeira Carta, que já trazia em seu bojo as principais reivindicações do magistério foi endereçada e publicada em forma de "Carta Aberta ao governador de Mato Grosso, José Cássio Leite de Barros". O teor básico das reivindicações eram: baixa remuneração, falta de carreira do magistério e insegurança trabalhista. Os detalhes destes documentos estão no livro de Biasotto e Tetila (1991, p.61-64). Com salários defasados em 90% e sem reajuste a 4 anos, os professores levam a profissão como 'bico', buscando outras atividades mais compensadoras financeiramente, pois, o magistério não garantia o sustento mínimo e também não tinha assegurado nenhum direito trabalhista.

Os professores da rede pública estadual viviam uma situação calamitosa na época da divisão do Estado. O depoimento do professor Eusébio Garcia Barrio demonstra como era viver com os salários vindos do exercício do magistério nos tempos de Mato Grosso:

> *Ser professor antes da divisão do Estado posso falar por aquilo que aconteceu comigo pessoalmente. Eu comecei a trabalhar nas escolas de Aquidauana em março de 1975 e a minha esposa, já era efetiva no Estado. Eu vim receber meu primeiro salário, tudo junto, no mês de novembro de 1975, isso implicava que aquelas folhas de pagamento que eram feitas pelas próprias Agencias de Educação, aqueles contratos que eram mandados para Cuiabá, aquela portarias dos Secretários que saiam e depois nunca chegava o pagamento. Essa era a situação da época...*[60]

[60] Era presidente da Associação dos Professores de Aquidauana até 1979 e foi eleito o primeiro presidente da FEPROSUL. Cf. entrevista com o Professor Eusébio Garcia Barrio.

Como agravamento não se pode deixar de mencionar que o período em foco era de inflação galopante, portanto, os professores, além do atraso, recebiam os seus salários completamente desfasados. Por sua vez, a falta dos reajustes, provocava um acentuado arrocho salarial, produzindo uma situação social em que as condições de vida do professorado se degradavam ao ponto de provocar marginalidade e a ruptura com os limites aceitáveis de cidadania. Essa situação atrelada a criação de Mato Grosso do Sul, levou o grupo do magistério a mobilizar-se e transformar-se na categoria de vanguarda da classe trabalhadora sul-mato-grossense.

No tocante a série de problemas empregatícios que se arrastavam desde Mato Grosso, há que se ressaltar que o último concurso público foi realizado em 1971, o que, desta forma, gerou ausência de estabilidade do empregado, prevalecendo os contratos por prestação de serviços sem qualquer vínculo empregatício, como determina a CLT. Também não havia critérios de admissão para as funções públicas, o que gerava relações baseadas em ganhos político-partidários que se pautavam nos interesses ordinários das várias tendências arenistas que governavam o Estado. Finalmente, para completar o quadro há que se constatar a inexistência de um Estatuto do magistério que regulamentasse as especificidades da carreira funcional. Sendo assim, segundo Amarílio Ferreira Júnior:

> *Com o Estado estruturado, através de aparelhos e de uma política administrativa definida, restava ao movimento sindical dos professores públicos de 1º e 2º graus – organizado pela ACP e ADP, inicialmente, e a FEPROSUL após 03/03/79*[61] *– dar organicidade aos eixos programáticos centrais das lutas econômicas de cunho salarial e funcional, na perspectiva estratégica que viabilizasse em torno de vindícias imediatas. (...) Para definir os meandros das relações funcionais que iriam regulamentar as ligações de reciprocidades jurídicas, entre o governo estadual e a categoria do professores públicos de 1º e 2º graus, foi constituído um grupo de trabalho com a finalidade de elaborar os estudos preliminares do Plano de Carreira do Magistério (PCM). Este grupo de trabalho, formado por sete membros, ficou composto por representante da Fundação de Educação - MS e seis professores designados pelas seguintes entidades: Associação de Professores de Três Lagoas (APT), Associação de Ponta Porã (APP), ACP, ADP, APA e FEPROSUL* (1992, p. 38).

[61] Cf a respeito da fundação da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul – FEPROSUL, na seqüência deste capítulo. ACP é a Associação Campograndense de Professores. ADP é a Associação Douradense de Professores, instituições fortes no movimento reivindicatório sul-mato-grossense. APA é a Associação dos Professores de Aquidauana.

O magistério consegue que o governo apresente por meio da Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos[62], o relatório conclusivo dos trabalhos, na forma de um anteprojeto que considerava a progressão vertical representada pela promoção a seis classes e horizontal representada pelo acesso a oito níveis de habilitações; criação dos empregos para os especialistas; incentivos valorizando a efetiva regência de classe com enfoque especial à alfabetização; profissionalização do magistério e do regime jurídico.

Após a sansão e publicação do Plano de Carreira do Magistério, a ARENA de Mato Grosso do Sul, mediante manobra política de suas duas principais tendências, "Independentes"[63] e "Ortodoxos"[64], depuseram Harry Amorim Costa. Este desfecho se deu, por um lado, pelos resultados da ARENA sul-mato-grossense nas eleições parlamentares de 1978, que elegeu Pedro Pedrossian, Senador da República e do outro, para dar sustentabilidade ao regime militar que ameaçava desmoronar.

2.2 – A FUNDAÇÃO DA FEPROSUL NO CONTEXTO HISTÓRICO DO NOVO SINDICALISMO

As colocações feitas na primeira parte desse capítulo, elucidam que o magistério público da rede estadual, antes mesmo da divisão do estado, já organizava-se de forma independente, sem a participação da Associação Mato-Grossense de Professores Primários (AMPP), criada em 1965. E nem havia sentido para que a organização se desse de forma diferente uma vez que o Mato Grosso já estava dividido por força de Lei, faltando apenas a separação de fato. De qualquer forma, não custa dizer, ao menos de passagem, que em Mato Grosso existia uma Associação que cuidava dos interesses dos professores primários.

Mas, segundo Monlevade, a AMPP com a Reforma no ensino brasileiro, com a Lei 5692 de 1971, Primário e Ginásio se fundem no ensino obrigatório de oito anos,

[62] SDRH – Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos congregava as Fundações de Saúde, Esporte, Educação e Cultura, cada qual administrada por um presidente subordinado ao Secretário.

[63] Era a facção mais forte, liderada por Pedro Pedrossian.

[64] Era o grupo cuja expressão era o ex-governador José Fragelli, delineado pela afinidade com as premissas políticas da origem do golpe militar de 1964.

denominado de 1º Grau e não havia mais sentido em investir numa associação que se limitasse a professores da 1ª à 4ª série. A AMPP se transformou em Associação Mato-Grossense de Professores - AMP, assim como a Confederação de Professores Primários do Brasil CPPB (que foi criada em 1960) em Confederação de Professores do Brasil – CPB (2000, p.44/45).

Quanto a Associação Mato-Grossense de Professores e suas dificuldades de atuação, diz o professor Monlevade em seu estudo

> *A AMP se desenvolveu lentamente de 1971 a 1979. Em primeiro lugar, porque o crescimento populacional vertiginoso de Mato Grosso, especialmente pela abertura de novas frentes de colonização no oeste e norte, dispersou o movimento que tinha Cuiabá como epicentro. Em segundo lugar, porque em 1977 Mato Grosso perdeu os Municípios do sul para a formação de um novo Estado, o Mato Grosso do Sul, o que fez a AMP ficar sem metade de seus associados contribuintes. Os mandatos das diretorias se sucediam sem que houvesse uma tomada de posição combativa, em relação contrária aos governos estaduais* (2000 pag 46) [65].

Para entender as origens da FEPROSUL e sua desvinculação total com a Associação Mato-Grossense de Professores – AMP, devem ser mencionados os estudos dos professores Wilson Valentim Biasotto e José Laerte Tetila, com o Livro "O Movimento Reivindicatório do Magistério Público Estadual de Mato Grosso do Sul, dos anos de 1978 até 1988", obra publicada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, em 1991, e a dissertação de mestrado do professor Amarílio Ferreira Júnior, com o título "A FEPROSUL e a Luta Sindical dos Professores Estaduais de 1º e 2º Graus, dos anos de 1979 até 1986", defendida em 1992, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, publicada em livro, com o título: "Professores e Sindicalismo em Mato Grosso do Sul (1979-1986), em 2003.

O trabalho de Biasotto & Tetila, dentro da terceira temática do capítulo II – "Organização do Movimento reivindicatório do magistério público estadual sul-mato-grossense", salienta que a criação de um organismo de representatividade estadual do magistério público não foi uma tarefa fácil (1991, p.49) e enfatizam que a caótica situação do magistério levava os líderes das associações municipais a buscar soluções e, uma alternativa foi criar uma entidade que representasse todas as associações municipais.

[65] Cf. O estudo detalhado a respeito da mobilização sindical em Mato Grosso, consultar MONLEVADE (2000, p.43/60).

O professor Amarílio Ferreira Júnior, ao narrar a respeito da fundação da FEPROSUL, aponta para dois condicionantes sócio-econômicos contraditórios, mas resultantes do mesmo processo de modernização das relações capitalistas de produção[66], vivenciado pela população do Brasil na vigência do Estado Militar: o primeiro diz respeito a nova forma de se fazer sindicato, como abordamos no primeiro capítulo desse trabalho, quando as práticas advindas do novo sindicalismo tomavam conta nas relações de produção pela país afora e, de um modo especial entre o funcionalismo público[67]. O segundo é ligado a implantação do novo Estado da Federação marcado *por uma organização, distribuição e consumo econômico por relações agrárias com remanescentes pré-capitalistas de produção* (1992, p. 24).

As colocações de Amarílio Ferreira Júnior e Biasotto & Tetila remetem-nos, a Éder Sader quando enfatiza a respeito dos resultados obtidos pelos movimentos sociais que não são apenas fruto de suas próprias ações ou do resultado da dimensão interna, mas estão condicionados a interação com outros agentes (1988, p. 20). E na história da fundação da FEPROSUL percebe-se a inserção das práticas do Novo Sindicalismo brasileiro e a nova maneira de lutar pelos famigerados direitos dos trabalhadores, esquecidos pelos governantes. E, as greves que proliferavam-se pelo Brasil, no final da década de setenta, mostravam a garra, autenticidade e espírito de luta do verdadeiro herói brasileiro: o povo trabalhador. Na proposição afirmativa das ações advindas do Novo Sindicalismo e sua influência nas mobilizações dos professores sul-mato-grossenses, argumentam Biasotto & Tetila:

> *A repercussão das greves do ABC a nível (sic) nacional é impossível de ser avaliada na sua total amplitude e não é o caso de se estudar neste trabalho o seu alcance sociológico e histórico, todavia não mencioná-la eqüivaleria a dar tratamento provinciano a um movimento nacional, devidamente conectado com os contextos nacional e internacional, já que os fatos do ABC atingiram estes níveis* (1991, p. 50-51).

---

[66] Sobre as relações capitalistas de produção e suas influencias junto a classe trabalhadora consultar ANTUNES (1994, p.10-13).

[67] O historiador Eric Hobsbawm ao fazer uma análise do Mundo do Trabalho afirma: "O poder das greves, especialmente no setor público, em que o mercado e os lucros não são determinantes, reside em grande parte na habilidade de pressionar o governo através da capacidade de dificultar a vida do público" (1987, p.387).

O professor Eusébio Garcia Barrio, também concorda que as mobilizações grevistas que aconteciam no Brasil na época da fundação da FEPROSUL ajudaram o movimento reivindicatório dos professores sul-mato-grossenses:

> *É que nós naquela época como principiantes no sindicalismo não tínhamos aquela consciência que podiam ter os metalúrgicos do ABC, mas tudo isto tem uma influencia dentro da categoria e esses movimentos vão se desenvolvendo fruto daquilo que existe pelo país e, como a FEPROSUL era filiada a Confederação dos Professores do Brasil, não havia como ficar desligado das questões de âmbito nacional. Essa repercussão dos movimentos nacionais eram sentidos também aqui em nosso estado e isso ajudava nossa mobilização*[68].

As mobilizações que aconteciam no Brasil e a situação de abandono e descaso, por parte do governo estadual para com os professores, levou-os a fundar uma entidade que congregasse a categoria em todo o estado. A Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul – FEPROSUL foi fundada, num momento de tensão e disputa entre os professores de Campo Grande, ligados a Associação Campograndense de Professores – ACP e os docentes do interior, principalmente através da Associação Douradense de Professores – ADP e a Associação dos Professores de Aquidauana – APA. Segundo os estatutos da entidade, sua fundação data de 03/03/1979. Esses detalhes a respeito da criação da FEPROSUL e a 'trama' instaurada pela cúpula da ACP são detalhados por Biasotto & Tetila (1991, p.49-57), fato que não é veiculado na Dissertação de Amarílio Ferreira Júnior e também, no Boletim Informativo Oficial da Federação[69], ao mencionar os tramites do nascimento da entidade, ignora detalhes desse episódio:

> *Tempo difícil foi na época da divisão de Mato Grosso, quando os professores da ACP unidos aos companheiros da ADP e de algumas associações, que já começavam a mostrar a aurora de um novo tempo, a pujança de uma categoria que efetivamente despertava para as lideranças sindicais, constatando-se a necessidade da criação de uma entidade que representasse a categoria no novo estado. Ambas Associações Municipais – ACP e ADP convocam a presença de várias entidades municipais para fomentar a discussão em torno desse propósito, dessa reunião participaram 23 associações municipais, as quais deram um caráter singular à nova Instituição, ao contrário do que costuma acontece, a Federação nascia pelas bases, de baixo para cima. O calendário marcava o dia 03/03/1979,*

[68] Cf. Entrevista com Professor Eusébio Garcia Barrio.

[69] É o jornal Quadro Verde informativo dos professores da rede pública estadual de Mato Grosso do Sul, inicialmente era um boletim informativo da Associação Douradense de Professores – ADP, começou a circular em 1978, segundo Biasotto e Tetila, com uma tiragem de mil exemplares (Cf. 1991, p. 69).

nascia assim a Federação de Professores de Mato Grosso do Sul (nº 03 de março de 1988).

Apesar desse registro do jornal Quadro Verde com o mesmo enfoque de Amarílio Ferreira Júnior, não mencionando a disputa do poder hegemônico na implantação da Federação pelos professores da capital, numa leitura atenta de Biasotto & Tetila (1991, p.49-57), fica claro que a fundação da FEPROSUL ocorreu devido a intervenção direta das Associações do interior, sobretudo dos professores de Dourados e Aquidauana, caso contrário, essa entidade seria apenas uma extensão da Associação Campograndense de Professores - ACP.

O professor Eusébio Garcia Barrio, indagado se a ACP realmente seria transformada em uma entidade estadual, respondeu:

> *Depois de criada essa entidade, é bom que se diga e que se registre, se bem que os professores de Campo Grande não aceitam esse juízo, a ACP, na época que a professora Quintina respondia pela entidade, tentou transformar a ACP num entidade estadual, ninguém venha me negar porque eu tenho o estatuto da época (inclusive nos entregou uma cópia)*[70] *o estatuto que eles iam aprovar, eu tenho também a publicação do Edital de Convocação, publicado no Correio do Estado de 26/01/79 na página quatro, consta que a reunião seria para a reforma estatutária, esse edital é assinado pela professora Quintina Bueno*[71].

E continuou enfatizando:

> *Fique bem claro que isto esta escrito por eles. Essa reunião não houve, porque nós do interior ficamos sabendo e nos deixamos ela, avisamos Dourados e mandamos telegramas para a DREC de três Lagoas, Nova Andradina e Dourados solicitando aos três Delegados de Ensino da época que tomassem providencias no sentido de liberar os professores para comparecer no dia 07 de fevereiro na reunião de Campo Grande já que se estava tentando a realização dessa assembléia pela ACP. Na reunião de Campo Grande, que aconteceu na escola Maria Constância de Barros Machado não foi colocado em discussão esse assunto e não nos foi dado o direito de nos manifestar durante a reunião. Assim que a reunião terminou, então foi dado o direito para que manifestássemos a respeito dos motivos de estarmos naquela reunião.*[72].

---

[70] Cf. Nos ANEXOS a cópia do Estatuto do que viria a ser a Associação Sul-Mato-Grossense de Professores (ASMP), cópia original doada pelo Professor Eusébio, inclusive com algumas de suas anotações. No artigo primeiro estabelece: "A ACP, fundada em 21/04/1952, em decorrência de ter sede em Campo Grande e foro no novo Estado de Mato Grosso do Sul, passa a ter âmbito Estadual e a denominar-se ASSOCIAÇÃO SUL-MATO-GROSSENSE DE PROFESSORES, tendo como sigla ASMP..."

[71] Cf. Entrevista com Professor Eusébio Garcia Barrio.

[72] Cf. Entrevista com Professor Eusébio Garcia Barrio.

Biasotto & Tetila (1991, p. 55) ao argumentar a respeito da criação da FEPROSUL, apresentam na íntegra o Edital de Convocação mencionado pelo professor Eusébio e uma entrevista na qual a professora Quintina Bueno nega a intenção de transformar a ACP numa Associação Estadual. Na verdade a tentativa de se transformar a ACP em APMS foi abortada graças a intervenção do interior, conforme acima narrado, e vingou a idéia de uma Federação de Professores, projeto que acabou sendo encampado por todos, inclusive pela ACP. Infelizmente, junto ao acervo da Federação não foram encontrados os registros de sua fundação, nem os primeiros livros de atas das diretorias, para averiguar a tramitação legal da criação e instituição desse importante organismo representativo do magistério sul-mato-grossense[73]. Biasotto & Tetila também abordam essa problemática da falta de documentação relativa a criação da FEPROSUL, afirmando que:

> *Embora não se tenha obtido registros documentais, no lapso de tempo entre a primeira reunião – 27/07/1978 – e a posse da primeira diretoria da Associação Estadual – 07/04/1979 – houve muito trabalho, muita reunião debate, muita luta* (1991, p. 53).

Ainda a respeito da fundação da FEPROSUL, o professor Wilson Valentim Biasotto, argumenta:

> *A FEPROSUL, nasceu com uma mentalidade nova, diferente, por exemplo, da ACP, esta sim, com marcantes características de "cooperação" com os quadros dirigentes.*
>
> *Não deveriam ser diferentes da ACP as Associações mais antigas, como a de Ponta Porã, que nem sequer funcionando estavam. Foi necessário reorganizá-las.*
>
> *Essas Associações antigas, no entanto, não criaram problemas ao movimento reivindicatório, justamente porque estavam desativadas e foram reorganizadas com novo espírito.*
>
> *Justamente a mais atuante, a ACP, é que criou resistência. resistência que foi enfrentada e vencida pelas forças mais novas, destacando-se neste caso a região de Dourados e a participação de Aquidauana*[74].

[73]Cf No terceiro capítulo III, pelos depoimentos dos entrevistados, ao salientar a última eleição da Federação em 2002 existiram problemas. Mas, ressalta-se que não existe uma organização de toda a documentação dessa entidade, principalmente de sua fundação.

[74] Cf. Depoimento do professor Wilson Valentim Biasotto quando orientava essa Dissertação.

As argumentações do professor Biasotto estão presentes na lembrança e memória[75] do magistério público, pois, na rememoração das mobilizações da época da FEPROSUL, ao entrevistarmos vários professores[76] filiados aos sindicatos municipais, todos lembram dos movimentos reivindicatórios da categoria encabeçados pela Federação e da garra e luta do magistério na época dos governadores Marcelo Miranda Soares, Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins com seus atos autoritários e cruéis para com os professores. Um dos entrevistados, o professor Júlio Antônio Rossi salientou

> *Dentre as Associações de Professores que destacaram-se na articulação da mobilização dos professores na rede pública estadual de Mato Grosso do Sul, destaco, o brilhante papel das Associações de Professores e Aquidauana (APA) e de Dourados (ADP) quando foi fundada a FEPROSUL. Partiu de Aquidauana, juntamente com Dourados a mobilização estadual a fim de desmanchar um "golpe" que estava sendo preparado por professores da ACP*[77].

As colocações do professor Júlio Rossi, também foram respaldadas pelo professor José Alves da Silva[78] que reforçam as argumentações de Biasotto a respeito do espírito de luta da FEPROSUL e as circunstâncias de sua fundação. Outro dado colocado nas entrevistas dos professores é que alguns nomes são lembrados na época inicial da organização desse organismo estadual que iria direcionar o movimento reivindicatório do magistério a partir de 1979, entre eles foram citados: Wilson Valentim Biasotto, Eusébio Garcia Barrio e Antônio Carlos Biffi.

---

[75] Cf. BOSI sobre a importância da lembrança e da memória para a História (1994,p.17-33).

[76] Foram os seguintes os entrevistados e suas respectivas cidades: José Alves da Silva e Júlio Antônio Rossi (Aquidauana); Edvaldo Dias e Luana Santos Vilela (Coxim); Fátima Silva e Darci Jarson Escolar (Campo Grande); Otília de Paula Moreira (Eldorado); Orlando Gonçalves (Sete Quedas); Ademir Franco da Silva (Rio Brilhante); Sandra Carlos Martins Cassone (Itaquiraí); Maria Aparecida de Almeida Dorneles (Ponta Porã); Márcio Moreti Cabrera (Bonito); Enio Vila da Nobrega e Sebastiana Auxiliadora Medeiros (Corumbá); Admir Cândido da Silva (Dourados); José Carlos da Silva, César Martins da Fonseca, Gilberto Álvaro Pimpinatti e Lourdes Elerbrock, Cleuza Marques Campos, Valdenice de Oliveira, Joana da Silva, Arilton Corrêa, Francisco Aquino (Naviraí).

[77] A entrevista com o professor Júlio Antônio Rossi de Aquidauana, que é professor da rede estadual de nosso estado a 29 anos, foi realizada em 11 de abril de 2003, na cidade de Bonito, quando realizava-se o XXII Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação. As colocações do professor Júlio reforça o que Biasotto & Tetila diziam anteriormente e que Amarílio Ferreira Júnior não detalha em sua Dissertação. Também a este respeito

[78]Cf. Entrevista com o José Alves da Silva, que atuou por 40 anos no magistério, além de destacar a atuação dos professores de Dourados, através da ADP e destacar o nome dos professores Biasotto, Biffi e Eusébio Garcia Barrio.

Neste trabalho que enfatiza as práticas do novo sindicalismo com as mobilização dos Professores da Rede Pública Estadual sul-mato-grossense, como argumentado no primeiro capítulo, quando afirmava-se que a partir da proliferação das greves dos professores, ocorre um desdobramento provocando o surgimento de novas lideranças, no caso da FEPROSUL, com a reativação de inúmeras Associações Municipais de Professores, incorporam-se líderes novos que consolidam o movimento reivindicatório e por sua vez, firmam as bases da categoria.

2.3 – A FORÇA DO INTERIOR NA MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA SUL-MATO-GROSSENSE: A ASSOCIAÇÃO DOURADENSE DE PROFESSORES

Como visto na primeira parte desse capítulo, quando enfocado a respeito da fundação da FEPROSUL, a atuação das Associações de Professores de Dourados e Aquidauana foi decisiva, demonstrando, no cômputo de forças do magistério público estadual sul-mato-grossense, sua concentração reside no professorado do interior do estado e não na capital.

Como já foi assinalado, quando Harry Amorim Costa assume o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, em 01/01/1979, existiam poucas associações municipais:

> *Associação Campograndense de professores (ACP), fundada em 1952; Associação de Professores de Aquidauana (APA), fundada em 1963; Associação de Professores de Corumbá (APC), fundada em 1970; Associação Ponta-Poraense de Professores (APP), fundada em 1970; Associação Douradense de Professores (ADP), fundada em 1978;*
> *Associação Três Lagoense de Professores (ATP), fundada em 1978;*
> *Associação Paranaibense do Bolsão Mato-Grossense (APBM), fundada em 1978;*
> *Associação Nova Andradinense de Professores (ANAP), fundada em 1978*[79].

Não existe a pretensão de aprofundar-se, nesse trabalho, um estudo detalhado acerca das Associações Municipais de Professores existentes quando foi instalado o

[79] Cf. nos arquivos da FEPROSUL referente a 1979.

estado[80], mas nos importa detalhar a ADP, por ser uma entidade combativa, comprometida com suas bases e não atrelada ao estado, ou seja, dentro das diretrizes do novo sindicalismo brasileiro. Nesse sentido, o espírito empreendedor dos professores douradenses, mesmo entre os percalços advindos das péssimas condições materiais para o exercício da profissão e a deprimente condição salarial do magistério, conseguiram unir a categoria em âmbito estadual, fazendo proliferar as grandes mobilizações reivindicatórias. Essa pujança, garra e desprendimento dos professores de Dourados e sua atuação no movimento reivindicatório do magistério sul-mato-grossense, permite-nos aprofundar em sua história, tendo como base seu acervo documental.

No centro sul do Estado, situada a 250 quilômetros de Campo Grande, encontra-se a cidade de Dourados, depois da capital é a maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul. E, os professores[81] dessa cidade, a partir de 1977 começam a organizar sua Associação, fundada, como visto anteriormente, em 07 de maio de 1978, quando ocorreu a eleição e a posse da primeira diretoria[82]. Essa entidade, passa a congregar e revigorar as lutas do magistério entre os 55 municípios sul-mato-grossenses. Sendo comum, observar-se, nas Atas de Assembléias Gerais da ADP, o registro da presença de representantes de associações de professores de outros municípios[83].

Um ingrediente que contribuiu decisivamente para a organização na mobilização dos professores douradenses e, por conseguinte ao magistério estadual, foi a criação e circulação do jornal informativo – chamado de *Quadro Verde*[84]. A primeira edição data de

---

[80] Entretanto esse importante levantamento não consta nos anais da FEPROSUL.

[81] Cf. em Biasotto & Tetila (1991, p-44-48) encontram-se os detalhes de como ocorreu a criação da ADP, sendo que os nomes dos professores que propuseram a criar a Associação de Professores foram: José Laerte Tetila, Sultan Rasslan e Wilson Valentim Biasotto.

[82] A chapa única que concorreu e venceu a 1ª eleição da ADP era constituída pelos professores: Wilson Valentim Biasotto (presidente), José Laerte Tetila (vice), Antônio Carlos Biffi (secretário), Aparecida Cazon (2ª secretária), Arino Braga do Amaral (tesoureiro) , Abramo Loro Neto (2º tesoureiro), Nilcéia Maria Pacco (diretora social), Marlene Costa (diretora social), Júlio Belucci (diretor esportivo), Sidney Gomes (diretor de relações públicas), Wilson José Moretti (diretor jurídico), José Zanchettin (diretor de ética), Dalva Maria de Souza (diretora cultural) e Gélio Alfredo Lopes (diretor recreativo) – também do Conselho Fiscal Cf. Livro número 01 (1978 a 1984) das Atas de Reuniões de Diretoria da ADP – consta como cabeçalho "Ata da Primeira Assembléia de formação e instalação da Associação Douradense de Professores, fl. 01-05.

[83] A liderança da ADP na organização e mobilização dos professores da região centro sul do Estado, compreendia os municípios de Ponta Porá, Itaporã, Rio Brilhante, Caarapó, Fátima do Sul, Deodápolis, Glória de Dourados, Ivinhema, Antônio João, Naviraí, Nova Andradina, Angélica e Bataguassu (Cf. Atas de Assembléia Gerais da ADP – livro número 01 e 02).

[84] Cf. em Biasotto & Tetila (1992, p. 69-72) maiores detalhes a respeito da importância do Jornal Quadro Verde na organização do ideário da categoria do magistério público estadual, que nasceu na ADP em agosto de 1978.

agosto de 1978 com tiragem de mil exemplares e em outubro de 1979, passa a ser órgão informativo regional, com a tiragem de 4.000 exemplares. Em 1982, transformou-se em órgão oficial da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul. É interessante observar que atualmente o jornal Quadro Verde (encampado que foi pela FEPROSUL e preservado também pela FETEMS) continua circulando em todo o Estado, entre o magistério e que os professores de Dourados criaram um outro jornal próprio, de caráter informativo.

Um dado que demonstra que os professores douradenses e, por sua vez, os sul-mato-grossenses estavam em consonância com o magistério brasileiro, é uma moção de solidariedade que a diretoria da ADP envia aos professores de primeiro e segundo graus do Paraná que estavam com suas atividades docentes paralisadas, pois, segundo aquela Ata:

> *As condições de trabalho dos docentes brasileiros são precárias, os vencimentos irrisórios, o vínculo empregatício praticamente são inexistentes. E por isso, afloram em vários estados da Federação, movimentos reivindicatórios em benefício do professor.*
>
> *O Paraná quiçá pela consciência profissional de seus mestres, tem dado a todo o Brasil, um exemplo de coragem e força que merecem nosso respeito e consideração. Sem a infiltração de ideologias que defiram dos anseios da classe, vosso movimento haverá de terminar brevemente satisfatório, justa são as reivindicações do professorado paranaense...* (Reunião ordinária da Diretoria da ADP,13/08/1978 - livro 01, folha 06).

Este fato demonstra que a mobilização sindical, advindas da proliferação das práticas do Novo Sindicalismo estendiam-se pelo Brasil, como também acima mencionado as cartas que a Confederação Nacional de Professores enviava as associações do magistério de todo o país.

Nas primeiras Atas de Assembléias Gerais e de Diretoria da ADP[85], registram-se as preocupações com o descaso dos governantes que não reajustavam os salários dos professores, não implantavam um plano de carreira, não abriam concurso público e que abusavam dos cargos políticos, perseguindo muitos dos que viviam do magistério[86]. Com a mobilização da sociedade sul-mato-grossense no clima de euforia de criação do novo Estado, os professores douradenses, aproveitando-se aquele momento, lançam um slogan:

[85] Livro n.º 01 das Assembléias Gerais (1978 – 1982) (50 folhas) encontra-se nos acervos da ADP.

[86] Ata de Assembléia Geral Extraordinária. livro n.º 01 – Dourados - 23/02/1979. Cf. matéria veiculada no Jornal O Progresso de 21/01/1979, da professora Aparecida Cazon, com o título: "Professores Revoltados".

Novo Estado, professor valorizado? (Livro 01 das Atas de Reunião de Diretoria, folha n.º 08, 23/02/1979). Este slogan é divulgado em todo o Estado com a intenção de fazer com que a categoria se organizasse, criando associações nos municípios para que se fundasse um organismo representativo de abrangência estadual. Desta forma seria possível conquistar as reivindicações almejadas.

A mobilização dos professores douradenses ganha força, inclusive no Estado que estava em processo de formação, pois quando a primeira equipe governamental estava preparando-se para dirigir Mato Grosso do Sul, com Harry Amorim Costa, recebe uma longa carta, com já exposto, relatando a situação dos professores, conforme relato da Ata de Assembléia Geral de 15/10/78 da ADP, folha 07 e 08.

No final da década de 70 a ADP transforma-se no carro-chefe do movimento reivindicatório do magistério público da rede estadual sul-mato-grossense, dando novo rumo a categoria. Segundo, Biasotto e Tetila, os professores não se organizavam porque eram dominados pelo os medo, pois qualquer movimento que se fizesse podia ser entendido como manifesto subversivo (1991,22), contudo, estes trabalhadores em educação passam a não mais suportar o arrocho salarial e a superexploração. Os atos injustos cometidos contra os educadores e, contra a gama de trabalhadores brasileiros, estimulam a deflagração de ações para reivindicar e reconquistar seus direitos e, no caso dos professores de Dourados, ao criar a ADP e ao contribuir na reorganização do magistério, com a fundação da FEPROSUL, os professores começam a resistir e superar as perseguições e marchar adiante, com consciência de que um movimento reivindicatório não é feito apenas de vitórias, mas que está sujeito a avanços e recuos. E esses mesmos autores enfatizam:

> *Qualquer acontecimento marcante ao nível de professorado do Estado passa e passou, indiscutivelmente, pela Associação Douradense de Professores (ADP)* (1991, p. 47)

As palavras do professor Biasotto encontram respaldo na Ata de Assembléia Geral[87] da Associação dos Professores de Naviraí, realizada no Clube Nipônico, quando ocorreu uma Assembléia Extraordinária com a presença dos professores Lauro Sérgio Davi, da ADP e de Antônio Carlos Biffi, presidente da FEPROSUL, no sentido de agilizar

[87] Cf. Livro Ata da Associação dos Professores de Naviraí de 24/11/83, fl. 1-4.

a Associação de Professores de Naviraí, desativada há muito tempo, a presença de ambos, tinha a finalidade de se constituir uma nova diretoria para reativar a Associação.

Ainda em Biasotto & Tetila, para demonstrar a importância da ADP dentro da mobilização dos professores da rede pública de Mato Grosso do Sul, sobretudo na região da grande Dourados, é colocado uma entrevista com o professor Cláudio Freire de Souza de Itaporã-MS, quando se soube da formação da ADP, logo se decidiu em:

> *Convidar o pessoal de Dourados para que viesse até aqui e fizesse uma palestra, uma abertura, a fim de que a gente formasse uma diretoria e fundasse a Associação de Professores de Itaporã... Então a Associação de Professores nasceu em 27.08.1978.. Com todo o apoio, com toda a força e incentivo da ADP* (1991,p.48).

A influência da ADP, no organismo central dos professores no estado, como já assinalado, contribuindo para os avanços nas mobilizações reivindicatórias do magistério, além de ter conduzido Wilson Valentim Biasotto, presidente da ADP, para o cargo de vice-presidente da FEPROSUL, a partir de 1979, na segunda eleição dessa entidade estadual, em 1982, é eleito para seu presidente, o então dirigente da ADP, Antônio Carlos Biffi[88].

A liderança que os professores de Dourados exerciam na mobilização do magistério público estadual foi relembrado pelo assessor jurídico da FEPROSUL Antônio Carlos Biffi[89], presente na Assembléia Geral da ADP, em 28 de outubro de 1988, dizia aos professores douradenses:

> *A força do magistério sul-mato-grossense está no interior, nos demais estados da federação ela se concentra na capital. Em Dourados existe uma posição de rebeldia e isto tem produzido avanços que outros municípios ainda não conquistaram. Como explicação desses avanços, como na primeira grande greve de 1981, saímos sozinhos e conseguimos levar vinte municípios conosco*[90].

Outro dado que comprova a liderança da ADP é o relato do livro da Associação Três Lagoense de Professores – ATP, que na Assembléia extraordinária diz:

---

[88] Cf. TABELA dos Presidentes da FEPROSUL e dos Presidentes da ADP, no capítulo III.

[89] Cf. TABELA dos Presidentes da FEPROSUL – Antônio C. Biffi exerceu dois mandato consecutivos como Presidente da FEPROSUL (1983-1986), no capítulo III.

[90] Cf. Livro de Assembléias Gerais de 28/10/1988, fl. n.º 02.

> *Leitura da Carta Aberta encaminhada pelos professores da Associação Douradense de Professores – ADP, ao governador de Mato Grosso, Dr. Cássio Leite Barros, solicitando reivindicações para a classe do magistério sul-mato-grossense* (Fl.15, Ata nº 4, de 24/10/78)

As considerações do professor Eusébio Garcia Barrio a respeito da ADP e a importância na organização dos professores do interior do Estado na mobilização reivindicatória da categoria, ressaltam as considerações enfocadas anteriormente:

> *A ADP nós temos que aceitar, acho que não tem nada demais aceitar que sempre foi uma entidade que dentro do interior foi a mais forte, então toda aquela região de Dourados, dos municípios em roda, Fátima, Glória, Caarapó, Itaporã, Deodápolis a ADP conduz o movimento nessa região, são méritos que a gente não pode tirar de ninguém, com aquele grupo que havia na época em Dourados como Tetila, Biasotto, Mariazinha e Sérgio.*
> *(...) Foi realmente a força do interior que impulsionou a FEPROSUL, não podemos tirar, o valor de Campo Grande, mas a grande força veio dos municípios do interior – Campo Grande na realidade estava em casa, mas nós nos deslocávamos cento e tantos quilômetros do interior para a capital, depois de trabalhar durante o dia. Eu lembro de ter vindo aqui com os professores Ordalino, Júlio, Roberto Rossi e Paulo Roberto, um dia vinha um, outro dia outro...*[91].

[91] Cf. Entrevista do professor Eusébio Garcia Barrio.

2.4- OS ATOS GOVERNAMENTAIS DECORRENTES DA MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL SUL-MATO-GROSSENSE E A CONSOLIDAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO (1979-1991)

2.4.1 – HARRY AMORIM COSTA (JANEIRO - JUNHO DE 1979)

Os desentendimentos no interior da Aliança Renovadora Nacional - ARENA, partido de sustentação do regime militar, desencadearam em Mato Grosso do Sul, a nomeação de três governadores entre 1979 e 1980: Harry Amorim Costa[92] (janeiro-junho de 1979); Marcelo Miranda Soares (junho de 1979 a setembro de 1980) e Pedro Pedrossian (outubro de 1980 até a realização das primeiras eleições em 1982). Pedrossian assume o poder estadual, devido a sua fiel amizade com o então presidente João Batista Figueiredo[93]. Neste período é grande a defasagem salarial da categoria do magistério, que passa pelo arrocho salarial, assim como a maioria dos trabalhadores brasileiros deste período.

Essa crise política que marcou o início de Mato Grosso do Sul, com a incursão de três governadores em curto espaço de tempo, teve suas raízes assentadas em dois fatores que se complementam, segundo Amarílio Ferreira Júnior:

> *(A) no âmbito nacional, os mecanismos constitucionais que conferiam caráter autoritário ao poder tecnocrata – militar imposto pela violação das instituições democráticas, desde o início dos anos 60;*
> *(B) no plano estadual, a disputa renhida entre os vários grupos representativos dos interesses sócio-econômicos das classes dominantes, marcadamente formada por latifundiários, pela hegemonia política do poder local* (1992,p. 19).

Quando o estado de Mato Grosso do Sul foi criado, em 1977, eram grandes as promessas de melhoria de salários aos professores, vindas dos governadores Harry Amorim e Marcelo Miranda Soares. Como visto na primeira parte desse capítulo, quando enfocou-se a respeito da criação do novo Estado e, os professores, através da FEPROSUL, reivindicavam junto ao novo governador Harry Amorim Costa, melhorias, pois, a categoria encontrava-se num quadro social e profissional de péssimas condições de vida e

[92] A nomeação de Amorim Costa por Geisel foi pelo fato de ser ele um político de fora e acima das contendas internas da ARENA, cujas facções não conseguiram chegar a um consenso junto ao governo federal sobre o nome a ser indicado. Na visão de Bittar "o Estado modelo (MS), já nascia em meio aos métodos anti-democráticos de luta pelo poder" (1992, p. 04).

[93] Cf. TABELA dos Titulares do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul (1979/2003) em ANEXOS.

de trabalho, provocando uma ruptura com os limites aceitáveis de cidadania. Segundo a carta que os professores de Dourados entregaram a Harry Amorim, em outubro de 1978, como já enfocado, o acumulo da defasagem salarial era de 60,78% [94] em comparação com o custo de vida registrado no período entre 1975 e 1978 expressando, assim, a contradição do modelo econômico estabelecido pelo Estado Militar: crescimento do arrocho salarial e da superexploração, pois, os trabalhadores já não suportavam tamanho desgaste em seus salários, uma vez que o *milagre econômico, analisado no primeiro capítulo* havia chegado ao fim. Os atos injustos cometidos contra os trabalhadores brasileiros estimulam a deflagração de ações para reivindicar e reconquistar seus direitos.

No conjunto das relações funcionais dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense, concentravam-se uma série de problemas empregatícios que não estavam resolvidos, como ausência de concursos públicos periódicos; prestação de serviços sem contrato de trabalho; critérios de admissão e demissão baseados nos interesses políticos governistas e a inexistência de um Estatuto do Magistério tal como previa a Lei 5692/71[95].

Portanto, em seus primeiros meses de existência, a FEPROSUL começava uma grande luta pela implementação de um Plano de Carreira do Magistério (PCM) que foi aprovado por Harry Amorim Costa. Esse Plano apresentava aspectos inovadores, tais como:

> *Progressão vertical representada pela promoção a seis classes;*
>
> *a) Progressão horizontal representada pelo acesso a oito níveis de habilitações;*
>
> *b) Criação dos empregos para os especialistas;*
>
> *c) Criação do instituto da suplência;*
>
> *d) Instituição dos incentivos valorizando a efetiva regência de classe, com enfoque especial à alfabetização;*
>
> *e) Profissionalização do magistério;*
>
> *f) Substituição do regime jurídico.* [96]

[94] Cf. BIASOTTO & TETILA (1991,p.65-69).

[95] Cf. A "Carta Aberta ao Governador Cássio Leite de Barros". Quadro Verde, Dourados, 17 set. 1978, p.3. Também citado em Biasotto (1992, p. 61-68), referindo-se ao rol de reivindicações entregue a Harry Amorim e Cássio Leite de Barros (governador de Mato Grosso, antes da bipartição).

[96] O relatório conclusivo encontra-se nos arquivos da FEPROSUL/1979.

Este documento foi esboçado e assinado e, entregue em 23/04/1979 à Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos – SDRH, pelo seguinte grupo: Enir Mecchi Thomaz (FEPROSUL), Eusébio Garcia Barrio (APA), Irany de Almeida (Fundação de Educação), Nelly Bacha (ACP), Neuza Siqueira (Associação de Professores de Ponta Porã), Nilce Camargo Trajano dos Santos (APT) e Wilson Valentim Biasotto (ADP).

E, em 27 de abril de 1979, Harry Amorim Costa publicava do PCM, que no seu artigo primeiro dizia:

> *Seja implantado o Plano de Classificação dos professores integrantes do Quadro Provisório do Estado de Mato Grosso do Sul o abono provisório conforme tabele em anexo desse Decreto*[97].

Entretanto, numa clara continuidade de disputas pelo controle direto da máquina administrativa estadual, num sinal evidente de que o governo formado a partir de Geisel não representava os reais interesses de elite dominante sul-mato-grossense e os de Pedro Pedrossian, o governo Harry Amorim Costa foi deposto por uma manobra política produzida mediante um acordo tácito entre as duas principais tendências, "Independentes" e "Ortodoxos" da ARENA.

2.4.2 - MARCELO MIRANDA SOARES (1979/1980)

Numa clara expressão da força pedrossionista, foi designado governador o então prefeito de Campo Grande, Marcelo Miranda Soares, alinhado àquela facção[98]. Seu governo, contudo duraria apenas até outubro de 1980, quando, finalmente, com respaldo nas bancadas federal e estadual, Pedro Pedrossian assumiu a chefia do executivo.

---

[97] Cf. DO Ano I número 82 de 30/04/79, Decreto-lei nº 67 de 27/04/79.

[98] Cf. Bittar (1992, p. 361-377) apresenta-se quais foram as "manobras que derrubaram o governador Harry Amorim Costa".

Marcelo Miranda Soares, assim que assume o governo, extinguiu a SDRH[99] e as suas respectivas Fundações (responsáveis pelas políticas sociais), através do Decreto-lei 117/79. No setor da educação criou um sistema estadual de ensino cujo órgão central seria a Secretaria de Educação que passa a ocupar as funções da Fundação de Educação, e transferia a gestão das relações funcionais com o professorado, esboçadas no recém aprovado Plano de Carreira do Magistério - PCM, à ação conjunta das Secretarias de Administração e Educação.

Um elemento que ajudou na organização do ideário do magistério público estadual, foram os Seminários das Associações Municipais de Professores de Mato Grosso do Sul (SAMPROSUL), o primeiro foi organizado em Campo Grande em 28 de julho de 1979 que contou com 104 participantes (BIASOTTO & TETILA, 1991, p.73) e discutiu uma série de questões pertinentes às condições de vida e trabalho que afligiam a categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, dentre eles: atrasos nos pagamentos; previdência social estadual; aplicação do Decreto 174/79[100] e implantação do PCM.

I SAMPROSUL, aprovou um documento, cobrando empenho do governador Marcelo Miranda Soares, expresso na seguinte forma:

> *Como é possível que a Educação, uma das metas prioritárias do Governo do Estado e formadora da personalidade de nossos filhos que serão os responsáveis pelo amanhã de nosso Estado, possa resolver seus problemas, quando muitas vezes os fornecedores de soluções são desconhecidos da própria Educação? Por este motivo a FEPROSUL solicita de V. Excia (sic) que o preenchimento de tais cargos sempre seja feito por pessoal especializado no Campo Educacional e com uma experiência mínima de 5 anos no exercício do magistério*[101].

Essa declaração demonstra que os professores da rede pública estadual, buscavam avançar e conquistar suas reivindicações salariais e funcionais, num primeiro momento, apresentaram ao governo como deveriam ser solucionados os problemas enfrentados pela

---

[99] Cf. Amarílio Ferreira Júnior (1992 , p. 38) que destaca o Decreto-lei 8/79 que especificava as características da Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (SDRH), cuja competência estatal seria a de concentrar o conjunto das políticas sociais, tais como: educação, cultura, desporto, saúde, trabalho e promoção social.

[100] O Decreto 174/79 fixou o salário básico das categorias funcionais de professores e especialistas de educação, foi assinado por Londres Machado (ARENA), presidente da Assembléia Legislativa, quando ocupou interinamente a chefia do Executivo, logo após Harry Amorim Costa ser deposto.

[101] Cf. Nos ANEXOS o documento resultante do Primeiro Seminário das Associações Municipais de Professores de Mato Grosso do Sul – SAMPROSUL - de 28/07/1979.

categoria. Quanto a importância da realização de Seminários, que se tornam estratégicos dentro do contexto das mobilizações do magistério da rede pública estadual e que envolve membros da categoria de vários municípios do novo Estado, são relevantes as considerações do professor Eusébio Garcia Barrio a respeito do SAMPROSUL

> *A realização do SAMPROSUL era de suma importância, pois, tornava-se a única oportunidade que tínhamos para nos reunir e para discutir os assunto da categoria e estabelecer os planos de nossa luta. Hoje em dia ir de um município a outro é fácil, mas naquela época não era, por exemplo, não havia asfalto, entre tantos outros problemas.*
> *Penso que deveria fazer um estudo detalhado a respeito desses encontros, pois, a cada evento saía um documento final com aquilo que desejávamos conquistar*[102].

O ideário das reivindicações dos professores sul-mato-grossense, sendo capitaneado pela FEPROSUL que buscava mobilizar a categoria para que o governo cumprisse o Plano de Cargos e Salários do Magistério (PCM) já aprovado por Harry Amorim Costa, foi demonstrado quando realizado o II SAMPROSUL, em outubro de 1979, na cidade de Dourados.

Apesar da mobilização dos Professores e das cobranças feitas no encontro de Dourados para que fosse efetivado o PCM, o Secretário de Educação de Marcelo Miranda Soares, Juvêncio da Fonseca, percorre o Estado, promovendo reuniões[103] com os professores, no sentido de dar explicações a categoria. E, em Dourados, na Assembléia da ADP, em 22 de fevereiro de 1980[104], que também contou com a presença do Presidente da FEPROSUL Eusébio Garcia Barrio, Juvêncio pediu paciência ao magistério e afirmava que haveria melhorias no salário da categoria e que os professores que ainda estavam ligados ao Mato Grosso poderiam ficar tranqüilos, pois o enquadramento seria feito antes do final de 1980.

Entre promessas e lamúrias dos governantes e de seus representantes, os professores sul-mato-grossenses buscam organizar sua entidade representativa, pois, a

---

[102]Cf. Entrevista com o Professor Eusébio Garcia Barrio.

[103] Cf. em Biasotto & Tetila (1992, p.76-77) Dizendo que Juvêncio C. da Fonseca havia percorrido os municípios de Nova Andradina, Ivinhema, Jateí, Anaurilândia, Fátima do sul, Deodápolis, Glória de Dourados, Sidrolândia, Maracaju, Angélica e Bataiporã.

[104]Cf. Livro nº 01das Assembléia Gerais da ADP, Primeira Assembléia que era realizada no ano de 1979. (Arquivos da ADP/1979).

tendência natural do sistema capitalista, caso as suas contradições não sejam aguçadas pela classe que vive da força do trabalho, é a diminuição do salário. Nesse sentido lembramo-nos de Marx, quando alertava para a importância dos sindicatos na mobilização dos trabalhadores: *nas indústrias onde os operários não estão organizados, os salários tendem a baixar sem cessar e o número de horas de trabalho a aumentar* (1980,p.38).

Dentro dessa percepção, a FEPROSSUL começa a participar de eventos, organizados na concepção do novo sindicalismo que também passam a contagiar a categoria que continua com sua organização efetiva na conquista de suas reivindicações. Foi o que aconteceu em 1980, na participação do XIII Congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB). O contato com o movimento sindical, organizado nacionalmente, e de professores públicos de 1º e 2º graus e com sua pluralidade de tendências político-sociais[105] aprimora o processo de consolidação da consciência de classe, levando os professores sul-mato-grossenses, cada vez mais, a se inserirem no contexto de lutas econômicas que foram acumuladas historicamente pelas classes trabalhadoras ao longo do período republicano brasileiro.

Um episódio que deve ser enfatizado, na trajetória das lutas dos professores, foi o início do ano letivo de 1980, quando o grupo do magistério sul-mato-grossense, liderados pela FEPROSUL, cansados das promessas de Marcelo Miranda e Juvêncio da Fonseca e acompanhando as deliberações congressuais da CPB, marcam uma passeata do conjunto da categoria, em Campo Grande, em 27 de março de 1980, como o momento de mobilização privilegiado para a campanha salarial, levando à capital, segundo Biasotto & Tetila cerca de seis mil professores:

> *Somente a cidade de Dourados levou 40 ônibus lotados de professores e vários carros particulares. O jornal O Impacto, chega a afirmar que: Campo Grande parou para ver a maior e mais ordeira passeata de protesto já realizado no Centro-Oeste brasileiro.* (1991, p. 45)

[105] Como visto no primeiro capítulo vários partidos de esquerda atuavam na organização sindical. Segundo Amarílio Ferreira Júnior, as principais tendências políticas de esquerda que atuavam nos congressos da CPB, na primeira metade da década de80, era: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), Partido Revolucionário Comunista (PRC), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Convergência Socialista (CS), Liberdade e Luta (LIBELU). Sendo que, CS, MEP, LIBELU e PRC, tendências partidárias que atuavam no interior do Partido dos Trabalhadores (PT) (1992, p.45).

E a imprensa divulga amplamente essa mobilização dos professores, como o Diário da Serra:

> *A escolha do dia de hoje, 27 de março, para a realização de um maciço movimento reivindicatório dos professores, prende-se ao fato que esta data, a partir deste ano, passa a ser considerada 'dia nacional de solidariedade entre professores', por decisão da Confederação dos Professores do Brasil – CPB*[106].

O enfrentamento contra o Estado, atrelado ao contexto do ideário das mobilizações dos professores de Mato Grosso do Sul, conduzido pela FEPROSUL, lembram-nos os alicerces do Novo Sindicalismo, como mencionado por Wilma Mangabeira, como vimos no primeiro capítulo:

> *Um sindicalismo que busca ser mais combativo, tende a recorrer a greves, prima pela representatividade da base, tende a lutar não apenas pelos direitos sindicais, mas representa uma arena de lutas em defesa de direitos sociais e políticos e questiona os próprios limite do Estado* (1993, p. 15).

Ressalta-se que nas mobilizações reivindicatórias da FEPROSUL a luta do magistério foi além das questões salariais, como percebe-se em Biasotto & Tetila:

> *No rol de assuntos pode-se perceber-se que os professores de Mato Grosso do Sul nunca estiveram preocupados unicamente com a questão salarial... os profissionais do ensino foram além dessa questão (1992, p. 74).*

Com uma prática combativa e com uma visão que extrapolava as questões salariais, a FEPROSUL coloca a mobilização dos professores no bojo dos grandes acontecimentos ligados ao novo sindicalismo brasileiro e a luta por melhores condições da classe que vive da força do trabalho, e o combate, na visão marxista, é o que se tem de melhor na trajetória da luta operária contra a exploração capitalista. Esse foi um grande momento na história da mobilização dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense.

[106] Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 27/03/1980.

E o governador Marcelo Miranda Soares, pressionado pela ação político-organizativa, irradiada através das escolas, que preparava a greve geral e pela demonstração de força mobilizadora manifestada pela passeata de março, apresenta uma nova proposta de negociação que, segundo Amarílio Ferreira Júnior, ficou consubstanciada nas seguintes questões:

> *Enquadramento funcional de todos os professores em 15/10/80; aplicação da tabela salarial já reajustada*[107]*; e a convocação de concurso público. A contraproposta sofre um crivo da aprovação da categoria numa rodada de assembléias municipais e foi, então, selado um novo acordo entre a FEPROSUL e o governo estadual mediante a assinatura de um documento* (1992, p.48).

E, em seguida, devido ao resultado imediato das mobilização de massas do professorado, o governo publicou o Decreto 517, no DO em 14/04/80, passando a normalizar aspectos reguladores da vida funcional do "grupo magistério" e que especificava as suas diferenças com o conjunto dos servidores públicos estaduais.

Pouco antes de ser deposto do cargo por uma manobra política patrocinada por Pedro Pedrossian, Marcelo Miranda Soares publicou em 15/10/80, o Decreto 446, contendo a lista com mais de seis mil professores, remanescentes de Mato Grosso, que foram beneficiados com a estabilidade funcional, por enquadramento, nos moldes estabelecidos pela Lei Complementar nº 35. Conseqüentemente, esse encaminhamento jurídico acarretou outros reajustes salariais para os professores como um todo, pois a partir daí cada professor passou a contar com o direito que tinha em função de seu nível de habilitação e do tempo de serviço prestado.

[107] De acordo com o Decreto nº 174, de 21/06/1979, a tabela salarial da categoria funcional do magistério era determinada pelos coeficientes existentes entre os níveis e as lasses que enquadravam as diferentes frações de professores por habilitações e tempo de serviço, ou seja: nível I –1.00; nível II – 1.15; nível III – 1.50; nível IV – 1.65; nível V – 1.85; nível VI – 1.90; nível VII – 1.95; nível VIII – 2.00; e classe A- 1.00; classe B – 1.10; classe C – 1.20; classe D – 1.30; classe E – 1.40; classe F – 1.50.

2.4.3 - PEDRO PEDROSSIAN (1980/1983)

Deposto Marcelo Miranda Soares, o Presidente da República, João Batista Figueiredo, em outubro de 1980, nomeou o fiel amigo, Pedro Pedrossian, para ser governador de Mato Grosso do Sul até 1982. Pedro Pedrossian foi o último na seqüência dos nomeados a contar de 1979 e notabilizou-se pelo estilo centralizador e autoritário, pelo arrocho salarial e arbitrariedades contra os servidores públicos de modo geral e os professores em particular. Esta forma de governar contribuiu para aguçar a mobilização reivindicatória do magistério público da rede estadual e acentuar as práticas do novo sindicalismo[108].

Com a nomeação de Pedro Pedrossian o magistério público estadual começa a ficar preocupado, segundo Biasotto & Tetila:

> *Com a nomeação de Pedrossian o magistério tinha razões de sobra para ficar preocupado. Em seu governo anterior, esse governador passou quatro anos sem conceder um único reajuste ao magistério. A inflação nesse período já era preocupante, nos últimos doze meses, maio de 80 a maio de 81 atingiu a casa dos 108% (cento e oito por cento), quantia que a FEPROSUL reivindicava de reajuste para fazer face, evidentemente, ao aumento do custo de vida* (1992, p. 108).

Com Pedro Pedrossian à frente do governo e a desconfiança dos professores - já o conheciam enquanto governador de Mato Grosso - intensifica-se o movimento reivindicatório. Um fato que deve ser lembrado é que nessa época o magistério passa a ter uma organização nacional, com a criação da Confederação de Professores do Brasil – CPB, essa instituição, à qual a FEPROSUL filia-se, contribuiu para reforçar a mobilização da categoria nos encaminhamentos unitários das reivindicações, principalmente na luta de conquistas que dependam do respaldo nacional da categoria[109].

E em Mato Grosso do Sul os professores da rede pública estadual, no governo de Pedro Pedrossian, em 27/05/81, promovem uma grande passeata em Campo Grande que

---

[108] Eduardo Noronha ao analisar as greves da década de 80, salienta que a partir de meados dos anos 80, o setor público ultrapassa o privado em números de greves e movimentos reivindicatórios. Aponta as causas que impuseram rigidez às negociações no setor público: a não valorização de mecanismos de negociação coletiva, crise financeira desse setor e as políticas de congelamento de preços e salários. (1992, p. 101)

[109] Cf. Documento distribuído no XV Congresso Nacional de Professores promovido pela Confederação dos Professores do Brasil – CPB, em Goiânia, em Janeiro de 1982. (MADEIRA, 1986, P. 177)

contou com a participação de 5 mil professores[110], destacando-se nesse ato a presença do presidente da Confederação de Professores do Brasil – CPB, Hermes Zanetti. A passeata culminou, após percorrer as principais ruas da capital, com a realização de um ato público em frente a sede do governo, no Edifício das Repartições Públicas Estaduais (ERPE). Nesta oportunidade, uma comissão entregou mais um documento ao Chefe da Casa Civil do Estado, exigindo o reajuste salarial de 93%, uma vez que o governador encontrava-se na capital federal (BIASOTTO & TETILA, 1991, p. 109).

Deve ser ressaltado, que nessa passeata, Pedro Pedrossian demonstrava seu lado autoritário e arbitrário para com os professores, pois os delegados de ensino ou diretores escolares, pretendiam esvaziar o movimento.

A liderança que os professores douradenses, através da ADP exerciam na mobilização do magistério de Mato Grosso do Sul é latente, como se demonstra quando se deflagrou a greve em novembro de 1981. Esse fato é narrado por Amarílio Ferreira Júnior:

> *Enquanto os professores de Campo Grande estavam divididos por um processo eleitoral demarcado em dois pólos antagônicos – independência versus atrelamento da entidade em relação ao Estado -. os professores de Dourados, liderados pela ADP, deflagravam uma greve exigindo os 93% de reajuste salarial em 10 de novembro* (1992, p. 55).

Essa citação além de demostrar a importância histórica da ADP na condução do movimento reivindicatório estadual, deixa claro que dentro da ACP, a Associação mais antiga do magistério no estado, havia fortes remanescente do antigo sindicalismo, que por defender interesses particulares e conchavos de cargos com o governo de Pedro Pedrossian, esquecem da categoria. Entretanto, a FEPROSUL e os professores de Dourados não compactuavam com o governo e partem para a greve.

Os antecedentes de como os professores de Dourados deflagrariam essa greve, encontra-se registrados junto ao livro nº 01 das Atas de Assembléias Gerais, na folha 43, de 16 de outubro de 1981, quando Antônio Carlos Biffi, presidente da ADP, afirmava:

> *Precisamos convocar as demais associações para uma reunião aqui em Dourados, onde traçaremos planos para uma paralisação geral do magistério de nosso Estado, a partir de 10 de novembro de 1981.*

[110] Jornal O Progresso de 28/05/1981. Cf. No final do Capítulo III a foto 03 - Passeata em Campo Grande em 27/05/81.

Na mesma Ata, encontram-se registradas as palavras da professora Irene Rasslan:

> *Como temos o apoio da Associação de Pais e Mestres, devemos formar uma comissão de professores, pais e alunos e devemos ir às demais cidades e falar com a categoria.*

As propostas dos professores de Dourados foram levadas para a Assembléia Geral da FEPROSUL em Campo Grande, que aconteceu em 26/10/1981, e acabaram não sendo aceitas[111]. Os motivos da recusa e do que representa a ADP, no contexto das lutas reivindicatórias dos professores, Biasotto & Tetila colocam:

> *A FEPROSUL não tomava a iniciativa da paralisação, não que sua diretoria hesitasse, mas porque nas Assembléias Gerais – constituídas por três delegados de cada associação municipal – não se obtinha maioria favorável à paralisação. O problema maior ficava por conta das cidades menores, onde, pela influência e pressão política se fazerem sentir com mais intensidade, os professores hesitavam em paralisar suas atividades. Não suportando essa conjuntura de indecisão, a ADP tomou a iniciativa do movimento, deflagrando a partir de 10 de novembro de 1981, aquela que seria a primeira greve geral do Estado* (1991, p.116).

Em entrevistas feitas com os presidentes da Associação de Professores de Naviraí, Lourdes Elerbrock, Gilberto Pimpinatti e César Martins, fizeram questão de enfatizar que a fundação da Associação dos professores naviraienses, sempre recebeu as visitas dos professores douradenses e de modo especial, na deflagração da primeira greve dos professores em Mato Grosso do Sul em novembro de 1981.

Contra o movimento grevista que os docentes realizavam, em 23/11/1981, o governo incentivava a criação de uma outra estrutura sindical paralela a FEPROSUL, a Associação de Professores de Mato Grosso do Sul – APMS[112]. Marisa Bittar lembra que na Câmara Federal, o deputado Figueiró não deixava passar em branco as atitudes de Pedro Pedrossian, a quem chamava de "personagem", por apoiar e conceder ajuda financeira a APMS, pronunciou um discurso:

> *Mandando e desmandando em seu partido, já de cócoras, vez que suas vozes autênticas emudeceram-se terrificadas diante de seus pitos estridentes quão espetaculares, o 'personagem' passou à Segunda etapa de seu diabólico plano institucional: desmerecer o funcionalismo público. Eis que aí de forma inusitada*

[111] Cf. Livro de Ata de Assembléia Geral do ano de 1981, Ata número 07/81, fl. 10-12 (Arquivo FEPROSUL/81).

[112] O Estatuto dessa instituição foi publicado no DO 719 de 24/11/1981.

> *encontrou uma barreira, pois a maioria não se curvou, destacando-se nela a briosa classe dos professores – sobre a qual 'personagem' tem atávica, histérica e histórica idiossincrasia desde seu Governo anterior, ou seja, de 1966 a 1971, no antigo Mato Grosso integrado* (1997, p.392)

Os dissabores das refregas de Pedro Pedrossian para com a desmobilização da organicidade da estrutura sindical do magistério, através da FEPROSUL, não ficaram apenas no incentivo e ajuda para criar a APMS, mas também com a anulação do convênio que estabelecia o recolhimento das mensalidades sociais devidas pelos associados da entidade, feito por meio da Secretária de Estado de Administração – SAD. O convênio entre FEPROSUL e SAD, com duração de cinco anos, foi assinado em 02/07/80, consta no DO 374 de 04/07/80. Seu cancelamento consta no DO 720 de 26/11/81.

Esses dois fatores, fundação da APMS e o rompimento do convênio das mensalidades por parte da Secretaria de Estado da Administração - SAD, apesar de quase levar ao colapso a FEPROSUL, demonstrou que foi um momento de crescimento, abnegação, espírito de luta e empreendimento, iniciado em 1978 e que se fortalecia no desenvolvimento de um sindicalismo combativo e autentico. Foi um grande momento para o crescimento do legítimo sindicato representante dos trabalhadores e, nesse instante lembremo-nos das palavras de Gramsci *"O aparelho repressivo do Estado é apenas uma entre as muitas defesas da sociedade capitalista"* (1990, p.26)

Esta inflexão na compostura sindical do organismo representativo do magistério público estadual foi acusada pela cúpula do governo de Pedrossian, como reclamava, Mariza Serrano Ferzelli

> *Eu tenho dito em reuniões com associações, inclusive tive reunião na semana retrasada com 25 presidentes de Associações, que as associações de classe precisam participar auxiliando, mas não da forma como alguns estão fazendo. Isso eu digo sempre e inclusive disse isso ao Eusébio porque a FEPROSUL ultimamente tem se colocado contra a Secretaria de Educação; nada é bom, nada serve, nada existe que eles possam participar. Se a gente pede um auxílio em termo de colaboração, no começo eles participavam, até os decretos que estavam saindo – no concurso público, a FEPROSUL participou desde o decreto, desde a época do Juvêncio e da minha época também, até a minuta do decreto foi discutida na minha sala antes de ir para a Assembléia Legislativa* (Jornal da Cidade – Campo Grande, 06-12 de dez. 1981).

O ano de 1982 começa com retaliação por parte do governo contra o grupo do magistério que participou do movimento paredista. Mesmo repondo as aulas os professores

tiveram os descontos dos dias parados. E, em abril acontece o VIII SAMPROSUL na cidade de Fátima do Sul, em 06/04/1982, onde a FEPROSUL além de retomar a campanha salarial reivindicando 60% de reajuste salarial, denuncia as arbitrariedades do governo, como consta no livro de Atas desse Seminário:

> *Foi denunciado à proibição feita aos professores filiados à FEPROSUL de falar nos colégios sobre os assuntos ligados à essa entidade, ao passo que a APMS podem falar abertamente. E o professor Wilson Valentim Biasotto, fazendo referência à este assunto, frisa devido a essa situação este Seminário conta com a presença de poucos delegados, isto deve-se ao fato da grande pressão por parte do governo*[113].

No segundo semestre desse ano, quando aconteceria as eleições para o governo estadual, após o golpe militar, essa seria a primeira vez que o povo brasileiro votaria em eleições diretas para governadores de Estados. Neste pleito, os professores, cujo piso salarial fora rebaixado de 2,9 salários mínimos para 0.8 salários mínimos[114] passam a apoiar o candidatura da oposição, segundo Eronildo Barbosa Silva

> *O movimento sindical apoio a candidatura de oposição ao Governo do estado e à ditadura, de Wilson Barbosa Martins. Nessa campanha, foi entregue um documento ao candidato do PMDB, Wilson Barbosa Martins, contendo as principais reivindicações do movimento. Entre elas, constava a criação de um Secretaria de Governo votada para o apoio ao movimento sindical* (1997, p. 27).

Biasotto & Tetila também salientam que *a FEPROSUL, apoiou a candidatura de Wilson Barbosa Martins, para receber o reconhecimento* (1992, p. 130) uma vez que o governo de Pedrossian reconhecia apenas a APMS como instituição legítima dos professores. Tal foi o apoio que os professores deram apoio ao candidato da oposição Wilson Barbosa Martins, na Assembléia Geral da ADP, em 04/09/82, registra-se a presença desse candidato garantindo que *as sugestões da FEPROSUL serão levadas em conta em meu plano de governo*. E com o apoio dos professores e da sociedade sul-

[113]Cf. Livro Ata de Assembléias Gerais da FEPROSUL do ano de 1982, Ata número 03/ 82, fl. 07-10.

[114] Cf. Amarílio Ferreira Júnior (1992, p.62).

mato-grossense, Wilson Barbosa Martins, vence as eleições[115] e Pedrossian[116], em março de 1983, ao passar o poder ao sucessor, entregava um Estado endividado e como revanchismo concede um reajuste salarial para o funcionalismo público da ordem de 97%.

2.4.4 – WILSON BARBOSA MARTINS (1983/1987)

Em 1982, as eleições para governadores propiciam a normalização político-institucional, entretanto, em Mato Grosso do Sul, não redundou em renovação dos quadros dirigentes. Observando-se o rol de governadores que o Estado teve desde sua criação: Harry Amorim Costa, Marcelo Miranda Soares e Pedro Pedrossian e, a partir de 1983, elegendo-se: Wilson Barbosa Martins (PMDB, 1982), Marcelo Miranda Soares (PMDB, 1986), Pedro Pedrossian (PTB, 1990) e Wilson Barbosa Martins (PMDB, 1994) verifica-se, como visto na parte inicial desse capítulo, que são nomes ligados aos interesses que defendem as famílias tradicionais da elite sul-mato-grossense e, pela forma de governar, pouco preocupando-se com os problemas sociais, ajudam a prosperar a miséria da população. A grande 'preocupação' desses administradores, concentra-se no esteio da sustentação econômica do Estado: a criação do boi. Restando aos professores da rede pública estadual, a árdua luta da mobilização reivindicatória que garantiria a sobrevivência.

Maria Dilnéia Fernandes ao escrever sobre "Políticas Públicas de Educação", ressalta:

> *Quando, em 1982, o PMDB ganha as eleições para o governo do Estado com Wilson Barbosa Martins cuja história política remonta à formação das tradicionais elites políticas mato-grossenses. O paradoxo é que, apesar de o PMDB posar de oposição, e, de fato, em Mato Grosso do Sul ele se opunha ao PDS (Partido Democrático Social), essa oposição não questionava a ordem de*

[115] Resultado oficial da eleição de 15 de novembro de 1982 em Mato Grosso do Sul: Wilson Barbosa Martins (PMDB) 258.192 votos (Governador eleito); José Elias Moreira (PDS) 237.144votos; Wilson Fadul (PDT) 5.414 votos; Antônio Carlos de Oliveira (PT) 4.541votos. Para o Senado da República foi eleito Marcelo Miranda Soares (PMDB) com 158.280 votos. Para a Câmara Federal foi eleito Harry Amorim Costa (PMDB) 25.044 votos. Dados do TRE/MS - http://www.tre-ms.gov.br/el1982/resulta82.html – 20 de julho de 2003 – 10 horas.

[116] Cf. Em Bittar (1997, p. 397-403) a respeitos dos conchavos feito por Pedrossian e o Presidente Figueiredo para forjar a vitória do candidato da situação (PDS) José Elias Moreira.

dominação, tampouco as relações entre capital e trabalho. Opunha-se, sim, à forma de fazer governo do então governador Pedro Pedrossian (2000, p.93).

Para a democracia brasileira foi importante a eleição de 1982 e a vitória da oposição (PMDB), que nessas eleições em Mato Grosso do Sul, recebe apoio dos professores[117] , contudo, não foram garantidas mudanças significativas na qualidade de vida da população. Como salienta Maria Dilnéia Fernandes, o projeto político de sociedade da oposição, sustentava-se também no clientelismo político, em 1982, acontece exonerações de muitos funcionários do poder estadual para serem substituídos por outros ligados ao novo partido que assumiu o poder.

A FEPROSUL imbuída na prática de um sindicalismo combativo que difundia-se cada vez mais entre a classe trabalhadora brasileira, nos moldes do novo sindicalismo, procura reagir diante das políticas de arrocho salarial impostas pelos governadores, procurando garantir a sua representatividade junto ao professorado de Mato Grosso do Sul, reinicia, em 1983, uma ampla campanha de fundação de novas Associações Municipais pelo interior do Estado e reativando as já existentes, mas que haviam sofrido o impacto da fundação da APMS. Segundo nota no jornal Quadro Verde *"1983 seria o ano de investimento nas bases, de preparação de cada unidade para a nova etapa que estava por surgir[118]"* (Nº 03 de março de 1988).

Em 11/12/1982, Antônio Carlos Biffi, Presidente da ADP, foi eleito e empossado como terceiro Presidente da FERPOSUL, Eusébio Garcia Barrio fora eleito para o primeiro e segundo mandato. E Antônio Carlos Biffi, em assembléia da ADP, de 05/02/1983, quando pede exoneração do cargo de presidente da ADP para assumir a FEPROSUL, afirmava:

---

[117] "Pode-se dizer que os professores exerceram forte influencia na vitória de Wilson Barbosa Martins, expressando o seu repúdio à política de repressão e arrocho salarial do governo que findava"(Bittar, 1998, p. 44).

[117]Cf. Livro de Ata de 1983 de Reuniões de Diretoria, em 19/04/83, consta "já foram visitados os municípios de Bela Vista, Rio Verde, Coxim, Rio Negro, Terenos onde foram reativas as entidades. Em Miranda, Corumbá, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas e Fátima do Sul nesses foram renovadas suas diretorias"(fl. 09).

> *Apenas em quinze*[119] *municípios as Associações de Professores estão em atividades e do firme propósito que deve ser feito para serem restabelecidas essas importantes instituições representativas da categoria*[120].

O firme propósito de Antônio Carlos Biffi, aliado as atitudes políticas do governador Wilson Barbosa Martins, de *restabelecer as relações sindicais com a FEPROSUL e com os cortes junto a APMS*[121], *que sucumbiu* (FERREIRA Jr., 1992, p.63), reacendem os ânimos e a luta sindical. A filiação da FEPROSUL à Confederação dos Professores do Brasil também foi outro fato que ajudou a reanimar a mobilização da categoria.

Mas os problemas com o governo Wilson Barbosa Martins estavam apenas começando, o novo governador que prometeu que seu Secretário de Educação seria um professor, nomeou o advogado Leonardo Nunes da Cunha. Segundo Bittar:

> *Os dirigentes da FEPROSUL elencaram os seguintes nomes: Sultan Rasslan, Eusébio Garcia Barrio, Wilson Biasotto, Magali Baruki e Valmir Corrêa (...) O encaminhamento de tais nomes ao governo acabou gerando um problema de delicada solução. Por um lado, a FEPROSUL escolheu-os não através de uma consulta às bases mas sim em reunião entre seus principais dirigentes, de tal forma que a lista contemplou suas opiniões ou áreas de maior influencia da entidade. Mesmo assim, ela avaliava que a Secretaria de Educação teria como titular um daqueles componentes. Por outro lado, o governador considerou que o nome mais indicado para implementar o programa do PMDB na área educacional e que 'representaria, com segurança, um passo à frente' não constava do rol e assim acreditando, nomeou Leonardo Nunes da Cunha* (1998, p.46).

A respeito do governo de Wilson Barbosa Martins, da indicação do Secretário de Educação, argumenta o professor Wilson Valentim Biasotto:

---

[119] Cf. Na Ata de Assembléia Extraordinária da Associação de Professores de Naviraí (APN), Livro 01, de 24/11/1983, quando Antônio Carlos Biffi dizia: da necessidade de se agilizar a APN que se encontra desativa há muito tempo e, que a sua presença em Naviraí, tinha como finalidade a de se constituir uma nova diretoria para que ela possa ser acionada e defenda os direitos da classe. Foram eleitos para Presidente Onorino Moresco e para vice-presidente a Professora Cleuza Campos Marques da Silva.

[120] Cf. Ata de Assembléias Gerais da ADP Livro número 02 de 1983.

[121] Cf. Em Biasotto & Tetila "Enquanto a APMS se preocupavam em atender paternalisticamente aos seus poucos associados, a FEPROSUL lutava com o objetivo de fazer com que fossem respeitados os direitos trabalhistas da categoria" (1992, p. 132).

> *Aqui convém destacar dois pontos: 1. Leonardo Nunes da Cunha, membro do antigo PCB era aliado de Amarílio e Marisa Bittar, daí o fato de nossa autora ser tão condescendente com o governador; 2. Na verdade Wilson Barbosa Martins traiu a categoria. Além de pedir a lista ele havia se comprometido em nomear o Sultan Rasslan, que também era do PMDB, diga-se de passagem, para a Secretaria de Educação. Dr. Wilson Barbosa mandou chamar-me para conversar, fomos eu, o Biffi, o Eusébio, a Nelly Bacha e na hora apareceu o Amarílio que acabou participando também. Nessa reunião o governador se comprometeu a nomear o Sultan. Imagino que o Amarílio saindo dessa reunião tenha confabulado com o Roberto Orro e tramado a nomeação do Leonardo.*[122]

Se por um lado os professores não foram atendidos na indicação de um Secretário de Educação ligado a FEPROSUL e que saísse do engajamento e da mobilização da classe - tal polêmica estendeu-se até setembro de 1985, quando o Leonardo Nunes da Cunha deixou o cargo[123] - havia uma outra insatisfação, como afirma Biasotto & Tetila

> *Os professores estavam insatisfeitos porque, depois dos 97% de reajuste concedidos no final do governo de Pedrossian, não tinha havido mais nenhuma reposição, embora a inflação continuasse a corroer dia-a-dia os salários de toda a classe trabalhadora. Os vencimentos do professorado no Mato Grosso do Sul já haviam atingido 2.9 salários mínimos com Marcelo Miranda, baixando para 0.8 salários mínimos no final de governo de Pedrossian e se elevado a 1.05 no início do governo de Wilson B. Martins tendo permanecido assim até o final de 1983. Se levar em conta todo o apoio dado pelo professorado à candidatura de Wilson B. Martins e suas promessas de palanque, não se pode deixar de dar razão ao magistério e suas reivindicações* (1992, p.135).

Os professores da rede pública estadual, entendendo que era necessário a mobilização, começam, em novembro de 1983, a pressionar o governo para o piso de 3 salários mínimos, pois, como visto, não recebiam reposição salarial e a inflação os corroía. O autoritarismo do governo de Wilson Barbosa Martins e sua intransigência para com o magistério em seu governo, levou a FEPROSUL, em 05/041984 a deflagrar a segunda grande greve do professorado sul-mato-grossense.

Segundo Biasotto & Tetila o executivo adotou uma iniciativa inovadora que foi o uso da televisão. Em dezesseis minutos de pronunciamento, transmitidos em 11 de abril de 1984, Wilson Barbosa Martins solicitava que os professores regressassem às aulas (1991, p.140). Na verdade, o governador queria jogar a opinião pública contra a passeata que

[122] Cf. Considerações do professor Wilson Valentim Biasotto, orientador desse trabalho.

[123] Cf Bittar: O Movimento de Professores da rede Pública Estadual: A Oposição ao Secretário de Educação. (1998, p.119-138)

aconteceria em 12/04/84, em Campo Grande. Era a terceira grande passeata, como término da greve, quando os professores conseguiram 35% de reajuste salarial, mas somente a partir de setembro e, não haviam alcançados os almejados três salários mínimos de piso.

Um ato que aguçou a polêmica entre FEPROSUL e o governo de Wilson Barbosa Martins, foi a divulgação do Decreto 3.004 (publicado no DO em 06/05/1985) que fixava eleições diretas para diretores e diretores-adjuntos das escolas públicas estaduais de 1º e 2º graus e, segundo Amarílio Ferreira Júnior a FEPROSUL e o PMDB, partido de sustentação do governo, levam Wilson Barbosa Martins a revogar o Decreto 3.004 (1992, p.95). Desta forma, a FEPROSUL ao estabelecer alianças tácitas com as frações políticas mais vacilantes na luta em oposição aos estertores do regime militar, passava a transitar na contramão da tendência que pugnava para afirmar a democracia como primazia universal fundamental para o exercício da cidadania (1992, p.96).

Contudo, Marisa Bittar em sua tese insiste em afirmar que:

> "(...) *no período de 1983 até 1985 a Secretaria de Educação Estadual de Mato Grosso do Sul inaugurava uma série de medidas inovadoras para o setor educacional (...) a educação avançou significativamente pela valorização salarial"* (1997, p. 425).

Mas, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e, por sua vez Wilson Barbosa Martins, que segundo Bittar 'inauguram medidas inovadoras', não consegue superar a ordem mundial e nacional do capital, não garantindo as mudanças significativas na qualidade de vida sul-mato-grossense. Com essa postura o governo Barbosa Martins não valoriza o trabalho e leva classe trabalhadora a lançar mão da greve como único meio eficiente para conquistar as reivindicações procedentes da disputa entre capital e trabalho[124].

A partir da interferência direta dos professores na busca da solução de seus problemas, há um crescimento e fortalecimento da FEPROSUL. O combate, a reorganização das bases dos trabalhadores, a luta pelas melhores condições de salários e de vida, práticas advindas do Novo Sindicalismo e que permeavam o magistério público da rede estadual, contrariam uma tendência de crise das organizações sindicais na maioria dos

[124] Cf. MARX (1973, p.138-151). Também conferir artigo que salienta a conceituação ampliada de proletariado moderno - http://www.rebelion.org/brasil/030413buonicore.htm – 21/07/2003.

países latinos americanos, no Brasil, os sindicatos cresciam e se fortaleciam a nova forma de fazer sindicato (ANTUNES, 1995, p.11-47).

Na conjuntura nacional, o advento da *Nova República* instaurada por José Sarney (1985), do mesmo partido de Wilson Barbosa Martins, encontrava subterfúgio para arrochar ainda mais os salários dos trabalhadores e, o PMDB operava de forma dicotômica e populista, quando

> *estabeleceu o Plano Cruzado (fevereiro de 1986) tendo o efeito de acalmar o conflito sindical, visava basicamente reverter o processo inflacionário e manter um congelamento dos preços das mercadorias até as eleições de novembro, tentando obter maiores dividendos políticos. A estratégia eleitoral deu certo e o PMDB elegeu 26 governadores de Estado* (http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/- 02/06/2002 – 14 horas).

No que concerne as mobilizações reivindicatórias do magistério público estadual de Mato Grosso do sul, o Plano Cruzado da Nova República conseguiu acalmar o conflito sindical, como registra-se na Assembléia Geral da FEPROSUL de 15 de agosto de 1986, com a presença de 200 representantes dos 64 municípios do Estado apenas reafirmam a proposta de três salários mínimos, não chegando ao consenso a respeito da deflagração de uma greve geral.

Contudo, no XIII Congresso Estadual[125] de Professores, realizado na cidade de Ponta Porã, demonstra coesão e afinco na mobilização do magistério, reune mais de 2.500 professores (dados que constam no livro Ata desse Congresso) e após longas e calorosas discussões, em 19 de outubro de 1986, os congressistas optaram pela deflagração da greve a partir do dia 28 do referido mês pela aprovação do Estatuto e por um piso de 3 salários mínimos[126].

A greve começa em 28/10/86, pois o governador em exercício, Ramez Tebet[127], mantinha os 2.5 salários mínimos e não encaminhava à Assembléia Legislativa o projeto

---

[125] *Os sindicatos do tipo Novo Sindicalismo além de mais combativo, tendem a ser mais representativos da base que representam e procuram expandir a participação de seus filiados por meio da organização e do debate* (MANGABEIRA, 1993, p.13).

[126] Cf. Livro de Atas dos Congressos Estaduais da FEPROSUL/86 – fl. 07 – 38.

[127] Wilson Barbosa Martins em maio de 1986 desincompatibilizou-se do cargo para concorrer a uma vaga de senador nas eleições parlamentares de novembro daquele mesmo ano. Assume Vice-Governador, Ramez Tebet no período de 14.05.1986 a 15.03.1987. Cf. TABELA dos Titulares do Governo de Mato Grosso do Sul (1979/2003) em ANEXOS.

do Estatuto do Magistério, nele constava o piso de 3 salários mínimos, reivindicado a muito tempo pelo magistério.

A respeito dessa greve, Biasotto & Tetila salientam

> *No dia 28 de outubro iniciou-se a greve, no dia 30 terminou. Três dias de paralisação. Por isso, afirmou-se que a terceira grande greve não foi tão grande pela sua duração e nem pelas adesões que recebeu. (...) O magistério de Mato Grosso do sul, entretanto, após tantos anos de aprendizado, já tinha consciência de que muitas vezes o avanço só se faz com recuos estratégicos* (1992, p.0147)

Quanto ao final da greve de outubro de 1986, a rápida dispersão dessa greve por parte das lideranças da FEPROSUL, aliada ao tramite da destituição do Decreto 3.004, elencado anteriormente, demonstram óbices inaceitáveis dentro do movimento reivindicatório do magistério público sul-mato-grossense, de certa forma são atitudes que conduzem a uma ruptura com as práticas advindas do Novo Sindicalismo e, de modo especial, para com os interesses da categoria do magistério que vive, única e exclusivamente de sua força 'intelectual' de trabalho.

E o Partido de sustentação da 'Nova República', dentro de um contexto puramente eleitoreiro, trama o Plano Cruzado[128] que conduz o PMDB ao governo da maioria dos estados brasileiros. Nessa conjuntura de euforia e ufanismo, Wilson Barbosa Martins consegue conduzir novamente o PMDB ao governo de Mato Grosso do Sul e, volta à cena política, Marcelo Miranda Soares que por meio de seus atos governamentais impulsiona os professores da rede pública estadual a promover mobilizações reivindicatórias levando ao ápice as incursões da FEPROSUL junto aos seus filiados. É o triunfo do Novo Sindicalismo em Mato Grosso do Sul.

[128] "Plano Cruzado falhara por ter sido usado com fins eleitorais, declarou à imprensa, em fevereiro de 1987, Aureliano Chaves, ministro da Minas e Energia" - http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4909_10.asp – 21/07/2003 – 21 horas.

2.4.5 – MARCELO MIRANDA SOARES (1987/1991)

Marcelo Miranda Soares, em 1986, tornou-se o segundo governador eleito de Mato Grosso do Sul pelo (PMDB) apoiado pelo ex-governador Wilson Barbosa Martins (PMDB) que, por sua vez, se elegeu Senador[129]. Segundo Marisa Bittar,

> *Marcelo Miranda Soares, derrotou Lúdio Martins Coelho, mesmo recebendo apoio de Pedro Pedrossian, devido a dois fatores:*
>
> *1º) Pelo saldo positivo do governo que findava (Wilson Barbosa Martins), destacando-se a pavimentação de estradas e a construção de escolas;*
>
> *2º) Pelos efeitos do Plano Cruzado, que faziam do PMDB um partido praticamente imbatível em 1986.*
>
> *A eleição de Marcelo Miranda Soares marcou nova fase na política sul-mato-grossense, consolidando a aliança Democrática (PMDB-PFL) no estado.* (1998, p.161).

O governador Marcelo Miranda Soares, ao assumir o poder em 1987, têm no grupo do magistério público estadual os reflexos das grandes mobilizações reivindicatórias do funcionalismo público. Os professores reivindicam junto ao Chefe do Executivo estadual o reajuste salarial (a luta dos 3 salários mínimos), reforma estatutária, ensino público e gratuito para todos os níveis e verbas públicas somente para escolas públicas.

O magistério passa novamente pelo arrocho salarial, advindo das conseqüências do Plano Cruzado II[130] e conquistas importantes foram solapadas: perda do piso salarial e não disponibilidade dos presidentes para as associações (BITTAR, 1993, p.11).

Os professores não aceitaram as perdas salariais e partiram para monumentais mobilizações que se constituíram em três greves desencadeadas contra o governo que

---

[129] Resultado das eleições de 1986 em Mato Grosso do Sul: Marcelo Miranda Soares (PMDB/PFL/PDT/PCB) 412.974 votos (Governador eleito); Lúdio Martins Coelho (PTB/PDS) 243.026 votos e Luiz Landes da Silva Pereira (PT) 16.664 votos não são eleitos; Senadores eleitos - Wilson Barbosa Martins (PMDB/PFL/PDT/PCB) 240.468 votos e Rachid Saldanha Derzi (PMDB/PFL/PDT/PCB) 215.356 votos. Pedro Pedrossian (PTB/PDS) 230.671votos não consegue ser eleito ao Senado. Harry Amorim Costa PMDB 10.077 votos não consegue a reeleição para a Câmara dos Deputados. http://www.tre-ms.gov.br/el1986/resulta86.html – 20 de julho de 2003 – 18 horas.

[130] Plano que José Sarney decretou, em 21/11/86: descongelou os preços de produtos e serviços, liberou os preços dos aluguéis para serem negociados entre proprietários e inquilinos e alterou o cálculo da inflação, que passou a ser medida com base nos gastos das famílias com renda de até cinco salários-mínimo. O resultado imediato foi um aumento generalizado de preços, levando a população a perder a confiança no governo. http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4909_10.asp – 21/07/2003 – 21 horas.

acabou complemente isolado e politicamente inviabilizado. A primeira acontece no ano de 1987, quando no governo de Marcelo Miranda Soares, os professores permaneceram *32 dias paralisados*, de 12/10 até 14/11. A reivindicação era um reajuste de 63% em seus salários, para repor as perdas salariais. A contraproposta do governo era de 18%, por isso houve movimento paredista *em 41 municípios, atingindo 96,6% dos professores (11.592), fechou 339 escolas e deixou sem atividade escolar 246.909 alunos* (BIASOTTO & TETILA, 1991,153).

Em 20/10/87 segundo o relatos de Elza Jorge, presidente da FEPROSUL, *a greve acontecia nas 55 Associações Municipais de Professores do Estado, apenas Ribas do Rio Pardo e Pedro Gomes não aderiram ao movimento grevista e que no Estado atingia 96% de adesão, ou seja, dos doze mil professores do Estado estão parados onze mil e duzentos*[131].

As praticas advindas do Novo Sindicalismo mobilizaram todos os segmentos da sociedade organizada, inclusive da influência marcante da esquerda Católica foi o que também aconteceu dentro da mobilização do magistério público da rede estadual de Mato Grosso do Sul, quando o jornal "O Progresso" de 10/11/87 publicava, uma matéria tendo o título "Moção de apoio aos professores estaduais" e dizia

> *Nós, bispos, padres, leigos e irmãs do Regional I, reconhecendo a justeza das reivindicações do professorado sul-mato-grossense e acreditando que uma verdadeira educação contribui para a construção de uma nova sociedade, decidimos em Assembléia Regional, realizada em Campo Grande, nos dias 06,07 e08 de novembro/87, manifestar o nosso apoio às justas reivindicações desta categoria de trabalhadores que busca melhores condições de vida e de qualidade de ensino, lutando pela reposição salarial e pela aprovação do Estatuto do Magistério. Contai com o nosso apoio.*

Era a mobilização dentro de um sindicalismo que recebia apoio e a solidariedade da sociedade. Foi o que aconteceu, também, em 11 de novembro de 1987, quando ocorreu uma enorme passeata em Campo Grande onde participaram, nada menos que 20 mil[132] pessoas e mostrou sua força do magistério público estadual às autoridades governamentais. Entretanto a gigantesca mobilização não consegue o intento de fazer com que as lideranças dos professores tivesse audiência com o governador Marcelo Miranda Soares.

[131] Cf. Livro de Atas da FEPROSUL de outubro de 1987.

[132] Cf. Ata nº 94 de 12/11/ 1987, da ADP. Cf. No final do capítulo III - Foto 04 e 05 Passeata em 11/11/87.

O ano de 1987, para o movimento reivindicatório da classe trabalhadora brasileira e, de modo especial para o servidor público que buscava nas práticas do novo sindicalismo os alicerces da organização sindical, deve ser lembrado, pelos dados que Eduardo Noronha apresenta

> *O número de greves atingiu seu recorde (2188), bem como o de jornadas não trabalhadas (132 milhões) – foi o ano de mais intenso conflito, desde 1978. Houve crescimento de conflito em relação ao ano de 86 nos dois setores: público e privado, mas foi à área pública a responsável pela grande expansão* (1991, p. 117).

Segundo os dados apresentados por Noronha, a explosão do movimento grevista brasileiro em 1987 deve-se principalmente pela maciça adesão dos funcionários públicos com a paralisação de suas atividades. Os servidores federais, estaduais e municipais *deflagraram 838 greves, o que representa não só o maior número já realizado num ano, 1987, mas a maior participação percentual no total 38%* (NORONHA, 1991, p.118).

Ainda fazendo referência ao ano de 1987, com um quadro de perdas salariais e incertezas quanto aos reajustes futuros dos servidores públicos, ressalta Noronha:

> *Os servidores estaduais foram os principais grupos grevistas em 1987, cujas 277 paralisações implicaram a perda de quase 60 milhões de jornada (...) Há de se destacar, nas empresas estatais as greves da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Petrobrás que foram acompanhadas de violência e ocupação ou cerco militar nas empresas* (1991, p.119).

Assim, comprova-se que o carro chefe do movimento grevista do no ano de 1987 foi o setor público, no caso específico de Mato Grosso do Sul, foram os professores da rede pública estadual, desde o governo de Harry Amorim Costa (1979) a Pedro Pedrossian (eleito em 1990), conseguem ampliar e avançar a mobilização reivindicatória, entretanto foi no governo de Marcelo Miranda Soares (1987/1991), com sua posse em 1987, que o movimento grevista intensificou-se.

Para maior compreensão das inserções dos governadores através de seus atos 'oficiais' que fazem as mobilizações dos professores avançar ou recuar, faz-se necessário lembrar de Mattoso quando afirma que *os documentos só têm sentido quando inseridos numa totalidade que deve ser levada em consideração a existência do homem no tempo*

(1988, p. 17) e, são por meio dos documentos da Associação Douradense de Professores – ADP, através das Atas de Assembléias Gerais que verifica-se o quanto são intensas essas mobilizações durante o mandato do governador Marcelo Miranda Soares (1987-1991), registram-se 115 (cento e quinze) Atas, no período compreendido entre março de 1987 e março de 1991. Para esboçar um quadro comparativo, desde a fundação da ADP em maio de 1978 até dezembro de 1986, registram-se 50 (cinqüenta) Atas.

O autoritarismo de Marcelo Miranda Soares para com o grupo do magistério é demonstrado no conteúdo de dois Decretos publicados no DO de 13/1187, depois da grande passeata (11/11) e quando o movimento grevista ainda continuava, o primeiro 4.346 de 12/11/87 decretava

> *Art. 1º - Fica o Secretário de Estado de Educação, a partir de 19 do corrente, autorizado a:*
>
> *I – instaurar processo administrativo disciplinar de que trata o Estatuo dos Servidores Civis do Estado (...), com a finalidade de apurar, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, as faltas graves cometidas pelos servidores envolvidos em movimentos grevistas no Estado, com vistas à aplicação da pena de demissão prevista no art. 234;*
>
> *II – revogar os atos de convocação para a reg6encia de classe dos servidores envolvidos no movimento grevista;*
>
> *III – tomar as medidas necessárias à aplicação do presente Decreto.*
>
> *Art. 2º - Para o cumprimento da carga horária referente ao período letivo de 1.987, far-se-á, em caráter excepcional a Convocação de pessoal necessário (...);*
>
> *Art. 4º - Diante da excepcionalidade do momento e quando necessário, serão convocados professores nos termos das disposições constantes no artigo 77, da Lei nº 5.692/71*[133].

O outro Decreto 4.347, de 12/11/87, publicado também no DO de 13/11/1987, estabelecia que ficava

> *suspenso o pagamento referente ao mês de outubro de 1.987 dos membros do grupo do magistério que estivessem participando do movimento grevista, até que retornassem suas atividades*[134]

[133] DO nº 2190, ano X, fl. 01 (Arquivos da FEPROSUL/87)

[134] DO 2190, ano X, fl. 12 (Arquivos da FEPROSUL/87)

Essas medidas arbitrárias e essencialmente investidas de cunho autoritário levaram um conjunto de entidades do estado a emitir uma nota de repúdio contra o governo Marcelo Miranda Soares e solidarizando-se com os professores

> *A insistência na criação de uma Universidade Internacional (...) enquanto a mesma preocupação não é demonstrada em relação aos problemas que atingem a Escola Pública a estadual de 1º d 2º graus, tais como: arrocho salarial em que estão submetidos os professores; ausência de uma política educacional que valorize a escola pública; a postura do governo em relação à greve da categoria dos professores, quando adotou medidas de repressão e violência do movimento* (BITTAR, 1998, p. 169)

Diante das atitudes nefastas e mirabolantes de Marcelo Miranda Soares[135], em 19/11/87 anunciava a nota oficial da professora Elza Aparecida Jorge, presidente da FEPROSUL

> *A organização sindical do magistério estadual é hoje a mais sólida estrutura associativa dos trabalhadores sul-mato-grossenses. Prova disso, foi a greve de 32 dias com 96% de paralisação e a histórica passeata pelas ruas centrais da capital, com 25 mil manifestantes. Não chegamos a essa posição por acaso. Ela é fruto da ação direta da militância de milhares de professores no cotidiano da ação educacional; o Brasil vive hoje um período de transição democrática. O atual governo do Mato Grosso do Sul, contrariando a lógica das mudanças sociais e políticas exigidas pelo povo brasileiro, adotou medidas arbitrárias e repressivas em relação ao movimento reivindicatório do magistério estadual, atingindo inclusive outras categoria profissionais de servidores públicos, através de: Suspensão do pagamento dos professores, especialistas e funcionários administrativos; e decretos governamentais ameaçando demissões de professores do quadro provisório e a instauração de inquéritos administrativos (DO de 13/11/87). Estas medidas só eram adotas em governos instituídos pela 'ditadura militar'* (Arquivo FEPROSUL/1987).

Terminava a primeira grande greve no governo de Marcelo Miranda Soares. Dentro da mobilização reivindicatória do magistério era a quarta greve deflagrada. O ano de 1987 terminava com a publicação da Lei 807 em 16/12/87, que fixa o piso salarial do professor com carga horária de 22 horas semanais

[135] Cf. Entrevista com a Professora Cleuza Campos Marques da Silva que foi exonerada do cargo de Chefe Regional de Educação de Naviraí, pelo Secretário de Educação do Governo de Marcelo Miranda Soares, Aleixo Paraguassú Netto, por participar no movimento paredista do magistério durante os 32 dias de greve.

I – 2.80 do salário mínimo, a partir de fevereiro de 1988;
II – 3.00 do salário mínimo a partir de março de 1988[136].

Com o projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo Estadual, enviado à Assembléia legislativa e convertido em Lei 862[137] em data de 19 de agosto de 1988, congelando os salários do magistério, proposto pelo governador Marcelo Miranda Soares. Nos meses de agosto a setembro, os professores ficam paralisados 30 dias[138]. A prática de congelar os vencimentos dos funcionários públicos foi adotada por outros governadores, nesse mesmo período. Nas Assembléias Gerais das Associações Municipais de Professores, as atitudes nefastas dos chefes do executivo do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo que arrochavam os salários de seus servidores, dentre eles os professores da rede pública, era tema de discussão e de comparação. É o que se registra na Assembléia da Associação Naviraiense de Professores:

> *Na abertura dos trabalhos a professora Carmem Cândido, vice-presidente da ANP, agradeceu a presença de todos e fez a leitura de uma carta enviada por uma mãe à Folha de Londrina onde ela dava total apoio aos professores em greve no Estado do Paraná. O presidente da ANP, professor César assumiu os trabalhos e fez um paralelo entre a greve do Paraná com a greve que hoje nós enfrentamos em Mato Grosso do Sul*[139].

As constantes paralisações realizadas pelos professores que estão, inseridas no complexo mundo do trabalho e suas relações dentro da sociedade capitalista, remete-nos novamente a Eric Hobsbawm:

> *Apesar do fato de nossas gerações terem sofrido do capitalismo uma lavagem cerebral para acreditar que a vida é o que o dinheiro pode comprar, há mais nesse movimento do que pedidos de aumento de salários. Há mesmo mais do que o desespero quanto a uma sociedade incapaz de dar a seus membros o que eles precisam, uma sociedade que força cada indivíduo ou cada grupo a cuidar de si próprio e não se impor com o resto* (1987, p.388).

---

[136] Cf. DO Ano X número 2214 de 17/12/1987.

[137] Cf. DO Ano X numero 2379 de 20/08/1988.

[138] Cf. No final desse capítulo TABELA das mobilizações do magistério público da rede estadual de 1979/1992.

[139] Cf. Livro de Ata de Assembléia Geral de 02/09/88, fl. 98. (Arquivo ANP/1988).

O comentário de Hobsbawm a respeito das mobilizações reivindicatórias que desafiam a lógica do sistema capitalista que visa somente o capital, esquecendo-se das relações humanas, devem-nos fazer olhar os triunfantes movimentos reivindicatórios do grupo do magistério sul-mato-grossense, sob a ótica de que as greves vão além da superação do confronto entre explorador e explorados. No caso das atitudes autoritárias do governador Marcelo Miranda Soares (1987/1991) implantadas ao funcionalismo público estadual, quando no final de sua administração (final de 1990 e início de 1991) ficam cinco meses sem receber seus salários, também fazem-nos lembrar de Marx:

> *Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado* (1988, p.07).

Assim, as mobilizações realizadas pelo magistério público estadual, contendo em seu bojo uma reação contrária às determinações dos governadores sul-mato-grossenses, fazem avançar ou recuar suas mobilizações. No caso específico de Marcelo Miranda Soares (1987-1991) foi intenso o movimento reivindicatório dos professores[140].

Em 14 de fevereiro de 1991[141], faltando pouco menos de um mês para terminar o governo de Marcelo Miranda Soares, um episódio de repercussão nacional, demonstra o nível de insatisfação do funcionalismo em relação ao governo. Marcelo Miranda Soares foi expulso da governadoria por trabalhadores da polícia civil, da saúde e do magistério que demonstraram grande organização, ocuparam a governadoria pelos trinta dias como afronta ao poder e protesto por cinco meses de salários atrasados.

No próximo capítulo, quando serão enfocadas algumas entrevistas com membros ligados ao contexto sindical do magistério público da rede estadual, notar-se-á o quanto foi desgastante e ao mesmo tempo emocionante a tomada e ocupação da governadoria pelos professores e demais funcionários públicos estaduais.

---

[140] Cf. Foto 06 no final do capítulo III - Protesto contra Marcelo Miranda Soares feito pelos professores, em Campo Grande, mês de fevereiro de 1991 pelo não pagamento dos salários.

[141] Cf. Foto 07 no final do capítulo III - Tomada e ocupação da Governadoria em Campo Grande em 14/02/91.

2.4.5 – PEDRO PEDROSSIAN (1991/1995)

Pedro Pedrossian[142] utilizando da situação difícil do governo de Marcelo Miranda Soares, reproduzindo no estado as forças que nacionalmente haviam apoiado Fernando Collor de Mello[143] à Presidência da República em 1989 e fazendo sua campanha a partir do discurso da modernidade e da reciclagem, convencendo a população de que seu governo seria o governo do novo, foi eleito governador em 1990. Segundo Maria Dilnéia Fernandes, pela terceira vez que assumiria o poder estadual, denuncia a corrupção e promete a austeridade, mas os gastos da cerimônia de posse parecem indicar o caminho oposto (2000, p.105).

O primeiro ato de Pedro Pedrossian foi adotar um conjunto de medidas para resolver a catastrófica situação deixada pelo seu antecessor, para criar condições de governabilidade frente ao movimento dos trabalhadores do Estado (FERNANDES, 2000, p.106). E, essa mobilização, de modo especial, dos professores públicos irá se intensificar, pois, a tônica de descaso com o servidor público, com Pedro Pedrossian, também continuará sendo uma constante.

Como enfocado no primeiro capítulo, a década de 80, no processo histórico brasileiro, ficou conhecida como a *Década dos Trabalhadores* (RODRIGUES, 1991, p.25); em Mato Grosso do Sul, de modo especial, a categoria do magistério, no bojo de seu movimento reivindicatório, a década de 80, como visto neste capítulo, soube conduzir com intensidade e amplitude suas mobilizações frente as inserções dos atos governamentais, desde Harry Amorim Costa (1979) a Pedro Pedrossian (eleito em 1990), como visto nessa última parte desse capítulo, o que nos leva a afirmar que o grupo do magistério, dada as condições históricas pelas quais passava, instaurou práticas inovadoras em suas mobilizações, desde as cartas endereçadas ao governador Harry Amorim Costa, passando pelo desafio de levar até 20 mil participantes para as ruas de Campo Grande ou

[142] Resultado das Eleições em Mato Grosso do Sul em 1990: Pedro Pedrossian (PTB) 417.589 votos foi o governador eleito. Gandi Jamil (PDT) 217.289 votos e Manoel Camargo Bronze (PT) 68.304 votos são derrotados. Senado: Levy Dias (PTB) 301.752 votos foi eleito. Juvêncio César da Fonseca (PMDB) 279.121votos e Pedro Teruel (PT) 49.679 votos não são eleitos. Antônio Carlos Biffi (PT) 3.052 votos e José Laerte C. Tetila (PT) 2.749 votos não são eleitos ao cargo Deputado Estadual http://www.tre-ms.gov.br/el1990/resulta90.html. 22/03/2003 – 20horas.

deflagrando gigantescos movimentos paredista, culminando com o ato heróico e humilhante da ocupação da governadoria em 1991. Essas práticas dos professores rompem com as amarras do antigo sindicalismo, promovendo uma outra forma de fazer sindicato a qual os historiadores chamam de Novo Sindicalismo.

De hipótese alguma busca-se defender nesse trabalho que os professores sul-mato-grossenses seguiam modelos ou tinham sido caudatário de algum movimento que acontecia no Brasil, como o dos metalúrgicos. No primeiro capítulo enfocou-se as mobilizações do ABC paulista, para demostrar que as relações sindicais no Brasil e as mobilizações reivindicatórias passavam por transformações. Mas, como ressaltado no segundo capítulo, estas mudanças também atingiram o setor público, no caso específico, os professores que buscam criar suas formas de organização e romper com a impregnada idéia de conceber o 'magistério como sacerdócio'. Realidade que esteve presente entre os professores de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba e Rio de Janeiro.

No próximo capítulo, são enfocadas algumas práticas que fizeram os professores de Mato Grosso do Sul, a recuar nas mobilizações reivindicatórias, estabelecendo rupturas com o ideário da garra e pujança iniciados em 1978. Também serão analisados os atos governamentais de Pedro Pedrossian, que volta ao poder, entretanto, nosso enfoque será apenas para os seus dois primeiros anos de governo (1991 e 1992).

O Novo Sindicalismo consolidado em Mato Grosso do Sul pelas lutas e conquistas do grupo do magistério, na década de 80 e início dos anos 90, pode ser confirmado na síntese da Tabela Nº 02 apresentada na seqüência:

[143] O resultado da eleição presidencial de 1989 2º turno em Mato Grosso do Sul – Fernando Collor de Melo (PRN) obteve 72,8% dos votos válidos e Lula (PT) obteve 27,2% dos votos. (Fonte – CUT – DESEP)

TABELA Nº 02 – PRINCIPAIS GREVES DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL SUL-MATO-GROSSENSE (1979-1992)

ANO	INICIO	TERMINO	DURAÇÃO	MOTIVO	GOVERNO
1981	10/11	30/11	20 dias	Reajuste salarial 108%	**PEDRO P.**
1983	21/02	03/03	10 dias	Reajuste salarial 93% e atraso pagamento	**PEDRO PEDROSSIAN**
1984	05/04	12/04	7 dias	3 Salários Mínimos	**WILSON B. M**
1986	28/10	30/10	3 dias	3 Salários Mínimos	**WILSON B. M**
1987	12/10	14/11	32 dias	3 SM e Ref. Estatutária	**MARCELO M**
1988	15/08	15/09	30 dias	Contra o Pacote Econômico*	**MARCELO M. SOARES**
1989	23/08	25/09	32 dias	Atraso de pagamento e Reajuste de 139% e luta piso de 3 SM.**	**MARCELO M. SOARES**
1990	09/04	18/05	40 dias	Reposição salarial de 167,75%	**MARCELO M. SOARES**
1991	13/02	18/03	40 dias	5 meses de atraso nos salários***	**MARCELO M. SOARES**
1992	19/05	19/05	1 dia	Piso de 1.5 SM****	**PEDRO P**

- Contendo congelamento dos salários dos servidores que não repassava a URP, revogação da Lei 807/87 e também pelo salário atrasado.

** A estratégia dessa mobilização foi a OPERAÇÃO TARTARUGA, ou seja, trabalhar apenas metade do período escolar (Cf. Jornal Correio do Estado de 29/08/89).

**** Greve Geral dos servidores públicos que tomam a governadoria expulsando o governador Marcelo Miranda Soares.

**** Quando aconteceu uma passeata pelas ruas de Campo Grande, segundo dados do Quadro Verde de junho/92 nº 38 – com a presença de três mil professores.

No final desse ano começam grandes mobilizações que redundando no início de 1993 numa greve de 50 dias, pois o salário do professor fica em 0.6 SM (Quadro Verde Jan/93).

Fonte: Acervo FEPROSUL/FETEMS (1979/1992

CAPÍTULO III

RUPTURAS NO NOVO SINDICALISMO: OS RUMOS DA FEPROSUL/FETEMS

Neste capitulo apresentam-se os elementos que permearam o movimento reivindicatório dos professores da rede pública estadual, constituindo-se, por sua vez, como rupturas com as práticas do Novo Sindicalismo, entretanto, como já salientado, a garra, luta e desprendimento desse grupo foram primordiais nas mobilizações sindicais sul-mato-grossenses.

Lucien Goldmann, no livro *Ciências Humanas e Filosofia, afirma* que *o pesquisador deve esforçar-se por chegar à imagem adequada dos fatos, evitando toda deformação provocada por suas simpatias ou por suas antipatias pessoais* (1972, p. 29), sendo assim, esse trabalho ficaria incompleto caso não fizesse menção a algumas contradições existentes nos legítimos e justos atos reivindicatórios do magistério.

No firme propósito de ajudar a transformar e valorizar a consciência dos trabalhadores em educação, mediante o conhecimento de sua história de mobilização e organização sindical, constituída como movimento, isto é, como agrupamento de pessoas que trabalham em conjunto, organizando uma série de atividades com o objetivo de almejar seus interesses, lembramos novamente de Gramsci, ao argumentar que cada ser humano desenvolve o ato de filosofar, tornando-se um ser filosófico, quando *desenvolve uma atividade intelectual para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar* (1991, p.07). E, conhecendo a história de lutas e exercendo esse ato gramsciano do filosofar, os professores buscam, cada vez mais transformar o processo histórico de suas lutas sindicais.

Mas, como esse capítulo trata de rupturas, iniciemo-lo analisando a mudança do próprio nome e da sigla da entidade dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense.

3.1 - DE FEPROSUL PARA FETEMS

No capítulo anterior foram assinaladas, desde a fundação da FEPROSUL, em 1979, as constantes mobilizações dos professores sul-mato-grossenses, fundadas nas concepções do Novo Sindicalismo, com ações combativas que levam a consolidar esse movimento sindical. Entretanto, ao reinventar e recriar formas de organização e de mobilização, persiste nesse grupo, práticas sindicais que foram adaptadas às condições da categoria. Foi o que aconteceu em outubro de 1989, quando no XVI Congresso Estadual da FEPROSUL[144], na cidade de Amambai, mudou-se o Estatuto da Federação, sem no entanto alterar a estrutura da entidade, nessa época estava em sua presidência a professora Elza Aparecida Jorge[145].

Dentre as proposta de mudança estatutárias para esse Congresso estavam: a mudança do nome da entidade e da sigla correspondente. Foram colocadas em discussão as seguintes propostas: *FETEMS – Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul e FESINTE – Federação dos Sindicatos de Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul*[146] *ou continuaria com o nome FEPROSUL.. Após longa* discussão foi aprovado o nome de FETEMS[147].

A respeito da mudança da sigla e dos acontecimentos ligados ao Congresso de Amambai, a ex-presidente da FETEMS, Fátima Aparecida da Silva[148] argumenta:

> *Foi bem apertada a votação para que o nome de FETEMS fosse aprovado nesse Congresso e foi muito discutido e debatido também. Não é só a sigla que muda, mas ocorreu uma transformação geral na entidade, pois, as Associações de Professores passam a ser Sindicatos - SIMTED – Sindicatos Municipais dos*

---

[144] Cf. Ata da Assembléia Geral da FEPROSUL de 22/09/1989: "O professor Cacildo afirmou que o nome do XVI Congresso Estadual será: 'Congresso Unificado dos Trabalhadores em Educação'; tema - Trabalhadores em Educação construindo nova Estrutura Sindical; e dentre os sub-temas: Organização Sindical do Funcionalismo Público e Estatuto e Estrutura da FEPROSUL. Data será 19,20,21 e 22 de outubro".

[145] Tentou agendar uma entrevista com a professor a Elza, mas não conseguimos.

[146] Cf. Nas Propostas Estatutárias do XVI Congresso Estadual da FEPROSUL (Arquivos FEPROSUL/89).

[147] Cf. Ata dos Congressos Estaduais da FEPROSUL/1989, fl. 59.

[148] Fátima Aparecida da Silva foi presidente da FETEMS em dois mandatos 1996 –1998 e 1999-2002. Livros de Posse de Diretorias 1993/2002, fl. 03 e 07.

trabalhadores em Educação e com isso a Federação passa a filiar os funcionários administrativos uma vez que eles estão filiados nos sindicatos municipais. Acontece essa mudança porque houve toda uma reformulação no movimento sindical advindo do ano de 88[149] *e é importante dizer que Mato Grosso do Sul é a única organização de trabalhadores em Educação de Primeiro e Segundo Grau que se trabalha na forma de Federação, nos outros estados são sindicatos estaduais. Então, a FEPROSUL que já era em forma de Federação e a FETEMS continuou da mesma estrutura sindical, apesar disso, as estâncias de decisões são tomadas como se fosse sindicato. Eu diria que na questão da representatividade que nossa Federação tem, ela é muito maior e mais real.*

Cito um exemplo: o município menor que tem no estado, ele participa das assembléias com direito a três delegados. Então quando se define por uma greve ou qualquer outro tipo de mobilização, estes três delegados já fizeram sua assembléia lá no município e vem para a assembléia estadual e vota na posição de seu municípios, isto faz com que nossos movimentos tenham uma hegemonia estadual e uma representatividade, pois, é proporcional ao número de filiados na base por município. Penso que precisamos avançar. Recentemente estive na Itália e lá a pessoa não se filia ao sindicato, mas a uma das três Centrais Sindicais que se organizam por ramo de atividade...

É importante ressaltar que na nossa Federação o sócio vota para escolher o Presidente do Sindicato Municipal e também na escolha da Direção Estadual, no caso da FETEMS[150].

A professora Fátima Aparecida da Silva, ao elucidar a questão da mudança da sigla, ressaltou a participação de outros segmentos que passaram a filiar-se à Federação, além de professores, os administrativos e os que prestam serviços diversos das escolas, como as serventes, merendeiras, vigias, dentre outros. E, estes Trabalhadores em Educação, conforme proposta estatutária aprovada no XVI Congresso da FEPROSUL, tanto dos níveis Estadual e Municipal, passam a congregar-se a FETEMS[151].

Um aspecto que não pode deixar de ser colocado, acerca da mudança do nome FEPROSUL para FETEMS, uma vez que ela continua sendo designada como Federação, mas com outro denominação, diz respeito ao passado histórico dessa instituição. Para elucidar essa questão, a Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior - ANDES, manteve a sigla e acrescentou Sindicato Nacional - ANDES-SN.

Mas tratando-se dos meandros que levaram os participantes do Congresso de Amambai de 1989, a criar um novo nome para a Federação que congrega os professores sul-mato-grossenses, fica uma indagação: será que por trás dessa mudança de nome não

[149] Cf. Na segunda parte do primeiro capítulo a respeito da reformulação sindical de 1988 e sua implicação ao funcionalismo.

[150] Cf. Entrevista com a Professora Fátima Aparecida da Silva.

[151] Cf. Artigo 3º do Estatuto da FETEMS/2000.

havia a intenção de se desvincular a trajetória histórica dessa entidade? Da mesma forma, aconteceu com a ADP, como enfatizado no segundo capítulo, por que razões ao se mudar o nome da ADP para SIMTE/Dourados não ficou mantido ADP-SIMTED? De modo muito sucinto a ADP transformou-se em sindicato, conforme relato da Ata de 14/03/1989, fl. 06:

> *O professor Lauro colocou em votação a proposta de transformação da ADP em SIMTED – Dourados, a proposta foi aprovada por unanimidade. Com a aprovação da proposta, o presidente disse que ficava criado o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Dourados (Arquivos da ADP/89).*

E, como ocorreu com a ADP, todas as Associações Municipais de Mato Grosso do Sul trocaram seus nomes e apagaram as suas siglas, já incorporadas pelos professores, pela imprensa e até mesmo pelas populações locais. Apagar o nome de uma instituição é contribuir muito para apagar também a sua história.

Vale lembrar que o mote para a troca de nome foi dado pela Constituição de 1988, que permite aos funcionários públicos sindicalizarem-se, todavia a ANDES - Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior, também transformou-se em Sindicato Nacional e, no entanto, manteve a sua sigla, reconhecida nacionalmente, passando a ser ANDES-SN, ou seja, acrescentou apenas o SN - Sindicado Nacional - adaptando-se à Constituição e preservando o seu nome que, assim como o da FEPROSUL, constitui-se em patrimônio histórico, símbolo de resistência, de luta, de unidade sindical.

A mudança de nome da Federação de Professores de Mato Grosso do Sul e, por via de conseqüência, das Associações Municipais, não significa portanto uma mera adaptação à nova Constituição, mas uma ruptura com o passado.

Não pode passar desapercebido que concomitante à troca do nome da Entidade, verifica-se também uma significativa mudança nos quadros dirigentes. Mas essa constatação precisa de estudos mais aprofundados, que poderemos realizar no futuro, deixando, no entanto, levantada a hipótese de que a mudança de nome de FEPROSUL para FETEMS foi, realmente, como afirmamos acima, uma ruptura com o passado.

3.2. A FETEMS E CUT

Um outro aspecto importante do XVI Congresso foi a Filiação da FETEMS à CUT[152], fato também lembrado pela professora Fátima quando ressaltava as importantes determinações nesse encontro de Amambai:

> *A mudança do nome FEPROSUL para FETEMS esta ligado com a forma de estrutura sindical, porque mudou o nome em 1989, o Congresso de Amambai não só mudou isso, mas foi um Congresso de filiação a CUT, então a FETEMS já nasce filiada a CUT...*[153]

Mas, como visto no primeiro capítulo, a fundação da Central Única dos Trabalhadores ocorreu em 1983 e desde desse ano, tornou-se um elemento positivo dentro do processo reivindicatório, passando a congregar sindicatos de trabalhadores, tanto do setor públicos como do privado, nesse sentido lembramos das palavras de Maria Dilnéia Fernandes

> *A CUT inaugura um novo sindicalismo no país, contrapondo-se ao peleguismo, herança do Estado Populista no movimento sindical que se caracterizava por negociar com o patrão à revelia do conjunto dos trabalhadores e que também se mantinham às expensas do regime (...) A CUT busca construir um sindicalismo legítimo dos trabalhadores*. (2000, 50)

Portanto, essa Central que nasceu em 1983, como enfocado no primeiro capítulo, e ajudou a consolidar as práticas do Novo Sindicalismo, e que, na opinião da professora Fátima Aparecida de Oliveira e de Maria Dilnéia Fernandes são de suma importância para a organização do movimento reivindicatório dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, no entanto a filiação da FETEMS a CUT acontece somente no final de 1989. A respeito da filiação da Federação a essa Central, desde os tempos da FEPROSUL, argumenta o professor Eusébio Garcia Barrio:

[152]Cf. Ata dos Congressos Estaduais da FEPROSUL/1989, fl. 61.

[153]Cf. Entrevista com a Professora Fátima Aparecida da Silva.

Eu fui um dos fundadores da CUT aqui em Campo Grande, dos poucos votos que na categoria havia para a CUT, um era o meu e mais dez ou vinte professores (...) Eles sempre foram contra essa Central e não queria a filiação da FEPROSUL nela (...). Para mim isso é um recuo da categoria (...) A vida inteira eu defendia a CUT e por isso, levei porrada, desculpe a palavra (...) Bem que eu pensava em escrever um artigo e falar sobre tudo isso[154].

O desabafo do professor Eusébio demonstra que na trajetória da mobilização reivindicatória do magistério da rede pública estadual sul-mato-grossense, existem recuos, e rupturas, como fez questão de salientar o primeiro presidente da FEPROSUL. A respeito da Central Única dos Trabalhadores em Mato Grosso do Sul, na sede da entidade, poucos documentos[155] foram encontrados para embasar as declarações acima.

Quanto aos sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação, na atualidade são 67 (sessenta e sete) SIMTEDs filiados à FETEMS e a CUT e perfazem um total de 18.868 (dezoito mil seiscentos e sessenta e oito) filiados, tanto da Rede estadual como da Municipal de Educação, como demonstra a tabela a seguir:

TABELA Nº 03 – NÚMERO DE FILIADOS DA FETEMS

	MUNICIPIO	**FILIADOS**
01	ÁGUA CLARA	107
02	AMAMBAI	195
2.1	PARANHOS	28
03	ANÁSTACIO	222
04	ANAURILÂNDIA	85
05	ANGÉLICA	99
5.1	IPEZAL	31
06	ANTONIO JOÃO	30
07	APARECIDA DO TABOADO	332

[154] Cf. entrevista com professor Eusébio Garcia Barrio.

[155] Presidente da Executiva Estadual da CUT, Alexandre, encontrou nos anais da CUT/MS apenas as Atas de reuniões da Diretoria a partir de fevereiro de 1991; não encontramos a Ata de Fundação da dessa entidade.

08	AQUIDAUANA	670
09	BANDEIRANTES	98
10	BATAGUASSU	227
11	BATAIPORÃ	104
12	BELA VISTA	183
12.1	CARACOL	22
13	BODOQUENA	57
14	BONITO	103
15	BRASILÂNDIA	119
16	CAARAPÓ	219
16.1	JUTI	28
16.2	NOVA AMÉRICA	9
17	CAMAPUÃ	85
17.1	FIGUEIRÃO	22
17.2	PONTINHA COCHO	7
18	CAMPO GRANDE SIMTED	443
19	CAMPO GRANDE – ACP	4036
20	CASSILÂNDIA	339
21	CORONEL SAPUCAIA	41
22	CORUMBÁ	721
23	CHAPADÃO DO SUL	27
24	COSTA RICA	113
25	COXIM	337
25.1	ALCINOPOLIS	15
26	DOIS IRMÃOS DO BURITI	77

27	DEODÁPOLIS	158
27.1	LAGOA BONITA	28
27.2	PORTO VILMA	46
27.3	PRESIDENTE CASTELO	17
28	DOURADINA	32
29	DOURADOS	1182
30	ELDORADO	107
31	FÁTIMA DO SUL	284
31.1	CULTURAMA	62
32	GLÓRIA DE DOURADOS	98
32.1	GUACULÂNDIA	6
33	GUIA LOPES DA LAGUNA	158
34	IGUATEMI	88
35	INOCÊNCIA	56
35.1	SÃO PEDRO	12
36	ITAPORÃ	226
37	ITAQUIRAÍ	114
38	IVINHEMA	272
39	JARAGUARI	22
40	JARDIM	159
41	JATEÍ	65
42	LADÁRIO	50
43	MARACAJU	236
44	MIRANDA	105
45	MUNDO NOVO	223

45.1	JAPORÃ	23
43	NAVIRAÍ	518
47	NIOAQUE	170
48	NOVA A. DO SUL	67
49	NOVA ANDRADINA	407
50	PARANAÍBA	514
51	PEDRO GOMES	70
52	PONTA PORÃ	1301
52.1	ARAL MOREIRA	5
52.2	LAGUNA CARAPÃ	12
52.3	SANGA PITÃ	25
53	PORTO MURTINHO	85
54	RIBAS DO RIO PARDO	107
55	RIO BRILHANTE	105
56	RIO NEGRO	61
57	RIO VERDE MT	108
58	SÃO GABRIEL DO OESTE	171
59	SANTA RITA RIO PARDO	47
60	SETE QUEDAS	155
61	SIDROLÂNDIA	99
61.1	QUEBRA COCO	5
62	SONORA	60
63	TACURU	69
64	TAQUARUSSU	43
65	TERENOS	76

66	TRÊS LAGOAS	1350
66.1	ARAPUA	26
66.2	SELVIRIA	47
67	VICENTINA **TOTAL**	105 **18.868**

Fonte: FETEMS – Junho de 2003.

Pelos dados apresentados, os sindicatos afiliados a FETEMS, pelo regimento estatutário, com o direito ao maior número de delegados nas Assembléias Gerais [156] são: Campo Grande (13 Delegados),Três Lagoas (8 Delegados), Ponta Porã (8 Delegados), Dourados (8 Delegados), Corumbá (8 Delegados), Aquidauana (8 Delegados) e Naviraí (8 Delegados).

Estes números, aliados a organização e mobilização da categoria, exprimem o anseio manifestado pelas lideranças sindicais no editorial do jornal Quadro Verde :

> *A FETEMS é a entidade sindical que reune maior força de trabalhadores desse Estado, com credibilidade e seriedade para encaminhar enfrentamentos ao governo estadual, seja ele de que partido for*[157]*, por melhores condições de trabalho e ensino público de qualidade* (Nº 92, Maio/2002, p.02).

Busca-se, nesse capítulo, enfatizar as rupturas dentro da mobilização dos professores da rede pública em Mato Grosso do Sul, para tanto analisemos alguns elementos que aparecem na Tabela Nº 03, que acabamos de enfocar, que apresenta o números de filiados da FETEMS. O primeiro dado diz respeito a Campo Grande. Os professores da Capital, desde a fundação da FEPROSUL, como visto na capítulo segundo, buscaram uma forma de organização afim de preservar, principalmente o 'patrimônio da entidade' e, em 1989, não foi diferente, a ACP continuou com sua estrutura e para tanto, na tabela, apresenta os professores da capital com duas denominações, que não deixam de ser rupturas dentro da categoria.

Outro fator diz respeito aos sindicatos de Três Lagoas e Ponta Porã contam, respectivamente, com 1350 e 1301 filiados, ao passo que o de Dourados, com um contingente muito maior de professores, apresenta apenas 1182 filiados. Estes dados

[156] Cf. Artigo 17 - Estatuto da FETEMS/2000.

[157] Cf. Depoimentos da categoria na última parte desse capítulo.

causam uma certa uma estranheza, pois, vimos no segundo capítulo, o contexto histórico da Associação Douradense de Professores e sua importância nas mobilizações da categoria em âmbito estadual. Biasotto & Tetila, lembram-nos quem iniciou a primeira grande greve no estado em 1981:

> *O problema maior ficava por conta das cidades menores, onde, pelo fato da influência e pressão política se fazerem sentir com mais intensidade, os professores hesitavam em paralisar suas atividades.*
> *Não suportando essa conjuntura de indecisão, a ADP tomou a iniciativa do movimento, deflagrando a partir de 10 de novembro de 1981, aquele a que seria a primeira greve geral do Estado* (1991, p. 116).

Portanto, por quais razões o SIMTED de Dourados conta com menos filiados que o sindicato de Ponta Porã, uma Associação que a ADP ajudou a reerguer no passado? E, no mesmo sentido o sindicato de Três Lagoas, que também foi uma Associação que recebeu impulsos dos professores douradenses?

Para entender essa problemática, a mesma instaurada na Federação, a partir de 1983, quando o mesmo grupo permanece no poder, apresenta-se a tabela Nº 04 que consta os presidentes da SIMTED/DOURADOS, sucedâneo da ADP:

TABELA Nº04 - PRESIDENTES DA ADP/SIMTED/ DOURADOS

ANO	PRESIDENTE
1978	WILSON VALENTIM BIASOTTO
1979	ANTONIO CARLOS BIFFI
1980-82	ANTONIO CARLOS BIFFI
1982-84	LAURO SERGIO DAVI
1984-85	LINDOMAR BETTI
1985-87	LAURO SERGIO DAVI
1987-89	LAURO SERGIO DAVI
1989* 1990**	LAURO SERGIO DAVI ALDA SILVA LIMA MENDES
1991***	RUDIMAR ZACHERT
1993/95 96/98	RUDIMAR ZACHERT RICARDO NZOATEGUI
99/2002	JOSÉ CARLOS BRUMATTI
2003/2005	JOSÉ CARLOS BRUMATTI

* Passa a ser Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação/ Dourados – SIMTED.

** Lauro assume Presidência da FETEMS, Biffi concorre a Dep. Est. (período 13/07 a 03/10/90).

*** Disputa acirrada na eleição do SIMTED (12/08/91) Prof. Leopoldo (Candidato de Lauro e Biffi) perde por 6 (seis) votos.

Fonte: Livros de Atas das Diretorias da ADP/SIMTED (1978/2002)

Pelos dados da Tabela Nº 04 observa-se que depois da primeira diretoria, exercita pelo professor Biasotto, o grupo que assume o poder permanece até 1991 e, pelos depoimentos de José Carlos Brumatti, como consta na última parte desse capítulo, o período de 1991/95 foi muito complicado, quando a diretoria na sabia atrair os professores para o SIMTED. Portanto, estas constatações também demonstram rupturas dentro da mobilização dos professores da rede pública estadual.

3.2 – AS AÇÕES DA FETEMS NO GOVERNO DE PEDRO PEDROSSIAN (1991/92)

Como visto no final do segundo capítulo, os últimos meses do governo de Marcelo Miranda Soares, foram tumultuados. Pedro Pedrossian toma posse em 15/03/91, entretanto, numa ação estratégica do comando de greve dos funcionários públicos estaduais, em 14/02/91, ocuparam a governadoria e lá permaneceram por 30 dias ininterruptos, numa demonstração de força pressionam o governo no sentido de pagar os salários atrasados desde o mês de novembro de 1990.

O professor José Luiz dos Santos, Vice- Regional de Naviraí em duas Diretorias da FETEMS, de 1993/95 e 1996/98, afirmou que o *governo de Marcelo Miranda Soares foi um desastre para Mato Grosso do Sul , principalmente no aspecto educacional*. É dele o relato abaixo sobre a invasão da governadoria

> *Nós trabalhamos uma semana com as bases de todo o interior do estado para mandar os representantes para Campo Grande, quando estávamos com toda a equipe completa, cerca de umas 700 pessoas, invadimos a governadoria e o governador saiu rapidamente de lá. Ficamos acampados e eu lembro muito bem que na primeira noite, ficamos com muito receio que a tropa de choque da polícia militar poderia nos tirar de lá na madrugada ou num horário que a imprensa não tivesse lá dando cobertura e o Dom Vitório, Arcebispo de Campo Grande, acompanhou aquele movimento durante toda a noite. E lá ficamos durante um mês, havia revezamento das bases do interior. Não foi fácil permanecer durante todo aquele tempo acampando naquele local. Havia toda uma organização para que não faltasse as refeições aos acampados. A comida era feita na sede da FETEMS. Lembro que houve muitas reportagens feitas, inclusive de uma revista norte-americana esteve lá do New York Times, infelizmente por um descuido a gente não lançou mão desses documentos. Saímos da governadoria, assim que o Pedro Pedrossian nos garantiu que, assim que assumisse faria um escalonamento de pagamento*[158].

E no mês de abril de 1991 a FETEMS informava aos filiados:

> *Os gastos da greve de 40 dias dos servidores públicos estaduais de MS e da tomada da governadoria ficaram em torno de Cr$10 milhões, isto traz a tona a necessidade de se rediscutir os critérios de contribuição dos trabalhadores em educação (...) Conforme levantamento, somente com alimentação, transporte de delegações e passagens para os ocupastes da governadoria, combustível, telefonemas e imprensa a FETEMS e sindicatos filiados arcaram com gastos*

[158] Cf. a entrevista com o professor José Luiz dos Santos.

superiores a Cr$ 6 milhões, pois a Educação representa 64 % do funcionalismo estadual. Note-se que não foram organizadas grandes manifestações como em outras épocas em que chegaram a ser deslocados para a capital até sessenta ônibus do interior e que não foram usadas chamadas na televisão – já era previsível que os gastos seriam superiores aos que as entidades poderiam bancar, pois contariam somente com o desconto em folha de 1% do salário de seus filiados[159].

Apesar dos enormes gastos e do setor educacional representar o maior percentual do funcionalismo público estadual, a informação é clara que nem todos os mecanismos foram utilizados para mobilizar a categoria. Mas como no transcorrer dos anos oitenta era possível deslocar até sessenta ônibus para a capital e fazer passeatas com mais de vinte mil pessoas, como elencado no segundo capítulo e, no entanto, no momento de intensa mobilização ressalta-se a falta de recursos? As bases estariam de fato sendo mobilizadas?

E, enquanto a Federação tentava encontrar soluções para os problemas financeiros, advindos do momento paredista do final de governo de Marcelo Miranda Soares com a estratégia da ocupação da governadoria, o Governador Pedro Pedrossian, por meio do Decreto Nº 5.868 de 17/04/1991 instituía nas escolas as eleições para diretores e colegiados escolares (FERNANDES, 200, p. 109-139).

Analisando o editorial do jornal Quadro Verde, edição de março de 1991, na verdade, Fernandes conclui que o governo pegou a categoria do magistério de surpresa, segundo a autora:

A avaliação que se tinha até então pelo movimento sindical e pelo conjunto da categoria, era que a gestão da professora Leocádia Petry Leme na Secretaria de Estado de Educação seria mais uma gestão que introduziria nas escolas pequenas mudanças de ordem burocrática, contudo, sem provocar grandes reformas no aparato educacional. O que se esperava era mias uma vez a tradição o Secretário que assume desfaz o que o anterior fez para mostrar serviço, principalmente se o eleito foi da oposição (2000, p.120).

Para o grupo do magistério, ficava o questionamento, pois, na posse de Wilson Barbosa Martins, em 1983, Pedro Pedrossian[160] foi vaiado pelos professores ao sair do Palácio do Governo por entre um corredor polonês e, agora (1991) estaria o governador querendo retratar-se com a categoria e com a educação pela forma com que sempre os

[159] Cf. Boletim Informativo da FETEMS de 18/04/91.

[160] Cf. Biasotto & Tetila - Quando Pedro Pedrossian (1966/70) foi governador, o grupo do magistério afirmava: "Para os professores foi o pior governo de todos os tempos" (1991, p.24).

tratou, com arrocho salarial, casuísmo e manipulação a fim de reforçar seu aparato eleitoral?[161]

Mas, de qualquer forma, o grupo do magistério mobilizou-se para as eleições de diretores e dos colegiados escolares, entendendo que era uma conquista de luta da década de 80, como determina o Documento final dos XVII Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação de Corumbá:

> *Que os SIMTEDs e FETEMS promovam debates e discussões no sentido de fazer com que a administração das escolas e a atuação dos colegiados não sejam corporativistas, assistencialistas e colaboracionais e sim uma administração democrática e popular*[162].

Se, por um lado, a concessão, mesmo que por Decreto, de eleições para Diretor e Colegiado Escolar na rede pública estadual, significou um avanço para a categoria, no que diz respeito a questão salarial do magistério, Pedro Pedrossian, alinhava-se cada vez mais a recessiva política econômica instaurada pelo Presidente Collor de Mello. Essa prática não passou desapercebida aos dirigentes sindicais, tanto é que o jornal Quadro Verde, em seu editorial, com o sugestivo título "No Mesmo Barco", diz que:

> *O governador e o presidente estão na verdade, no mesmo barco. Até porque a situação de aumento de miséria, arrocho salarial e despencamento das condições de vida em Mato Grosso do Sul é a mesma que em todo o país. A confusão é completa: os salários e as condições de trabalho desceram a níveis insuportáveis*[163]...

Entretanto, a corrupção no governo Collor levou a instauração de várias Comissões Parlamentares de Inquéritos – CPIs. Dizia o Editorial do jornal Quadro Verde[164] *Basta de corrupção. CPI pra valer. Impeachment para Collor*[165]. A FETEMS, junto com outras

---

[161] Cf. jornal Quadro Verde de março/abril de 1991.

[162] Cf. Documento Final do XVII Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação, realizado na cidade de Corumbá de 23 a 27/10/91, item 05 das Questões Funcionais.

[163] Cf. Editorial do jornal Quadro Verde Nº 37 Agosto/91, p.02.

[164] Cf. Editorial do jornal Quadro Verde Nº 39 Julho/Agosto 92, p. 02

[165] Em 29/09/91 a Câmara dos Deputados aprovou o pedido de Impeachment de Collor: 441 votos a favor e apenas 38 contra, nesse dia nacional de paralisação, os Trabalhadores em Educação promoveram atos públicos por todo o estado, exigindo um basta a corrupção (Jornal Quadro Verde Nº 40 de Set./Out ./92, p.08)

entidades, coordena as mobilizações do Fórum pela Ética e Contra a Corrupção. No dia 21 de agosto, 15 mil pessoas participam do primeiro ato público pelo 'Fora Collor'. Os caras-pintadas tomaram conta de Campo Grande[166].

Em dezembro de 1992 acontecem eleições na FETEMS, chapa encabeçada por François de Oliveira Vasconcelos vence as eleições, após uma determinação judicial impedir a chapa dois de concorrer. François, na diretoria anterior da FETEMS, foi eleito Regional de Dourados, quando em 1990, Antônio Carlos Biffi foi reeleito Presidente.

O governador Pedro Pedrossian ao lado de lançamento de grandes obras, aliado a tradicional política de arrocho salarial e desrespeito às organizações sindicais, notadamente na área educacional, leva os professores, no final de 1992 e início de 1993, a organizar uma greve cujo término lembrou o método utilizado em 1981, quando Pedro Pedrossian ameaçou com demissões. No jornal Quadro Verde, os professores assim se expressavam, em janeiro de 1993:

> *Em dezembro, os professores chegaram ao patamar de 1,5 salários-mínimo, o maior piso conquistado pela categoria no governo de Pedrossian. Em janeiro isso vale 0,6 salários-mínimo. Uma vergonha que nos lembra a triste realidade dos professores do sertão do nordeste*[167].

3.3- AS DIRETORIAS DA FEPROSUL/FETEMS – 1979/1992

Ao analisar as diretorias da FEPROSUL/FETEMS de 1979, ano da criação da entidade até 1992, com o fim do terceiro mandato de Antônio Carlos Biffi e a vitória de seu aliado, François de Oliveira Vasconcelos[168], enfatizar-se-á um dos objetos dessa pesquisa, as rupturas das práticas do novo sindicalismo na mobilização dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense.

E, ao enfatizar as lideranças de um movimento sindical, que congrega a massa de 18.868 Trabalhadores em Educação, em 67 sindicatos municipais, reunindo a maior força

[166] Cf. jornal Quadro Verde Nº 41 de Dez./Jan./Fev. 1992/93.

[167] Cf. jornal Quadro Verde, Dez/Jan/Fev/ 1992-93, p. 03.

[168] Cf. Na seqüência a TABELA Nº 05.

da classe que vive do trabalho e que conseguiu firmar-se como grupo mais combativo, dentre as práticas sindicais dentre os trabalhadores de Mato Grosso do Sul, estariam esses líderes esquecendo-se dos anseios da classe que eles representam? Para elucidar esse questionamento, lembra-se novamente de Gramsci ao reportar-se aos proletários italianos ao assumir qualquer poder:

> *Nenhuma ação de massa é possível se a própria massa não está convencida dos fins que deseja atingir e dos métodos que deve aplicar*. O proletariado, para ser capaz de governar como classe, deve despir-se de todo resíduo corporativo, de todo preconceito ou incrustação *sindicalista (...) Deve pensar como operário membro de uma classe que tende a preciso que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se ajudada e seguida pela grande maioria dos estratos sociais. Se não consegue isso, o proletariado não se torna classe dirigente e esses estratos, que na Itália representam a maioria da população, continuam sob a direção burguesa, dando ao Estado a possibilidade de resistir ao ímpeto proletário e de enfraquecê-lo (*1990, p. 166)

A classe dirigente da FETEMS e dos SIMTEDs, vem conseguido *despir-se de todo resíduo corporativo, de todo preconceito ou incrustação sindicalista?*

Na tabela Nº05, que apresenta o os dirigentes da FEPROSUL/FETEMS, evidencia que a partir da segunda diretoria um mesmo grupo permanece na direção da entidade:

TABELA Nº 05 - PRESIDENTES DA FEPROSUL/FETEMS (1979/2003)

ANO	PRESIDENTE/VICE-PRESIDENTE	
1979-80	EUSÉBIO GARCIA BARRIO WILSON VALENTIM BIASOTTO	1
1981-82	EUSÉBIO GARCIA BARRIO ANTONIO CARLOS BIFFI	2
1983-84	ANTONIO CARLOS BIFFI ELZA APARECIDA JORGE	3
1985-86	ANTONIO CARLOS BIFFI ELZA APARECIDA JORGE	4
1987-89	ELZA MARIA JORGE LAURO SÉRGIO DAVI	5
1990-92	ANTONIO CARLOS BIFFI LAURO SÉRGIO DAVI	6
1993-95	FRANÇOIS DE OLIVEIRA VASCONCELOS RONALDO DE SOUZA FRANCO	7
1996-98	FÁTIMA APARECIDA DA SILVA ELSON LOT RIGO	8
1999-2002	FATIMA APARECIDA DA SILVA ORDALINO MENDES DA CUNHA	9
2002-2004	MARA EULÁLIA CARRARA DA SILVA JOSÉ CARLOS BRUMATTI	10

Fonte: Atas de Posse de Diretoria FEPROSUL/FETEMS-1979/2002.

Pela tabela apresentada, observa-se que são elencadas também as diretorias de 1993 a 2003, apesar de não ser objeto dessa pesquisa, ajudam a evidenciar que a tendência sindical lidera pelo professor Antônio Carlos Biffi é mantida no comando da FETEMS até as eleições de abril 2002, quando a oposição, liderada pela Chapa 2, denominada de Alternativa – Novos Rumos para a FETEMS , venceu o pleito da maior entidade sindical de Mato Grosso do Sul, com um total de 5.128 votos contra 4.383 votos conferidos à Chapa 1, designada Nossa Capa – compromisso e Luta. A diferença foi de 745 votos[169].

[169] Cf. jornal Quadro Verde Nº 92 de Maio/2002, p.04.

Portanto, após 20 anos (1982 a 2002) de sucessivas diretorias pertencentes ao grupo liderado por Antônio Carlos Biffi, que na verdade, rompeu com aqueles que o haviam conduzido ao poder (Sultan Rasslan, Laerte Tetila, Biasotto, Eusébio Barrios, entre outros), outro grupo assume a direção da Federação. A disputa protagonizada por duas alas do Partido dos Trabalhadores, foi muito acirrada e a facção liderado pelo professores Biffi, não se conformou facilmente com a derrota que foi assim noticiada pelo jornal Primeira Hora de Campo Grande:

> *O lamentável episódio da eleição da FETEMS, mais que um demonstrativo do que é a luta pelo poder, revela uma faceta até então desconhecida da atual diretoria da poderosa federação: o poder a qualquer preço*[170].

E o jornal Correio do Estado, demonstrando o mesmo clima, noticiava:

> *Para Vander Loubet foi "colocada uma pedra" sobre a crise, como no caso da eleição da FETEMS. "O Biffi (ex-secretário de Educação, Antônio Carlos Biffi) que vá cuidar da campanha dele", afirmou. Para apagar o incêndio interno, o PT primeiramente enquadrou a diretoria da FETEMS, ligada a Biffi, que teve de recuar e acabar com as manobras visando reverter o resultado da eleição vencida pelo grupo xiita por uma diferença de 745 votos. O desespero da diretoria da federação era tanta para não perder o monopólio de 20 anos que chegou a atacar Vander questionando sua legalidade como presidente do PT, em nota oficial publicada na imprensa. Foi feita uma operação desmonta-crise envolvendo toda a tropa de choque, estadual e municipal, do partido. Antônio Carlos Biffi, a presidente da FETEMS, Elza Jorge, e a secretária de Educação, Elza Jorge, teriam sido chamado às falas. Ou entregavam a entidade para a chapa de oposição que tinham vencido a disputa ou Elza teria que pedir exoneração pois o PT estava sofrendo profundos desgastes perante a população. Prevaleceu a decisão da cúpula do PT e a diretoria da federação reconheceu a derrota, na noite de sexta-feira"* [171]

O resultado dessa eleição do ano de 2002 e os fatos relatados pela imprensa, impregnados no interior da categoria, como demonstram as entrevistas apresentadas na última parte desse capítulo demonstraram que um pequeno grupo conduziu a mobilização reivindicatória do magistério publico. Observando-se a Tabela Nº 05 dos Presidentes da FEPROSUL/FETEMS, entre 1982 e 1992, percebe-se que o professor Antônio Carlos Biffi, nesse espaço de 10 anos, ocupou 7 anos a Presidência da FETEMS, nos outros três,

[170] A eleição da FETEMS e o direito de espernear. Primeira Hora. Campo Grande, 12/04/2002.

[171] PT joga duro para acabar com a crise. Correio do Estado, Campo Grande, 14/04/2002 .

quando a professora Elza Aparecida Jorge assume como presidente, Biffi torna-se Assessor Jurídico da entidade. Não esquecendo que enquanto Biffi era Presidente (90/93), o professor François de Oliveira Vasconcelos era vice-presidente da Regional de Dourados e a professora Fátima Aparecida da Silva era vice-presidente da Regional de Amambai.

O papel do historiador é apresentar os fatos, como argumenta Edward Carr*: os fatos falam apenas quando o historiador os aborda* (1996, p. 47) e, ao apresentarmos os fatos ligados a mobilização sindical dos Trabalhadores em Educação estamos frente a um grande desafio, como lembra-nos Fontana:

> *Um dos grandes desafios que temos como historiadores é o de voltar a metermo-nos nos problemas do nosso tempo, como fizeram no passado aqueles nossos antecessores que ajudaram melhorar as coisas com o seu trabalho* (1998, p. 37).

E o grande problema posto em relação as mobilizações dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense é como fazer para que o movimento reivindicatório não continue recuando, mas que espelhando-se na sua própria história, no seu passado continue lutando e avançando em suas conquistas.

3.4 – DEPOIMENTOS DA CATEGORIA QUE ELUCIDAM A RUPTURA

A história seduz não pela possibilidade de se mudar, agora, o que hoje é vivido, mas pela possibilidade de se desmistificar, preservar ou alargar valores e projetos de vida considerados justos e, que por isso, são merecedores de serem trabalhados, na esperança de que gerações futuras possam dar continuidade a eles. Porém, para isso, é preciso ser portador do sonho. Daquele que permite vislumbrar as possibilidades de uma práxis social capaz de fundamentar a transubstanciação daquilo que seria a utopia de um mundo de homens livres e solidários em um projeto coletivamente sonhado e realizado.

Os testemunhos que apresentamos a seguir, demonstram que o sonho de um mundo mais justo e igualitário, fundado num projeto esboçado coletivamente continua vivo dentro da categoria do magistério, mesmo com as frustrações e desencantos com a mobilização sindical. E, para resgatar as experiências, visões de mundo e representações passadas e presentes, evidenciados nas entrevistas abaixo, utilizaram-se as fontes orais, pois, como afirma José Carlos Sebe Bom Meihy :

> *A história oral implica numa percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nesta medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de história, mas, mais do que isto garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a seqüência histórica e a sentirem –se parte do contexto em que vivem* (1996, p.07).

Apresentamos para evidenciar a questão das rupturas existentes na mobilização dos professores da rede pública estadual, a "colônia" de entrevistas composta de quatro redes: de um Presidentes das Diretorias da FEPROSUL/FETEMS; um Vice-Presidente-Regional ; um presidente de um Sindicato Municipal e uma entrevista com um filiado da FETEMS, são eles [172]:

- Eusébio Garcia Barrio – Primeiro Presidente da FEPROSUL;
- José Luiz dos Santos – Vice-Presidente-Regional de Naviraí;
- José Carlos Brumatti – Presidente do SIMTED/DOURADOS;
- Valdenira de Oliveira – Filiada da FEPROSUL/FETEMS.

Iniciamos com os depoimentos do professor Eusébio Garcia Barrio – Primeiro Presidente da FEPROSUL na gestão 1979/80 e reconduzido ao cargo em 1981/82. Professor Eusébio concedeu a entrevista em sua casa em Campo Grande.

Indagado a respeito de um mesmo grupo sempre comandar a Federação, disse o professor Eusébio:

> *Começando pela professora Fátima todo mundo sabe que é comandada pelo Biffi, como a Elza e François (....) Quando o Biffi chegou a ser Secretário de Educação, isto mais recente, ele falou que o governo não poderia pagar os 3 salários mínimos de piso, pois, não tinha dinheiro. Para mim é uma subserviência ao governo, creio que independente disso eles podiam reivindicar aumento de outras maneiras. Por que no tempo de Marcelo Miranda podiam invadir até a governadoria e agora não? E veja, isto esta escrito no Correio do Estado é só procurar o jornal na época que ele era Secretário e ver os motivos pelos quais o governo não podia pagar. Isto não pode. Entrega o chapéu e pronto, não pode deixar a categoria de lado. Externamente eu via isto de fora, eu acho que realmente havia uma dependência do governo. Não quer dizer que agora a atual diretoria está ou não compactuando com o governo....*

[172] Todas as entrevistas foram gravas, transcritas e entregue aos depoentes que confirmaram a transcrição.

A Federação sempre foi comandada por um grupo muito pequeno. Lauro Davi, Ordalino, Biffi, Elza, aqueles da minha época, mas quem comanda a entidade é pequeno grupo, ou seja, saía Biffi entrava a Elza, saía a Elza entreva o Biffi, saía o Biffi entre o François, sai o François entra a Fátima, era o mesmo grupo e aumento o período, primeiro era dois anos e passaram para três anos, pega dois de um três do outro quanto tempo dá? Por isso que eu digo, o Biffi ele é um senhor cuja profissão dele é 'profissional do sindicalismo'.
Como essas diretorias todas e, eu conheço gente que nunca entrou em uma sala de aula para saber como anda a educação, pois, olhar por fora é uma coisa.
Esses senhores nunca mais voltaram para a sala de aula e, alguns nunca entraram, como eles podem saber como anda a educação? Eles se tornaram profissionais do sindicalismo, mas não profissionais da educação. Eles precisam estar no meio da escola é preciso que existe um intercâmbio entre sindicato e escola..

Indagado a respeito da importância da categoria conhecer a História da Federação, disse:

Tenho aqui em minhas mãos o jornal Quadro Verde de 25 de julho de 1986, na capa diz: conheça a história da sua Federação (pegou o jornal e leu): na página 06 e 07, mostra a primeira casa onde nós funcionávamos (1979), mas, primeiro ela funcionou na minha casa, pois, não tínhamos onde trabalhar. Ai depois a professora Nely Bacha ofereceu uma casa de madeira na rua Roberto Manje aqui em Campo Grande, onde quando havia enxurrada a água entrava na porta da frente e saia por um buraco na outra parede abaixo e, se você não deixava os documentos em cima de uma mesa, sob uma cadeira, quando você chegava no dia seguinte aquele documento não existia mais, então quando o tempo ameaçava ai eu sabia colocava todos os documentos em cima da cadeira para não estragar. Isso eles não lembram.. Diz assim (leu): "A primeira diretoria da Federação foi presidida pelo professor Eusébio Garcia Barrio, na gestão 1979/1980 e 1981/1982 e depois assumiu a presidência o professor Antônio Carlos Biffi, eleito em 1983 e reconduzido a eleição em 1985. Segundo o professor Orlando Martins Cunha, presidente da Associação Aquidauense de Professores foi a partir de 1983 (isto é Biffi) que a Federação começou a trabalhar com maior empenho" (parte que o professor Eusébio ressaltou).

O senhor Ordalino esquece do Decreto do Harry Amorim Costa, esquece a elaboração do Estatuto, esquece o Enquadramento feito na época de Marcelo Miranda, esquece a primeira passeata e a primeira greve no governo de Pedro Pedrossian, esquece as agruras de quando era fundada a APMS que ele cortou os pagamentos na folha de pagamentos e o estranho é que o Ordalino viveu tudo aquilo comigo, porque o Ordalino entrou no sindicalismo na minha mão, fazendo parte de uma chapa para substituir-me em Aquidauana. O estranho é isto que o senhor Ordalino fale somente isso, porque os quatro primeiros anos da entidade não se tem mais que duas linhas. Então a história precisa ser contada com veracidade, sem passivismo, sem dirigismo de nenhum tipo, é preciso contar o que foi.
E me estranha o Ordalino contar isto, pois ele foi, ou a esposa dele, ela trabalhava naquele rádio que comunicava Aquidauana com Cuiabá, foi através da rádio, do DERMAT, que ele passou os telegramas quando a Federação foi criada e Campo Grande tentou fazer aquele movimento ... o Ordalino deveria ter lembranças dessas coisas.

Essas coisas, professor Ciro, até hoje estavam escondidas, esta gravando hoje e eu quero que alguém venha me desmentir isto, para ver se alguém tem coragem para desmentir essas verdades. Então, isso que as vezes tem que começar a escrever, esta escrito ai em trechos e, então, hoje está gravado e eu quero que alguém desminta isto, desminta o trabalho que foi feito na época do Harry Amorim Costa, do trabalho com Marcelo Miranda, do trabalho com Pedro Pedrossian, de Marcelo Miranda foi quando a gente mais ganhou no estado, 3.9 salários mínimos. Quando que eles conseguiram ganhar isso após aquele período?

Então essa história da entidade é essencialmente importante, eu não sei porque esquecer ou esconder, isto é riqueza. Não concorda? Escreve o oposto se acha que não foi assim, mas tem que apresentar argumento. E tem outro aspecto, se alguém diz que não tem documentos da Federação, pelo menos no período que eu estive lá, esta tudo aqui guardado, alguém quer pesquisar está a disposição, esse material é para que? É para ser lido, discutido. Eu quero que a Quintina venha negar que este documento existe, não tem como negar, tá aqui esta publicado, como vai se negar isso?

Conhecer a história, mas a história verídica, não como eu falava anteriormente que há um ambiente na entidade em relação para com o senhor. Quem criou esse ambiente? Garanto que não fui eu quem criou este ambiente. Primeiro que já faz quase 20 anos que estou fora da entidade. Esse ambiente não é formado pelas formigas, mas pelas grandes bombas.

A respeito de ser esquecido pelo grupo que assume a direção da entidade após 1982:

E ai eu te conto uma história: eu tenho uma chacrinha a 100 metros aqui de casa, meio hectare de terra onde planto verdura e estava e apareceu, sabe quem? O François, ele e sua família, ele de óculos escuros, e ai ele me falou: eu acho que conheço o senhor. (Na época dele eu nunca participei, depois do Biffi, nunca mais foi na Federação , o Biffi ficou dois ou três períodos. No primeiro governo do Wilson Barbosa Martins eu cai fora, porque eu fui contrário a uma série de coisas lá e eles falaram que não, então sai.) E ai disse o François: o senhor é o professor Eusébio? É professor, sabe que, um tempo atrás eu estive participando da inauguração da sede dos professores de Ponta Porã e fizeram uma homenagem a todos os ex-presidentes da entidade, o único que faltou foi o senhor. E me diz que no discurso a presidente da entidade falou que o senhor não estava presente, porque o senhor havia mandado um ofício dizendo que o senhor queria que se esquecessem do senhor para sempre, que eu não queria saber de nada.
Bom, então alguém assinou esse documento, porque este documento da minha mão ele não saiu. Ele disse, é bom que o senhor saiba. (Depois ele foi candidato e perdeu e quem ganhou foi a Mara.)

Passa-se um certo tempo e eu fui convidado a um aniversário da professora Cida Nascimento, você não conheceu, a 'Cidona", ai quando eu estou entrando na casa da Cida, primeira pessoa que eu vejo na frente o atual vice regional aqui por Campo Grande, Professor Ademar, ele e a esposa e diz: professor Eusébio até o senhor veio, o senhor tá sumido. Eu falei, mas do jeito que vocês tratam as pessoas tem que sumir mesmo. E contei a história que o François me contou. E eu falei que tinha escrito isto. Ele me disse não adianta que o senhor escreva, não precisa escrever e me disse o seguinte: sabe que na categoria há um ambiente, há uma

névoa ai por cima de que realmente essa é a realidade o que todo mundo pensa em relação para com o senhor.

Vou te dizer, se alguém espalhou essa idéia, claro esta que não deve ter sido a base, quem espalha idéias dessas deve ter sido da direção, eu não sei, quem espalhou isto por ai é problema dele, se espalhou esse ambiente ... e termino agora.

Quando a Mara(ano passado) tomou posse eu fui convidado, e eu fui, nunca ninguém me convidou para nada na entidade, nunca. (E tem mais, eu fui proibido de dar palestra na entidade quando eu era vice regional da CPB, eu fui proibido, não eu pessoalmente, mas os municípios eram proibidos de me convidar.) Então eu fui na posse da Mara, então entrando assim naquele salão, estava lotado, me encontrei com Azarias que estava sentado, e falou para mim: professor até que enfim o senhor apareceu. E eu disse para ele: se vocês não convidam como a gente vai vir? Ele respondeu, 'bom o senhor não vem porque não quer'. Ah, não vem porque não quer?

E eu fico me perguntando: o que será que eu represento para esse pessoal? (momento de silêncio e cabeça baixa do professor).

Indagado se Wilson Barbosa Martins foi um bom governador para o setor da educacional, como afirmam Amarílio Ferreira Júnior e Marisa Bittar, disse o professor Eusébio:

Concordo em partes. Em primeiro lugar o Wilson traiu, olha a palavra utilizada, a categoria na nomeação do Secretário de Educação. E, eu posso dizer que quem elaborou o documento de campanha em relação para com a educação, foi um grupo de professores, onde em definitiva e última instância quem redigiu fui eu.. Então, o Doutor Wilson prometeu indicar um professor para ser Secretário de Educação, pois, foi a categoria que fez a campanha do Wilson, tanto que quando ele toma posse, quando Pedrossian saiu lá, saiu meio tipo corredor polonês de professores. Mas independente disso ele havia se comprometido e ele solicitou o nome de seis professores para escolher entre eles um Secretário de Educação e entre os nomes que saíram, deixa ver se lembro de todos: Biasotto e Rasslan (Dourados), eu, Magoli Baruki (Corumbá) e Valmir Corrêa. Bom, quando os nomes foram levados para doutor Wilson ele falou que nenhum deles encaixava no perfil que ele queria. Mas vai pra lá vem pra cá então chegamos ao consenso de Sultan Raslan e foi indicado como Secretário de Educação. Mas o que conta é que durante a discussão de todas essas reuniões, o Amarílio participava das reuniões e também participa das outras reuniões. Então essa é minha leitura, ele como sempre teve uma participação política muito mais ativa do que a nossa, sempre mais comprometido politicamente e partidariamente, eu não estava filiado a partido político nenhum, mas o Amarílio estava filiado ao partido, PMDB.

Então não foi nomeado o Sultan para Secretário e, eu lembro da reunião no teatro da UCDB, onde estava presente o Doutor Wilson Barbosa Martins, participando da mesa, houve uma palestra e ele indicou que seria o Secretário de Educação aquele que estava a direita dele, o Leonardo Nunes da Cunha, e o Amarílio estava fazendo parte da mesa e, quando foi anunciado que o Secretário de Educação seria o Leonardo Nunes da Cunha, eu vi que o Amarílio levantou o braço todo orgulhoso de ter conseguido uma vitória.

Então, nesse sentido, o Doutor Wilson falhou numa promessa que ele havia feito. Se argumenta que o Leonardo era professor, Leonardo havia sido diretor de uma escola de Aquidauana, ele é advogado de profissão. Então mesmo que ele tivesse lecionado em Aquidauana, profissionalmente ele não era professor, era um advogado.

Em segundo, quando houve a greve no governo de Wilson Barbosa. O comportamento do Wilson foi meio bravo foi quando ele começou a forçar a barra e querer descontar, usar da força contra a categoria e foi nessa época que eu comecei a discordar por completo com o Biffi, porque eu era partidário de romper de vez com o Wilson B. Martins, mas ele havia sido candidato a deputado pelo partido, e ele achou por bem não romper e aí teve uma série de negociações com Wilson Barbosa. Daí que parte realmente o meu afastamento da FEPROSUL eu naquele governo achava que deveríamos romper, dado o comportamento do governo com a categoria.

Em terceiro podemos dizer mesmo que foi feito aquele Congresso para a democracia que na época nós falávamos que era da demagogia. Somente no último ano que o governo Wilson Barbosa começa investir na escola e em educação, nos dois primeiros anos não fez grande coisa pela educação. Não foi ruim, mas não foi tão bom como poderia ser , pelo menos como a gente esperava que fosse. Mas tem um ponto muito positivo que foi reatar com a entidade desfazendo aquela APMS anterior, ele volta a colocar na folha de pagamento as mensalidade da entidade, tem que agradecer e não pode esquecer isso ao doutor Wilson. ele não deu nem pelota para aquela entidade (APMS), nunca mais se ouviu dela.

E o Amarílio e a Marisa exaltam o governo de Wilson Barbosa Martins, pois, eram partes, digamos "interessadas", porque a própria Marisa fez parte do governo e logicamente o Amarílio como esposo havia uma comunicação mais intensa, havia aquele trabalho mais forte deles dentro do partido, e eles sempre se deram muito bem no governo, o doutor Wilson era mais da linha de esquerda, ele que foi do MDB, foi até cassado, então eles como filiados ao PC tinham uma afinidade um pouco maior. Me dá a impressão que eles vêem a coisa assim um pouco com uma ideologia bem definida por parte deles com os princípios dos quais eu também não concordo com alguma coisa, eu não digo tanto da Marisa que eu não cheguei a ler toda a tese, mas do Amarílio sim, e há certos princípios que se não se adaptou aquilo que ele acredita, então não serve.

Depoimento do professor Eusébio a respeito dos líderes sindicais tornarem-se 'profissional em sindicalismo' , esquecendo-se que primeiro são professores

Como essas diretorias todas e, eu conheço gente que nunca entrou em uma sala de aula para saber como anda a educação, pois, olhar por fora é uma coisa. O dia voltei a sala de aula, como Orientador Educacional e que tinha ficado fora da sala de seis anos, eu levei um susto.
Esses senhores nunca mais voltaram para a sala de aula e, alguns nunca entraram, como eles podem saber como anda a educação, eles se tornaram profissionais do sindicalismo, mas não profissionais da educação. Eles precisam estar no meio da escola, é preciso que existe um intercâmbio, uma coisa é me contaram o que acontece na escola e outra coisa é eu viver o que acontece na escola...

Indagado a respeito dos dois trabalhos existentes a respeito das mobilizações dos professores da rede pública estadual, o livro de Biasotto e Tetila e a dissertação de Amarílio, respondeu o professor Eusébio:

> *Sem que o Amarílio me leve a mal, mas quem apresenta maior fidelidade é o livro do Biasotto e do Tetila, tem uma série de coisas que discordo do Amarílio. Eu acho que o Amarílio força um pouco a barra de que entidade nos primeiros anos foi corporativista e outros pontos, não porque eu fui o presidente, além do mais quem sabe o quanto sofreu naquele período só eu sei. Então nesse sentido, como fiel depositário das coisas eu fico mais com o ponto de vista do Tetila e do Biasotto.*

E o período atual não foi esquecido, o professor Eusébio faz uma ligação das diretorias atuais com as lutas da FEPROSUL:

> *Foi lhe colocar um dado, como ruptura – eleito Zeca do PT, Biffi que nunca havia sido eleito para nada, a nível de política, por uma negociata política ele é indicado Secretário de Educação, certo. Qual a reivindicação que a categoria sempre fez de todos os governos, três salários mínimos como piso salarial para a categoria, certo, quando ele era Secretário de Educação vocês fizeram uma greve o que ele respondeu nos jornais, que o governo não tinha dinheiro para pagar. Entrega o boné e seja coerente com a luta que você teve a vida inteira, isto é um recuo. Seja coerente com uma idéia que você defendeu uma vida inteira. Quando ele está no governo e este governo não pode pagar por que? Para mim isto é um recuo da entidade? Por que recuo da entidade, não eu sei que ele era Secretário, mas eu sei que ele comandava a Elza Jorge, comandava a Fátima Aparecida, o François então tudo isto é recuo da categoria.*

José Luiz dos Santos – Vice-Presidente-Regional de Naviraí em duas Diretorias: Primeira de 1992/95 quando François de Oliveira Vasconcelos era Presidente e, a segunda de 1996/98, quando Fátima Aparecida da Silva era Presidente. Está no magistério a 30 anos e foi um dos articulares na fundação da Associação Naviraiense de Professores em 07/04/1979[173].

Primeiro o professor José Luiz falou a respeito da importância do sindicato:

> *Todas as categorias de trabalhadores precisam ter sindicatos, mas que não favoreçam a grupos, é preciso ter o ideal de sempre defender a categoria e, na medida que o sindicato começa a defender ou a compor com 'grupos', começam os descontentamentos e as desconfianças da classe.*

[173] A entrevista do Professor José Luiz aconteceu em sua casa, em Naviraí, com duração de duas horas.

A função que exerceu de vice-regional dentro da Federação e suas frustrações com o movimento sindical:

> *Nos dois mandatos que exerci de Vice-Presidente-Regional de Naviraí (em 1992 e 1996) fui eleito pelo voto, como eram escolhidos todos da diretoria. O Papel do vice-regional, na verdade é ser um mensageiro da Federação nas bases que faz parte da jurisdição da regional, no nosso caso, em Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí e Japorã, nesses municípios sou o legítimo representante da FETEMS.*
>
> *Vou lhe dizer, ultimamente ando desiludido, comecei a cair na real e perceber, junto a categoria que tudo o que eu fazia parecia que não estava bom. Lógico que a gente não é perfeito, mas tudo o que você faz parece que as pessoas acham que falta algo e com o tempo vai se cansando.*
>
> *Quando nós fizemos movimentos grevistas e somos bem sucedidos as pessoas não comentam nada, mas se foi insucesso aí todos comentam que não tivemos competência.*

Enfatizou a questão do mesmo grupo ficar na direção da Federação e da aproximação da entidade com partidos políticos:

> *É obvio que na medida que um mesmo grupo fica no poder, faz parte do comportamento da sociedade, vou usar um termo bem claro, vai se enjoando com a administração. Na FETEMS as últimas diretorias foram pessoas maravilhosas, mas teve falhas administrativas. Para citar uma bem recente: quando o PT ganhou pela primeira vez em 1998, a Federação compôs demais com o governo, eu sempre cobrei* isso, sou filiado ao partido, mas não podemos confundir sindicato com governo, pois, na medida que existe uma composição do sindicato com o governo, vai se enterrar o trabalho perante a base e foi o que aconteceu conosco.
>
> *Veja, quando o Zeca foi reeleito, foi feito um trato entre a diretoria da Federação e o governo que ninguém da diretoria iria assumir cargos, mas foi o inverso, quando Zeca toma posse, vários elementos da diretoria foram para o governo e ai começaram as divergências com as bases, pois, os professores diziam: como fulano e beltrano nos abandonaram e foram para o governo? Então eu vejo que a Federação se envolveu muito com o trabalho do governo, como por exemplo fazer senso de professores, de ativos e de aposentados, isto é competência da Secretária de Educação e não do sindicato.*
>
> *Na minha concepção os Sindicatos e a Federação não podem estar atrelados ao governo, pois, na medida que você tem que cobrar uma solução do governo, você tem autonomia para cobrar, afora se você ocupa cargos de confiança fica mais difícil, tanto é que isso foi uma das causas da derrota da última diretoria da FETEMS em 2002.*

Outro entrevistado é o Presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação – SIMTED/Dourados, José Carlos Brumatti que exerce seu segundo mandado e,

também, ocupado o cargo de Vice-Presidente da FETEMS. Esta no magistério a 18 anos e começou a atuar no movimento sindical no início dos anos 90[174].

Primeiro, destacou um momento difícil do SIMTED de Dourados, pois a diretoria eleita em 1991 acabou rompendo com a Federação:

> *Em agosto de 1991 o Rudimar venceu as eleições e foi um período com problemas e muitos filiados se afastaram do sindicato, pois, havia autoritarismo por parte do Presidente do sindicato que não dava abertura para discussão e isso criou uma ruptura grande com as bases. O Rudimar ficou dois mandatos, de 1991 até 1995, foram 4 anos difíceis para nosso sindicato.*
>
> *O Rudimar conseguiu romper com o grupo do Biffi que tinha uma seqüência, mas o grupo que consegue romper, não conseguiu se organizar e não trouxe a categoria para dentro do sindicato.*
> *Começou um problema da direção do sindicato com a FETEMS, havia um muro entre Dourados e a Federação, uma vez que sempre foram muito alinhados e essas dificuldades aumentam ainda mais por não haver uma certa habilidade da direção do Sindicato de Dourados. O Sindicato começa a se reerguer somente depois de 95 quando o Ricardo assume, as brigas entre a Federação e SIMTED deixam de acontecer.*

A respeito das diretorias da FETEMS e da aproximação delas com os Governos, argumentou com o exemplo mais atual:

> *A direção da FETEMS precisa ser revezada em todos os seus cargos, mas o que sempre se viu é que apareciam sempre as mesmas pessoas, não davam margem para outros começar a fazer parte dessa direção. Havia muita centralização de poder desse grupo, faziam e desfaziam e a base não ficava sabendo de nada.*
>
> *A Federação se aliou demais ao partido do governo, isto para lhe dar um exemplo mais atual. Eu tenho um documento, eu vou procurar e entregar para você uma cópia, que quando o Zeca ganhou o primeiro turno das eleições de 1998, ele foi na Federação e deixou lá esse documento que queria o apoio da entidade. E o apoio foi dado. Mas quando o Zeca vence as eleições o acordo se concretizou da seguinte forma: Pedro Kemp assumia a Secretaria de Educação, desde que o Zeca nomeasse 50 e tantas pessoas indicadas pela FETEMS para o governo e isso jamais nos ficamos sabendo. Esse documento que eu tenho cópia dele.*
> *Então isso foi uma barganha feita desde o início, esse é um dos indícios que mostrava a relação forte do governo e a Federação e agora veja bem, quais são as pessoas que fazem parte do governo? São as que estavam na direção da Federação, pessoas que eram intimamente ligadas aquele grupo, eu nunca fui consultado se queria algum cargo ou não, se tinha uma pessoa para indicar ou não. No Congresso de Ponta Porã, em 2000, eu peguei o microfone e disse que quem de lá, dos delegados presentes tinham tomado conhecimento que a Federação tinha feito esse acordo, ninguém se manifestou que tinha conhecimento disso, com exceção da direção e algum o outro. Esse fato descobrimos dois anos depois e estava evidente.*

[174] O professor Brumatti concedeu sua entrevista no SIMTED/Dourados - 3 horas de duração.

E, infelizmente, o Zeca, com o passar do tempo, começou a se aliar com essa oligarquia e esqueceu dos trabalhadores de forma geral, especificamente com os da educação e esse grupo que estava na direção da FETEMS, que tinha lá os seus cargos dentro do governo, pouco estava se lixando para os trabalhadores, nesse história toda as reivindicações da categoria pouco importavam. Os objetivos eram outros e não o de defender a classe.
Eu sempre ouvi, de professores que estão a muito tempo no sindicato, eles dizem que esse grupo de pessoas que sempre dirigiu a Federação que eles eram muito próximo aos governos, sempre buscaram uma relação mais íntima com os governantes.

Eu não sei o que foi de fato que sempre aconteceu e os motivos de nunca ter ocorrido essa ruptura, que aconteceu com a eleição de 2002, com esse pessoal que desde de o início da FEPROSUL estava na direção. Nós conseguimos ganhar essa eleição, eu não sei o que levou , durante tanto tempo, não acontecer essa ruptura.

O professor Brumatti fez questão de salientar que existiram outros fatores que também ajudaram a mobilização dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense recuar:

O movimento sindical no Brasil e também em Mato Grosso do Sul, a partir da década de 90, com as conseqüências do projeto neoliberal, promovendo alto índice de desemprego e trazendo perdas aos trabalhadores, fez com que existisse recuos entre os sindicatos. E, com a FETEMS, não foi diferente, aconteceu também recuos nas nossas mobilizações sindicais nos anos 90.

Nessa década das entidades sindicais brasileiras passam a ter outras formas de ação e deixam de ser sindicatos combativos, como foram na década de 80 para se tornarem sindicatos propositivos, aceitar passivamente ou tentar negociar mas com perdas e isso afetou a nossa Federação.
A questão de ter que negociar as perdas, para o trabalhador que vive de seu salário, cada vez mais só tende a ver sues ganhos sendo diminuídos. E se percebe que ao invés dos sindicatos crescerem, como na década de 80, eles recuam na década de 90 e, de 30% de trabalhadores que eram sindicalizados, hoje esse índice caiu para 20%. Isso acontece a partir do momento que os sindicatos começam a não ser tão combativos como eram na década de 80.
Então eu faço uma reflexão disso e vejo que as pessoas esperam que os movimentos sindicais sejam mais combativos e que busquem aquilo que é de direito do trabalhador. E isso faz com que muitos desacreditem no sindicato.

A Professora Valdenira de Oliveira[175], filiada à FEPROSUL desde 1985, junto a Associação Naviraiense de Professor, atual SIMTED/Naviraí, atualmente exerce o cargo de Diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental "Vinícius de Morais"

[175] A professora Valdenira de Oliveira concedeu a entrevista em sua casa – duas horas de gravação.

A primeira questão enfatizada pela professora foi a respeito das mobilizações dos professores e do jogo de interesse das diretorias da FETEMS

> *A primeira vez que eu participei de uma mobilização dos professores foi quando eu era ainda estava estudando no Magistério, na Escola Jaracy Alves Cardoso e nós ficamos sabendo que ia acontecer em Campo Grande, uma passeata, isto era no ano de 1982 e como os professores daqui de Naviraí não foram nesse ato, a gente se organizou para ir nesse evento na capital. Foi uma loucura, meu pai não aceitou, ainda mais que nós aparecemos com destaque na televisão.*
>
> *Mas, somente em 1985, quando comecei a exercer a profissão e passei a ser filiada a Associação de Professores de Naviraí, entrei para valer nas mobilizações da categoria. Em 1986 participei do Congresso de Professores em Ponta Porã, depois em Paranaíba, Coxim, Amambai , enfim não perdi nem Congresso, inclusive participei desse último em Bonito, pois, o Congresso é um momento forte para a categoria que discute e define todos os planos de luta.*
>
> *Mas, a partir do Congresso de Amambai em 1989, comecei a ficar um pouco triste com as nossas mobilizações, pois, o presidente do nosso sindicato na época daquele Congresso, nos dizia, como delegados que éramos, que deveríamos sempre votar do jeito que o Biffi votava nas determinações do Congresso. Ele dizia: quando o Biffi levantar a mão, então todos nós levamos a mão também.. A partir dali eu vi que havia um grupo que queria comandar a nossa vontade.*
>
> *Eu acho, Ciro, que esta forma de indução, de defender apenas as ideais daquele grupo, muitas vezes de maneira cega, foi muito ruim para o nosso sindicato e para a nossa Federação, e isso, eu comecei a perceber no Congresso de 1989, nós confiávamos naquele grupo, mas começamos a sentir que aquele grupo não estava muito interessado em nos defender, eles pensavam sim, era no benefício deles próprios e não da categoria. Na verdade eles se esqueciam da categoria. O que sabiam fazer era promover o Biffi, para a categoria nada.*
>
> *E se até 1989 eu não conseguia entender isso, penso que era fruto de não falta de esclarecimento e entender o era realmente ser sindicalizado e fazer parte de um sindicato. Na verdade me sentia uma alienada...*

Também não ficou para traz a questão da última eleição da FETEMS em abril de 2002:

> *O basta para tudo isso foi dado na última eleição da Federação, em abril de 2002, na hora que foram apurar os votos aqui em Naviraí, eu estava presente, e vi que ocorreu um grande tumulto e percebi que aquilo era um jogo de interesses do grupo que sempre ficou nas diretorias da Federação, pois, estavam vendo que a eleição estava perdida e que iriam perder o poder de muitos anos na Federação.*
> *E tem outra questão, depois que o Zeca ganhou as eleições no estado em 1998, os Sindicatos Municipais (SIMTEDs) e a FETEMS passaram a ser uma continuação do Partido do Governo, ou seja, do PT.*

As coisas que deveriam ser feitas pelo Governo e pela Secretaria de Educação, passaram a ser feitas pelos Sindicatos. Pessoas ligadas ao sindicato e disponíveis para trabalhar para defender nós, os trabalhadores, passavam a trabalhar única e exclusivamente para as atividades do governo...

Mas, esse grupo que sempre mandou na Federação eles dizem que tem 48 sindicatos nas mãos deles, dos 67 existentes, mas o que eles tem, são apenas os presidentes e as diretorias, porque, pelo menos aqui em Naviraí foi provado, com os resultados da última eleição, que ainda são os filiados que decidem os destinos da Federação e não a direção do SIMTED.

As seqüelas da falta de democracia na organização sindical dos Trabalhadores em Educação e decepção com a luta sindical:

Eu considero que vivemos um momento muito difícil para reerguemos as nossas bandeiras de luta, acredito que em termos de mobilização dos professores da rede pública de Mato Grosso do Sul, vamos ter que começar do zero... de que vale termos quase 20 mil filiados e ficarmos, como estamos, trancafiados dentro de casa sem acreditar em mais nada? Infelizmente o que vimos até agora foi o sindicato pensando num pequeno grupo e numa minoria e, não no melhor para a categoria ...

E isso vem de longe, pois, a partir de 1989 ou 90, quando passamos a não ser mais Associação e sim sindicato, o que mudou? Não mudou foi é nada ...
O que existia, como falei, era uma maior mobilização, mas pelo fato daqueles governos ser de oposição.

Mas foi duro ser professor na época do Marcelo Miranda teve muita perseguição, foi terrível, aqui em Naviraí principalmente, por que o prefeito da época era do lado do governador, nós apanhamos muito, havia muita represália, agressão e vingança. O Wilson Barbosa Martins que teve um pouco de diálogo com nossa categoria e até tivemos ganhos, mas depois acabamos perdendo tudo.... Mas creio que foi com Pedro Pedrossian com quem mais tivemos perdas salariais.

Mas ressaltou a importância de ter esperança e acreditar na mobilização da categoria:

Mas é preciso acreditar e continuar sendo sindicalizada, pois, acredito que as coisas mudem e que vamos voltar a ser uma categoria unida e reivindicar nossos direitos, pois, ficar em casa e esperando tudo de mão beijada é que não da certo. Eu tenho a firme convicção que é somente através do sindicato que iremos conquistar tudo o que a categoria precisa e, outra coisa, não é com 'jantarzinho', ou apenas com uma ou outra confraternização que iremos conquistar nossos direitos. Infelizmente ainda falta muita conscientização do que seja ser sindicalizado e da importância de manter as constantes mobilizações reivindicatórias. O sindicato não pode ser concebido apenas um lugar que as pessoas vão para diversão ou lazer, ou como é o caso da FETEMS ter o alojamento em Campo Grande para quando precisa ir no médico ter onde ficar. Sindicato é muito mais que isso.

As entrevistas deixam claro que na mobilização dos professores da rede pública estadual, principalmente após as duas primeiras diretorias da FEPROSUL existiram recuos e rupturas.. Entretanto, como argumentado no segundo capítulo, ocorreu uma intensa mobilização da categoria, sobretudo nos anos oitenta quando as formas de organização buscavam envolver um grande número de pessoas no movimento quando aconteciam passeatas, protestos, envio de Cartas aos Governadores e cartas de esclarecimento para a sociedade através das Cartas Abertas à População. O desenrolar das greves demonstram as estratégias elaboradas por uma nova forma de fazer de sindicato, uma vez que o Governo do Estado não cumpria as leis salariais ou não colocava em prática acordos firmados entre a categoria.

Entretanto, na atual conjuntura brasileira, quando temos o Presidente da República como baluarte do movimento sindical, deveríamos vislumbrar maior ascensão dos sindicatos no contexto das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, contudo, pelas manifestações do próprio Presidente, estimulando o 'diálogo', 'entendimento', 'negociação' e envolvimento dos sindicatos na busca de 'sanar problemas sociais', parece que a classe trabalhadora, como sempre fez, deverá continuar lutando para conseguir fazer valer seus direitos. E, como os que vivem da força de trabalho, tendo seus direitos, conquistas e anseios espoliados pelo capital, como irão envolver-se num pacto para reverter os problemas sociais, causados sobretudo pela ganância da classe mantenedora deste capital?

Como elucidado nesse capítulo, o movimento sindical dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul passa por um momento crucial: ou começa a (re)discutir a importância do papel do sindicato em suas mobilizações reivindicatórias e, assim resgatar o contexto histórico de seu papel na defesa dos direitos e conquistas da categoria, com maturidade sindical que acompanhe as mudanças, garantindo minimamente condições de trabalho dignas ou deixa de existir, como originariamente sendo um instrumento de luta de classe (LIMA, 1999, p. 245).

Ao encerrar esse capítulo que buscou ressaltar algumas rupturas existentes na mobilização dos professores, lembremo-nos da ADP e do início da organização estadual do magistério público, quando os docentes douradenses fundam essa importante entidade, como elucidado no segundo capítulo, e em 07 de maio de 1978, no anfiteatro do Centro Universitário de Dourados, Sultan Rasslan, conta essa comovente estória:

> *Numa colônia ao Sul do país, região muito fria, vivia uma família constituída pelo pai, mãe e filhinha de quatro anos. Certo dia a menina desaparece e os pais, evidentemente, começaram a procurá-la. Como a procura se mostrava infrutífera apelaram para a ajuda dos outros colonos, seus amigos. E as pessoas então começaram a procurar a pequena menina pelo trigal que se perdia de vista. De vez em quando voltavam para a colônia com a esperança de que alguém a tivesse encontrado, mas nada. E a noite foi caindo e as buscas continuavam. Então, alguém deu a idéia de todos sedarem as mãos e saírem de mãos dadas, varrendo o trigal de um lado para outro. Assim haveria de achar... De fato, já de madrugada, encontraram a menina, mas era tarde, ela estava morta, enrijecida pelo frio. Então, o pai em desespero, lamentava: por que não nos demos as mãos antes? Por que não nos unimos antes? Se tivéssemos nos unido antes teríamos encontrado nossa filha ainda viva* (BIASOTTO & TETILA, 1991, p. 46).

E Biasotto afirma que Rasslan termina dizendo: *vamos nos dar aos mãos, colegas, antes que seja tarde* (1991, p.46). Essa bela lição que de certa forma lembra Marx e o final do Manifestado do Partido Comunista, deveria ser contada e refletida por todos os Trabalhadores em Educação da rede pública estadual sul-mato-grossense para reavivar as mobilizações da categoria.

FOTOS DO CAPÍTULO I

Foto 01 – Assembléia dos Metalúrgicos no Campo da Vila Euclides

Fonte: Fundação Perseu Abramo

Foto - Manifesto dos Metalúrgicos - Operário unido jamais será vencido lema do novo sindicalismo

Fonte: Fundação Perseu Abramo.

FIGURAS E FOTOS DO CAPÍTULO II

Figura 01 – Ilustração do Jornal Quadro Verde de outro de 1986.

Fonte: FEPROSUL/86.

Foto 03 – Passeata em Campo Grande em 27/05/81

Fonte: FEPROSUL/1981

Detalhe da foto: Aparece um cartaz assinado pela da ADP: “120% de reajuste. 15% para os professores. Vamos lutar”.

Foto 04 – Concentração da Passeata de 11/11/87 em Campo Grande.

Fonte: FEPROSUL/1987

Foto 05 – Grande Passeata em Campo Grande de 11/11/87 (dois momentos).

Fonte: FEPROSUL/1987.

Foto 06 – Protesto contra Marcelo Miranda Soares feito pelos professores em Campo Grande no início de fevereiro de 1991 pelo não pagamento dos salários.

Fonte: FETEMS/91

Foto 07 – Tomada e ocupação da Governadoria em Campo Grande em 14/02/1991.

Fonte: FETEMS/ 1991.

CONCLUSÃO

Ao encerrar esse trabalho, fica posto que na mobilização dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense ocorreram avanços, como ressaltado no segundo capítulo, mas também, aconteceram recuos e rupturas, como posto no terceiro capítulo. Os avanços são demonstrados no intenso movimento para fundar e reativar Associações de Professores, desafiando os atos do Estado Militar que perseguia e punia. Mas, um fato, que se ressalta pela importância, e a categoria do magistério jamais deve esquecer, devido às circunstâncias e aos trâmites em que aconteceu, foi a fundação da FEPROSUL. A coragem e o espírito de abnegação que os professores do interior do estado tiveram - especialmente de Dourados e Aquidauana -, devem ser rememorados e considerados como o fato que firmou o Estado de Mato Grosso do Sul dentro do contexto do Novo Sindicalismo, pois, a grande característica dessa nova forma de conceber o movimento sindical passa a estar presente no novo Estado. Isso se deu pelo fato de os professores do interior enfrentarem a histórica e polêmica ACP. E, como afirmam Biasotto & Tetila, testemunhas oculares daquele episódio: *somente quem participou de tal fundação pôde sentir toda a tensão, o arrebatamento dos espíritos e a emoção, indiscritíveis, daquela reunião (1991, p. 57).*

No início dos anos 1980, o movimento reivindicatório do magistério público no novo Estado solidifica-se quando são intensificadas as formas de organização da categoria, envolvendo um grande número de membros nas mobilizações, protestos, atos públicos, passeatas, envio de 'Cartas aos Governadores' e à sociedade por meio de 'Cartas Abertas'. Porém, é no desenrolar das greves que as estratégias do movimento se consolidam, pois estavam sendo elaboradas por uma nova forma de fazer sindicato, uma vez que o Governo do Estado não cumpria as leis salariais ou não colocava em prática acordos firmados com a categoria. Essas novas práticas sindicais estimulam e intensificam as mobilizações do grupo do magistério, uma vez que como foi ressaltado no primeiro capítulo, estão em consonância com o sindicalismo brasileiro, de modo especial entre o setor privado, no ABC paulista, com maiores ações junto as bases e ao combate irredutível dos direitos trabalhistas,.

Quanto às rupturas que aconteceram nas mobilizações dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense, como visto no terceiro capítulo, deram-se a partir do momento em que um mesmo grupo foi inserido na condução da entidade a partir de 1983. Inicia-se, então, um processo de desvinculação com os membros que haviam fundado a FEPROSUL em 1979, adotando práticas inovadoras na organização do professorado no novo estado.

Na colônia de depoimentos obtidos junto à categoria e, sobretudo, com os que iniciaram e encabeçaram o movimento reivindicatório do magistério, desde 1977 e 1978, constata-se que existe um descontentamento com as atitudes e as formas de condução do grupo que se apossou da Federação em 1983. Fato lembrado por grande parte dos entrevistados, que quando indagados a respeito da existência de rupturas na mobilização dos professores, prontamente respondiam: *só existe um pequeno grupo que manda na FETEMS e dela tira proveito próprio.* Situação que desencadeia a queda, através do voto da base da categoria, desse grupo que há vinte anos estava no poder da instituição, conforme o que disse a professora Valdenira de Oliveira em sua entrevista: *um basta para tudo isso foi dado na última eleição da Federação, em abril de 2002* e, concluiu: *esse grupo que sempre mandou na Federação diz que tem 48 sindicatos em suas mãos, mas o que eles têm, são apenas os presidentes e as diretorias.* Apesar de não ser objeto de estudo desse trabalho, pois, enfatizamos a mobilização de 1979 até 1992, essa eleição confirma uma das hipóteses dessa pesquisa: ocorreram rupturas na mobilização dos professores da rede pública sul-mato-grossense.

Nesse sentido, questiona-se o papel exercido pelas lideranças da FEPROSUL/FETEMS ao 'perpetuarem-se' no poder e, de certa forma, esquecendo-se de exercer sua função de intelectual orgânico, pois, como afirma Gramsci: *Intelectual orgânico é aquele gerado pela classe social em seu desenvolvimento, sendo seu papel fundamental o de dar uma consciência homogênea à classe a que se vincula (*1991, p.115). Esses líderes da Federação ou renegaram seu papel de intelectuais orgânicos ou então buscaram desvincular-se dos anseios e da pujança desprendida nos momentos iniciais, dos atos reivindicatórios da categoria, quando conseguiram promover inúmeras mobilizações e obter históricas conquistas ao professorado, apesar de não terem disponibilidade para os dirigentes sindicais, e não contar com o aparato estrutural atual.

Outro aspecto ressaltado no terceiro capítulo, dentro das rupturas, foi quanto à mudança do nome da entidade em 1989. Não muda a estrutura, pois, continua sendo Federação, mas, troca-se de nome. Trocar de nome é querer esquecer a história daquele

nome. Um fato que chama a atenção, dentro desse mérito, é uma matéria veiculada no jornal Quadro Verde de julho de 1986, respondendo à indagações dos filiados a respeito da entidade ser Federação e não Sindicato. A resposta foi a seguinte: *no Serviço Público ainda não há liberdade sindical, razão por que o agrupamento de associações de classe originário do Serviço Público só é possível em Federação, aliás, tão atuante e operosa quanto o Sindicato*. No entanto, por quais razões no Congresso de Amambai, em 1989, além de ser mantido a estrutura de Federação e trocar de nome, não se transformou a entidade em Sindicato, como nos municípios e na maior parte do Brasil?

Não se pretende finalizar este trabalho, fazendo uma apologia ao fim do sindicato, pois, esses *continuam sendo uma instância indispensável para o aperfeiçoamento das relações de produção, para a defesa dos interesses dos mais desfavorecidos na esfera da produção e para a reconstrução do espírito de solidariedade e de igualdade que anima as iniciativas mais progressistas do ser humano* (CATTANI, 1999, p.230). Quer-se na verdade, que esse trabalho contribua para que a categoria do magistério estadual sul-mato-grossense, passe a refletir, analisar e reformular as arestas deixadas pelas rupturas, conforme fora feito na conclusão da graduação de História, em 1991, ao levar para dentro da Universidade uma discussão, no curso de Pedagogia, a respeito da importância do professor ser sindicalizado, a exemplo do que ocorreu com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Oficial de Ensino do Estado de Santa Catarina – SINTE.

O passado não pode ser mudado, por mais que queira, no entanto, as perguntas dirigidas a ele são movidas pelos interesses e pelas preocupações do presente.

AOS QUE HESITAM! (Bertolt Brecht)

Você diz:
Nossa causa vai mal.
A escuridão aumenta. As forças diminuem.
Agora, depois que trabalhamos tanto tempo,
Estamos em situação pior que no início.

Mas o inimigo está aí mais forte do que nunca.
Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.
Mas nós cometemos erros, não há como negar.
Nosso inimigo se reduz. Nossas palavras de orem estão em desordem.
O inimigo distorceu muitas de nossas pala vras, até ficarem irreconhecíveis.

Daquilo que dissemos, o que agora é falso: tudo ou alguma coisa?
Com quem contamos ainda? Somos o que restou,
Lançados fora da corrente viva? Ficaremos para trás,
Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendo?

Precisamos ter sorte?

Isso você pergunta. Não nenhuma respostas senão a sua.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Carlos A. *O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC***.** Rio de Janeiro : FGV, 1989.

ALENCAR, Francisco. *História da sociedade brasileira.* Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1985.

ALVES, Giovanni. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação produtiva e a crise do Sindicalismo.* São Paulo : BOITEMPO Editorial, 2000.

_____. *Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil.* Campinas, 1998. 417p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – UNICAMP.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho.* São Paulo : BOITEMPO Editorial, 1999

_____. *O novo Sindicalismo no Brasil.* Campinas, São Paulo : Pontes, 1995.

_____. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo : Cortez, 1995.

_____. *A rebeldia do trabalho : o confronto operário no ABC Paulista : greves de 19878/80.* Campinas : UNICAMP, 1992.

_____. *O que é Sindicalismo.* São Paulo : Brasiliense, 1994.

_____. *Crise e Poder.* São Paulo : Cortez, 1986.

BARUFFI, Helder. *Metodologia da Pesquisa.* Dourados : Hbedit, 2001.

BIASOTTO, Wilson Valentim. TETILLA, José Laerte. *O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul : 1978 – 1988*. Campo Grande: UFMS, 1991.

BITTAR, Marisa. *Estado, Educação e transição Democrática em Mato Grosso do Sul.* Campo Grande : UFMS, 1998.

_____. *Mato Grosso do Sul : Do Estado sonhado ao Estado Construído (1892 – 1997).* Tese de doutorado, USP, 1997. 538p.

_____. BITTAR, Marisa. *História, Educação e Transição Democrática em Mato Grosso do Sul (1979 – 1993).* Trabalho apresentado no XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo : ANPUH/USP, 1993.

BLASS, Leila Maria da Silva. Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O Novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis Rio de Janeiro : Editora Vozes, 1999. Cap. 2, p.33-49.

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade : Lembranças de velhos.* São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

BOITO (JR.), Armando. (Org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

BRITO Filho, José Claudio Monteiro de. *A Sindicalização no serviço público.* Curitiba : Genesis, 1996.

BRITO, José Carlos A. *A tomada da Ford. O nascimento de um sindicato livre.* Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 1983

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas.* Magda Lopes (Trad.). São Paulo : UNESP, 1992.

BULHÕES, Maria da Graça. *O movimento do magistério público estadual do Rio Grande do Sul : 1977-1982.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRS, 1983.

_____. *A luta dos professores gaúchos de 1979 a 1991 : O difícil aprendizado da democracia.* Porto Alegre : L&PM, 1992.

CAMARGO, Aspásia. *História Oral: técnica e fonte e fonte histórica.* Rio de

Janeiro : FGV, 1981.

CANÊDO, Letícia Bicalho. *A Classe Operária vai ao sindicato.* São Paulo : Contexto, 1988.

CARR, Edward H. *O que é História.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Avaliação Externa da Política Nacional de Formação da CUT.* São Paulo : Xamã, 1997.

CHAIA, Miguel. *Intelectuais e Sindicalista : A experiência do Dieese (1955-1990).* Ibitinga, São Paulo : Humanidades, 1992.

CHAUÍ, de Souza Marilena et al. *A questão democrática*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.

COSTA, Sílvio. *Tendências e Centrais Sindicais : o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994.* São Paulo : Editora Anita Garibaldi, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes.* São Paulo : Cortez, 1996.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil.* São Paulo : DIEESE, 2001.

FERNANDES, Aníbal et al. *Rumo à CONCLAT – Experiências Sindicais dos últimos 20 anos.* São Paulo : Editora Semente, 1981.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. *Políticas Públicas de Educação : Gestão Democrática na Rede Estadual de Ensino em Mato Grosso do Sul.* Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2000.

FERREIRA (JR.), Amarílio. *Professores e Sindicalismo em Mato Grosso do Sul (1979-1986).* Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2003.

_____. *A luta sindical dos professores públicos Estaduais e Transição democrática em Mato Grosso do Sul: 1979 – 1986.* Dissertação de Mestrado – 1992.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da História.* Antônio Penalves Rocha (Trad.) Bauru, SP : EDUSC, 1998.

_____. *História: análise do passado e projeto social***.** Luiz Roncari (Trad.) Bauru, SP : EDUSC, 1998.

FREDERICO, Celso. *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo : Cortez, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real.* São Paulo : Cortez, 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**.** *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro : FGV, 1986.

GADOTTI, Moacir. *Estado e Sindicalismo Docente: 20 anos de conflito.* São Paulo : ADUSP, 1996.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia* . Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti (Trad.). São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1972 .

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Carlos N. Coutinho (Trad.). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Poder, Política e Partido.* Eliana Aguiar (Trad.). São Paulo : Brasiliense, 1990.

GRECZYSZN, Eliane T. *O protesto do saber: História das lutas sociais dos professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná (1982 – 1988).* Monografia. Especialização em História. Marechal Cândido Rondon (Pr) : UNIOESTE, 1999, 97p.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundo do Trabalho : Novos estudos sobre história Operária.* Waldea Barcellos e Sandra Bedran (Trad.). São Paulo : Paz e Terra, 1987.

_____. *Os trabalhadores : estudos sobre a História do Operariado***.** Labouring Men (Trad.). São Paulo : Paz e Terra, 2000.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro : Objetiva, 2001.

LEOBONS, Luiz Augusto Gerardin Poirot. *Delegando a um Igual – APEOESP – Professores Públicos no Novo Sindicalismo (1976-181).* Dissertação de Mestrado. Niterói : UFF, 1997, 146p.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova.* Eduardo Brandão (Trad.). São Paulo : Martins Fontes, 1993.

LIMA, Jacob Carlos. Para Além do Novo Sindicalismo. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O Novo sindicalismo: vinte anos depois.* Petrópolis Rio de Janeiro : Editora Vozes, 1999. Cap. 11, p. 230-248.

MADEIRA, Maria T. de Carvalho. *O Novo sindicalismo e o movimento de professores de 1º e 2º graus da Paraíba.* Dissertação de Mestrado. João Pessoa, Paraíba : UFP, 1986.196p.

MAIA, Andreia C. N. *APUBH-20 anos : História Oral do Movimento Docente da UFMG.* Belo Horizonte : APUBH-S.Sind.,1998.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo e a prática.* São Paulo : Edições Loyola, 1986.

MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo : democracia e política em volta Redonda.* Rio de Janeiro : Relume, 1993.

MATTOSO, José. *A escrita da História : Teoria e Métodos.* Lisboa : Editorial Estampa, 1988.

MARQUES, José Maria de Oliveira. *A Luta em diversos atos : notas sobre o Ciclo de Greves na Universidade Estadual de Maringá da década de 80.* Monografia (Especialização em História). Maringá, Paraná. : UEM, 2000. 91p.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro.* Rio de janeiro : Vício de Leitura, 1998.

MARX, Karl. *O Manifesto do Partido Comunista (1848)* . Disponível em <http://www.cpvsp.com.br/paginas/biblioteca.htm>

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte.* In: Coleção Os Pensadores. São Paulo : Nova Cultural, 1988.

_____. *Sindicalismo*. José Roberto Marinho (Trad.). São Paulo : CHED, 1980.

_____. *O Capital.* Ronaldo Alves Schmidt (Trad.). Rio de Janeiro : Zahar, 1973.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* São Paulo : Loyola, 1996.

MENEZES, Clarice M. *CONCLAT 1981 – A melhor expressão do movimento sindical brasileiro.* Campinas : Coleção Ildes 3, 1981.

MITSUE, Morissawa. *A História da luta pela terra e o MST.* São Paulo : Expressão popular, 2001.

MONLEVADE, João A. Cabral de. *A Formação do SINTEP/MT.* Cuiabá : SINTEP, 2000.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil.* São Paulo : Brasiliense, 1981.

NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. (1998) *Emergência e Crise do Novo Sindicalismo no Setor Público Brasileiro.* Disponível em: <http://www.pessoal.bridge.com.br/sindicalismo/98GT1832.d.>.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In. BOITO (JR.), Armando. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 3º parte, p. 93-135.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos.* São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

PASTORE, José. *O Futuro do sindicalismo : CUT, Força Sindical e CGT.* São Paulo : Nobel, 1992.

PEDRO, Antônio. *História do Brasil.* São Paulo : FTD, 1987.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico.* Angelina Peralva (Trad.). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

RIBEIRO, Marcos Venicio. *Brasil Vivo II.* Petrópolis : Vozes, 1988

RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O Novo sindicalismo: vinte anos depois.* Petrópolis Rio de Janeiro : Editora Vozes, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. *Força Sindical: Uma análise sócio-política.* São Paulo : Paz e Terra, 1993.

_____. As tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais. BOITO (JR.), Armando. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991. 1º parte, p. 11-42.

_____. *CUT : Os militantes e a ideologia.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990

RUSSOMANO, Mozart V. et al. *O Sindicato nos países em desenvolvimento.* São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 1980.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo : Atual Editora, 1990.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa : O Novo Sindicalismo e a Idéia da Ruptura com o Passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *O Novo sindicalismo: vinte anos depois.* Petrópolis Rio de Janeiro : Editora Vozes, 1999. Cap. 7, p. 114-132.

SENNA, Ester. *Política Educacional de Mato Grosso do Sul na Trajetória das Políticas sociais. Análise e diagnóstico (1980-1990).* Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho Científico*. São Paulo : Cortez, 2000.

SILVA, Eronildo Barbosa da. *Educação e Sindicalismo em Mato Grosso do Sul.* Campo Grande, MS : FETAGRI, 1997.

SILVA, Luís Inácio da. *Lula: entrevistas e discursos.* Guarulhos, São Paulo : Editora O Repórter de Guarulhos, 1981.

SILVA, Sidartha Sória e. *Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil.* Brasília : Fundação Milton Campos, 2001.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária.* São Paulo : Atual, 1994.

SOUZA, Cláudio Freire de. *Terra e poder em Mato Grosso do Sul – As Alianças Políticas e os projetos de Educação.* Piracicaba, 1997. 232p. Tese (Doutorado em Educação) UNIMEP/SP.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária. A força dos Trabalhadores.* Volume III. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre Educação, Política e sindicalismo.* São Paulo : Cortez, 1982.

ZORZATO, Osvaldo. *Anotações sobre a História Oral.* São Paulo : USP, 1992.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT – www.cut.org.br – 14/05/2002 – 22 horas.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - Fundação Getúlio Vargas: http://www.cpdoc.fgv.br – 15/05/2002 – 20 horas.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO : http://www.cpvsp.com.br/ - 15/07/2003 – 24 horas.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO : http://www.fpabramo.org.br – 16/05/2002 – 22 horas.

GRAMSCI E O BRASIL : http://www.artnet.com.br/gramsci/links.htm – 10/06/2002 - 22 horas.

PAGINA PESSOAL DE CIRO JOSE TOALDO : http://www.toaldo.hpg.ig.com.br/index.htm – 16/07/2003 – 01 hora.

PARTIDO DOS TRABALHADORES, Homepage Oficial : http://www.pt.org.br – 23/07/2002 – 21 horas.

PERIÓDICO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO ALTERNATIVA : http://www.rebelion.org/brasil/030413buonicore.htm – 21/07/2003 – 20 horas.

REDE DE DIREITOS HUMANOS E CULTURA : http://www.dhnet.org.br/inedex.htm – 16/07/2003 – 09 horas

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC PAULISTA - http://www.abcdeluta.org.br – 25/05/2002 – 23 horas.

TEMPO LIVRE – http://www.tempolivre.org.br – 20/06/2002 – 22 horas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE/MS :

http://www.tre-ms.gov.br/el1982/resulta82.html – 20/07/2003 – 10 horas.

ANEXOS

ANEXO A – Estatuto da Associação Sul-Mato-Grossense de Professores (ASMP)

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO SUL-MATOGROSSENSE DE PROFESSORES (ASMP)

CAPÍTULO I

Da denominação, sede e fins

Art. 1º. – A Associação Campograndense de Professores, fundada em 21 de abril de 1952, em decorrência de ter sede em Campo Grande e foro no novo Estado de Mato Grosso do Sul, passa a ter âmbito Estadual e a denominar-se ASSOCIAÇÃO SUL-MATOGROSSENSE DE PROFESSORES, tendo como sigla ASMP por decisão de sua Assembléia Geral Extraordinária realizada em 07/02/79 e se regerá pelo presente Estatuto.

Art. 2º. – São fins da ASMP:

a – promover a união do Magistério;

b - defender, perante os poderes públicos, autoridades administrativas e jurídicas, problemas relacionados com a vida funcional do professor:

c – facilitar o desenvolvimento cultural da classe;

d – colaborar como Estado e o Município no estudo e solução dos problemas educacionais;

e – adotar medidas de promoção social;

f – manter intercâmbio com associações congêneres.

CAPÍTULO II

Dos Sócios

Art. 3º. – Poderão associar-se a ASMP todos os professores públicos municipais, estaduais e federais, bem como os professores da rede particular de ensino do Mato Grosso do Sul.

Art. 4º. – São as seguintes as categorias dos sócios:

a – contribuintes – os que contribuem com a mensalidade prevista pelo Estatuto;

b – beneméritos – os sócios que hajam prestado relevantes serviços à Entidade;

c – honorários – as pessoas físicas que hajam prestado relevantes serviços à ASMP.

Parágrafo Único – os sócios honorários podem assistir às Assembléias, não podendo votar nem serem votados, nem ocupar cargos na Entidade.

Art. 5º. – Serão admitidos como sócios contribuintes, todos os professores que:

a – sejam formados com habilitação mínima no Curso de Formação para o Magistério;

b – sejam formados a nível de 3º. grau, com formação pedagógica;

c – os professores não qualificados, de acordo como art. 177, parágrafo 2º. da Constituição Federal ou que comprovem efetivo exercício do Magistério até a data desta Lei.

Parágrafo Único – os associados não qualificados acima continuarão a pertencerem no quadro da Associação.

CAPÍTULO III

Dos direitos dos associados

Art. 6º. – São direitos dos associados:

a – freqüentar a sede social;

b – utilizar-se dos serviços da ASMP, de acordo com os respectivos regulamentos;

c – receber assistência, quando solicitada, relacionada com sua vida funcional;

d – reclamar quando se julgar prejudicado em seus direitos;

e – votar e ser votado de acordo com o Estatuto;

f – tomar parte e votar, nas assembléias gerais, quando quite com a tesouraria;

g – propor à Diretoria ou às Assembléias Gerais, todas as medidas necessárias ao engrandecimento da Entidade;

h – requerer à Diretoria a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, sugerindo ordem do dia, em documento assinado, no mínimo, por 10% do número de associados, em pleno gozo de seus direitos sociais;

i – solicitar sua exclusão do quadro social mediante requerimento dirigido ao Presidente.

CAPÍTULO IV

Dos Deveres dos Associados

Art. 7º. – São deveres dos associados:

a – conhecer, cumprir e fazer cumprir o Estatuto da ASMP, zelando pela existência da Entidade;

b – prestar colaboração aos dirigentes da ASMP;

c – cumprir regularmente seus compromissos financeiros com a Entidade;

d – desempenhar com eficiência o cargo para o qual foi eleito ou designado, exercendo, com fiel observância da ética profissional e dos princípios estabelecidos neste Estatuto;

e – comparecer às Assembléias Gerais e nelas manter-se com a máxima urbanidade;

f – somente tomar atitude pública de caráter coletivo, em nome da ASMP, com a devida aprovação da Diretoria;

g – não permitir, na sede da Entidade ou em reuniões de associados, discussão sobre assunto político, partidário ou religioso;

h – incentivar a solidariedade entre os sócios, evitando os motivos de dissenções (sic) que possam, de qualquer forma prejudicar o bom funcionamento da ASMP;

i – votar nas eleições da ASMP, sob pena de perder os benefícios estabelecidos neste Estatuto.

CAPÍTULO V

Da perda e extinção de Mandatos e das Penalidades

Art. 8º. – Perderão o mandato os membros da Diretoria da ASMP quando:

a – deixarem de comparecer, injustificadamente, às reuniões três vezes consecutivas;

b – agirem contrariamente a estes Estatutos;

c – não cumprirem suas atribuições;

d – deixarem de residir em Campo Grande.

Art. 9º. – São penalidades impostas aos associados pela Diretoria:

a – advertência;

b – exclusão.

Art. 10º. – A penalidade a que se refere a alínea "b" do Art. anterior dar-se-á:

a – quando houver falta de pagamento da mensalidade durante seis meses consecutivos;

b – quando houver transgressão grave e evidente à determinações deste Estatuto.

CAPÍTULO VI

Da Administração Social

Art. 11º. – A ASMP será administrada por uma Diretoria eleita por escrutínio direto e secreto, renovada trienalmente.

Parágrafo 1º. – Os membros da Diretoria deverão residir em Campo Grande, permanentemente, durante o mandato;

Parágrafo 2º. – A Diretoria eleita tomará posse no dia 15 de outubro.

CAPÍTULO VII

Da competência da Diretoria

Art. 12º. – A ASMP terá uma Diretoria constituída dos seguintes membros: um Presidente, um Vice-Presidente, 1º. e 2º. Tesoureiros, 1º. e 2º. Secretários, um Procurador Jurídico, um Bibliotecário, 1º. e 2º. Diretor Social e 2º. Diretor Cultural.

Art. 13º. – À Diretoria compete:

a – cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os regulamentos, deliberações e resoluções da Assembléia Geral;

b – elaborar as normas de serviço necessárias, subordinadas a este Estatuto;

c – reunir-se, mensalmente, com a presença, no mínimo, da maioria simples de seus membros e, extraordinariamente, quando necessário;

d – admitir sócios nas diferentes categorias;

e – organizar o orçamento anual e submetê-lo à apreciação do Conselho Fiscal e posteriormente à aprovação da Assembléia Geral;

f – autorizar as despesas extraordinárias de emergência;

g – excluir sócios que deixarem de cumprir seus deveres e conceder demissão, quando solicitada;

h – receber e estudar reclamações de sócios, dando-lhes as devidas soluções;

i – celebrar convênios ou contratos com Entidades de Direito Público ou Privado ou com profissionais liberais em atendimento às finalidades sociais;

j – examinar e dar parecer sobre as medidas propostas pelos associados para o engrandecimento da Entidade;

l – nomear representantes da ASMP junto a entidades de classe, dentro ou fora do Estado;

m – deliberar sobre afastamento temporário de sócios mediante motivo justificado;

n – aplicar penalidades previstas neste Estatuto;

o – divulgar e dar publicidade aos assuntos de interesse da classe;

p – examinar, aprovando, aditando ou determinando revisão, os balanços e balancetes apresentados pelo Tesoureiro.

Parágrafo 1º. – As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e com a presença mínima de mais da metade de seus membros, tendo o Presidente mais um voto de qualidade, em caso de empate.

Parágrafo 2º. – É vedado aos membros da Diretoria assumir compromissos e tomar decisões isoladamente.

Parágrafo 3º. – Os membros da Diretoria só poderão atuar isoladamente, no cumprimento das atribuições específicas e de rotina de seus cargos.

Art. 14º. – Ao Presidente compete:

a – representar a Associação perante a administração pública, em juízo e fora dele, podendo nestas ocasiões delegar poderes;

b – convocar e presidir reuniões e Assembléias Gerais;

c – cumprir e fazer cumprir todas as deliberações, resoluções e decisões das Assembléias Gerais e da Diretoria;

d – autorizar despesas de expediente, representação e quaisquer outras necessárias ao funcionamento da Entidade;

e – assinar balancetes e balanços juntamente com o tesoureiro geral ou com seu substituto legal;

f – assinar as atas das sessões, o orçamento anual e todos os documentos que dependam de sua assinatura, rubricar os livros da Secretaria e da Tesouraria, bem como visar os cheques bancários emitidos pelo Tesoureiro;

g – nomear e demitir funcionários, de acordo com a necessidade dos serviços, com a aprovação da Diretoria;

h – submeter os relatórios à apreciação da Assembléia Geral, reunida anualmente.

Art. 15º. – Ao Vice-Presidente compete:

a – substituir o Presidente em sua ausência e assumir a Presidência no impedimento do titular;

b – auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;

c – executar as atribuições que lhes forem prescritas pelo Presidente ou pela Diretoria.

Art. 16º. – Ao 1º. Secretário compete:

a – dirigir os serviços de secretaria bem como superintender os demais serviços, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos;

b – despachar com o Presidente ou seu substituto legal o expediente da Entidade;

c – apresentar bimestralmente relatório de seus trabalhos à Diretoria.

Art. 17º. – Ao 2º. Secretário compete:

a – substituir o 1o. Secretário em sua ausência e impedimentos;

b – secretariar as reuniões da Diretoria e outras que houver, redigindo suas atas;

c – ter a seu cargo o arquivo da Secretaria e o fichário da Associação;

d – auxiliar nos trabalhos da Secretaria.

Art. 18º. – Ao 1º. Tesoureiro compete:

a – emitir cheques, juntamente com o Presidente;

b – receber importâncias devidas à Entidade e efetuar pagamentos das despesas orçamentárias;

c – dirigir e fiscalizar os trabalhos da Tesouraria;

d – apresentar mensalmente à Diretoria o balancete financeiro do mês anterior e anualmente, o balancete geral para apreciação do Conselho Fiscal;

Art. 19º. – Ao 2º. Tesoureiro compete:

a – substituir o 1o. Tesoureiro em sua ausência e impedimento e auxiliá-lo em suas atribuições;

b – tombar os bens da Entidade;

c – encarregar-se do arquivo da Tesouraria, tendo em ordem todos os papéis a ele referente.

Art. 20º. – Ao Bibliotecário compete:

a – organizar a biblioteca e o salão de leitura;

b – providenciar a publicação do órgão de divulgação da Associação;

c – manter um serviço de imprensa e de publicidade em geral para maior realce do nome e das atividades da ASMP.

Art. 21º. – Ao Procurador Jurídico compete:

a – tratar de todos os documentos e promover a tramitação dos mesmos, especialmente das consignações nas repartições Estaduais e Municipais, de tudo dando ciência ao Tesoureiro;

b – defender juridicamente a Entidade e seus associados, sempre que se fizer necessário.

Art. 22º. – Ao Diretor Social compete:

a – organizar e dirigir reuniões sociais promovendo a integração dos sócios;

b – promover a recepção de visitantes;

c – prestar contas à Diretoria, no prazo máximo de 10 dias do resultado das reuniões realizadas;

d – apresentar o relatório semestral das atividades sociais realizadas;

e – executar os trabalhos extraordinários solicitados pelo Presidente.

Art. 23º. – Ao 2º. Diretor Social compete:

a – substituir o 1º. Diretor Social em suas faltas e impedimentos;

b – manter em dia a correspondência e o arquivo da Diretoria Social.

Art. 24º. – Ao 1º. Diretor Cultural compete:

a – organizar e dirigir reuniões literárias e artísticas, com a aprovação da Diretoria;

b – promover cursos de caráter profissional ou cultural de interesse da classe;

c – promover conferências sobre temas pedagógicos e culturais;

d – apresentar semestralmente relatório de suas atividades à Diretoria.

Art. 25º. – Ao 2º. Diretor Cultural compete:

a – substituir o Diretor Cultural em sua ausência ou impedimento;

b – organizar e manter em dia a correspondência e o arquivo da Diretoria Cultural.

CAPÍTULO VIII

Do Conselho Fiscal e da sua competência

Art. 26º. – O Conselho Fiscal é constituído por 5 (cinco) conselheiros titulares e 5 (cinco) suplentes, eleitos em Assembléia Geral.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente e elaborará seu regimento interno.

Art. 27º. – Ao Conselho Fiscal compete:

a – emitir parecer pertinente às contas e balanços da Entidade, inclusive ao da conclusão do mandato da Diretoria;

b – examinar, semestralmente, os livros, registros e todos os documentos de escrituração, emitindo pareceres, quando for o caso;

c – reunir-se ordinariamente cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO IX

Das Associações Municipais

Art. 28º. – As Associações de Professores dos municípios do Mato Grosso do Sul serão representadas pela ASMP.

Art. 29º. – Todo sócio das Associações municipais, devidamente reconhecidas pela ASMP, mediante aprovação de seus Estatutos, poderá ser sócio desta última.

Art. 30º. – À Diretoria das Associações Municipais compete:

a – cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as decisões da ASMP e o regulamento da respectiva Associação;

b – zelar pelos interesses da ASMP, dinamizando o funcionamento e as atividades da Associação local, em consonância com a Diretoria da Entidade Mater, e divulgar as resoluções e atividades desta;

c – promover o associativismo;

d – apresentar relatórios anuais à Diretoria da ASMP;

e – comunicar à Diretoria da Entidade Mater, as alterações do seu quadro social;

f – comparecer à sede da ASMP todas as vezes que for convocada.

CAPÍTULO X

Das Assembléias Gerais

Art. 31º. – A Assembléia é o órgão soberano da ASMP, dentro dos limites das Leis em vigor no País e deste Estatuto.

Art. 32º. – Serão ordinárias e extraordinárias e realizar-se-ão em 1ª. convocação com a presença no mínimo, de um quarto dos sócios da ASMP e das Associações Municipais, (dos Delegados destas), em pleno gozo de seus direitos.

Parágrafo 1º. – Não havendo número, será realizada a reunião meia hora depois, com a presença de qualquer número de sócios e delegados.

Parágrafo 2º. – As convocações das Assembléias Gerais serão publicadas pela Imprensa e oficiados às Associações Municipais com 30 dias de antecedência, declarando-se os objetivos das mesmas.

Art. 33º. – O Presidente da ASMP indicará um sócio para presidir os trabalhos da Assembléia, o qual designará dois secretários.

Art. 34º. – As Assembléias Gerais Ordinárias são as que realizarão anualmente, para aprovação da prestação de contas da Diretoria e trienalmente para eleição da Diretoria e Conselho Fiscal.

Art. 35º. – A realização da Assembléia Geral Extraordinária dar-se-á sempre que necessário ou:

a – por convocação do Presidente, da maioria da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

b – por manifestação dos sócios, através de pedido por escrito, formulado à Diretoria, desde que tenha, no mínimo 10% de assinaturas dos sócios, no pleno gozo de seus direitos sociais, citado o número da respectiva matrícula.

Art. 36º. – Compete às Assembléias Gerais Extraordinárias:

a – preencher os cargos que vagarem na Diretoria e no Conselho;

b – decidir em grau de recurso, das reclamações contra atos da Administração Social;

c – discutir e votar os atos praticados pela Diretoria e resolver todos os casos omissos neste Estatuto;

d – conferir diploma de sócio honorário e benemérito, proposto pela Diretoria;

e – deliberar sobre a venda e alienação de bens imóveis pertencentes à ASMP;

f – reformar o presente Estatuto, quando necessário;

g – decidir sobre a contratação de dívidas superiores a receita do ano anterior.

CAPÍTULO XI

Das contribuições

Art. 37º. – Cabe à Diretoria da ASMP fixar a mensalidade a ser paga pelos sócios.

Parágrafo 1º. – Os sócios deverão efetuar os pagamentos das mensalidades na sede das Associações;

Parágrafo 2º. – O novo sócio passará a contribuir para a ASMP a partir do mês em que ingressar na Entidade;

Parágrafo 3º. – O sócio que estiver de posse do recibo correspondente à última contribuição, será considerado no gozo de seus direitos.

Parágrafo 4º. – Os sócios honorários e beneméritos estão isentos de pagamento de qualquer mensalidade.

CAPÍTULO XII

Das Eleições

Art. 38º. – Trienalmene, o Presidente convocará, por Edital, os sócios para eleições da nova diretoria da ASMP, trinta dias antes da extinção do mandato vigente.

Art. 39º. – A eleição se fará pelo sistema de voto direto e secreto, obedecendo os seguintes itens:

a – cada Associação Municipal votará por intermédio de um Delegado na sede da ASMP ou local a ser determinado;

b – as cédulas de votação, contendo as chapas concorrentes serão fornecidas pela ASMP;

c – só poderão votar e serem votados, os sócios que estiverem quites com a tesouraria de sua Associação e que tenham sido admitidos, pelo menos, três meses antes das eleições;

d – em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo Presidente seja o sócio mais antigo da ASMP, persistindo o empate a chapa cujo Presidente for mais idoso;

e – a eleição far-se-á em data e horário estabelecido no Edital;

f – não será permitida a reeleição consecutiva do Presidente;

g – só poderão fazer parte das chapas concorrentes, os associados residentes em Campo Grande há, pelo menos, três meses.

Art. 40º. – Os sócios pertencentes a qualquer Associação, vinculada a ASMP, poderão concorrer aos cargos eletivos desde que estejam de acordo com o estabelecimento no Art. 38º. e 39º.

CAPÍTULO XIII

Do Patrimônio Social

Art. 41º. – Constitui Patrimônio da ASMP:

a – as contribuições dos sócios;

b – as doações e legados;

c – os bens e valores adquiridos e os lucros pelos mesmos produzidos.

Art. 42º. – Para a dissolução da ASMP é necessário que seja aprovada em duas Assembléias Gerais Consecutivas, com interregno de 30 dias.

Art. 43º. – No caso de extinção da ASMP, o destino de seu Patrimônio será decidido em Assembléia Geral.

Parágrafo Único – O Patrimônio da ACP passará a ASMP e continuará pertencendo exclusivamente aos associados de Campo Grande.

CAPÍTULO XIV

Dos Estatutos

Art. 44º. – Este Estatuto só poderá ser reforçado por proposição da Diretoria ou dois terços dos delegados municipais, mediante aprovação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO XV

Art. 45º. – Este Estatuto entrará em vigor na data de seu registro em Cartório de Títulos e Documentos desta Comarca.

Parágrafo Único – A atual Diretoria da ACP, dirigirá a ASMP até 15 de outubro de 1980.

Campo Grande, MS, 1979

ANEXO B – DOCUMENTO FINAL DO I SAMPROSUL

FEDERAÇÃO DE PROFESSORES DO MATO GROSOS DO SUL
FEPROSUL

DOCUMENTO RESULTANTE DO I SEMINÁRIO DAS ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS DE PROFESSORES DO MS – SAMPROSUL

Com a finalidade de:

- Conscientização da Classe de Professores;

- Iniciar os primeiros contatos com os Municípios, para criação de Associações, onde ainda não existe;

- Estudar os problemas mais urgentes da classe;

- Apresentar propostas de soluções, a Federação de Professores de Mato Grosso do Sul, reunida no auditório do SENAI, após análise e estudo dos problemas que enfrentam os professores do Estado e visando a melhoria do ensino, vem pelo presente apresentar as conclusões a que o grupo de professores chegou.

Na oportunidade da elaboração deste documento, a classe estava representada por delegações de vinte e oito municípios: Anastácio, Angélica, Antônio João, Aquidauana, Bandeirante, Bataguassu, Bonito, Caarapó, Camapuã, Campo Grande, Corumbá, Deodápolis, Dourados, Eldorado, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Ivinhema, Itaporã, Jardim, Larário, Mundo Novo, Nioaque, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante, Rio Negro, Terenos, Três Lagoas; com o propósito de colaborar com o Estado e não simplesmente no levantamento dos problemas mais urgentes do ensino, apresentando também propostas de solução aos mesmos.

Os pontos que foram mais debatidos e para os quais solicitamos de V. Excia (sic) uma urgente solução são os que seguem:

1 – <u>IPEMAT</u>

Em várias cidades do Estado o atendimento prestado pelo Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso, já não existe, em outras os médicos passaram a cobrar taxas que vão até Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros), como diferença.

Enquanto isso se processa, é descontado religiosamente do salário mensal dos professores um percentual de 6% (seis por cento) para o Instituto, e esse dinheiro é enviado para os cofres do Estado de Mato Grosso.

Não é justo que o IPEMAT deixe de oferecer assistência aos seus beneficiários. Não é justo, nem compreensível, pois que afinal, o atendimento médico hospitalar não significa uma esmola que o professor recebe e que, portanto, pode ser dada ou tirada à revelia; mas sim, um direito inalienável que reside no dever do Instituto assistir àqueles que pagam para tal fim.

Os médicos ao cobrarem taxas extras para consultas estão agindo erroneamente porque tal taxa é ilegal.

Certos serão aqueles que deixaram de atender, porque eles não tem obrigação, como profissionais que são, a trabalharem para um Instituto cuja idoneidade é discutível, já que não consegue saldar seus compromissos financeiros.

Então, a nosso ver o único responsável por tais malefícios que vêm sendo causados aos professores é o IPEMAT, e cabe ao Governo de Mato Grosso do Sul a responsabilidade de procurar soluções urgentes para tais males, uma vez que é o sucessor de Mato Grosso.

A criação no Estado de um Instituto de Previdência e Assistência Social será a única solução que permita que tais problemas não voltem a acontecer. Esta criação não pode ser protelada e sim agilizada pela administração, com a preocupação voltada para todos os funcionários do Estado, que de uma ou de outra forma sofrem os prejuízos expostos acima.

2 – ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Os professores que ingressaram no magistério de Mato Grosso do Sul neste ano de 1979 ainda estão sem receber, sem vencimentos.

Casais de professores, estão até mesmo passando necessidades materiais, sem se dizer nos vergonhosos cortes em seus créditos.

Não é possível entender-se que professores cumpridores de seus deveres passem por tantos vexames por culpa de uma Fundação de Educação que, em sete meses de existência, não conseguiu sequer proceder ao pagamento desse pessoal.

Juros e correção monetária, são a nosso ver, imprescindíveis. Se esses professores que tem seus salários em atraso forem pagar suas contas de água, com atraso, pagam uma taxa maior. Se forem pagar um imposto qualquer com atraso, terão que

pagar juros e correção. Em tudo praticamente, nesse tempo de inflação são computados juros e correção monetária. Ora, por que não se aplicar também nos salários desses professores essa regra praticamente geral?

3 – IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA

O Plano de Carreira do Magistério de Mato Grosso do Sul é um trabalho inédito no Brasil. Ele foi elaborado pelos próprios professores. Evidentemente, houve regras estabelecidas pelo governo. Isso, sem dúvida, contribuiu para que o Plano não possa ser considerado ideal Todavia, foi procurado o melhor e podemos considerá-lo um bom plano; um plano que estabelece a carreira do professor e do especialista de educação e lhe dá uma boa margem de segurança profissional.

A Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul – FEPROSUL solicita de V. Excia (sic) medidas que viabilizem a implantação urgente do referido plano, uma vez que foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 102/79 D.º 06/06/79, assim como o Manual de Instruções e os Instrumentos de Opção D.º 28/06/79, faltando simplesmente uma ordem superior para que o Grupo de Trabalho para tal fim constituído inicie a operacionalização do plano.

4 – PAGAMENTO COM EFEITO RETROATIVO

Pelo Decreto nº 174/79 DO 21/06/79 foi fixado o salário básico das carreiras funcionais do professor e do especialista de educação, que garante ao professor o direito de receber conforme o já estabelecido e a partir da data de sua publicação.

Por este motivo os professores julgam-se no Direito de receber seus salários de acordo com os novos níveis salariais, tanto para aqueles que já se encontram enquadrados (efetivos com nível, classe, tempo de serviço, Lei 3601 de 16/12/1.974), como para aqueles que estando em exercício na data da publicação dos níveis salariais venham a ser enquadrados quando na implantação do Plano de Carreira.

5 – LOTAÇÃO DE DELEGADOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Em todos os campos de atuação social é respeitada a qualificação profissional para o exercício das funções atinentes à mesma. Somente no campo da Educação é que freqüentemente acontece de Cargos de Responsabilidade serem ocupados por pessoas alheias à mesma, tal como o cargo de Delegado Regional de Educação e Cultura e outros. Como é possível que a Educação, uma das metas prioritárias do Governo

do Estado e formadora da personalidade de nossos filhos que serão os responsáveis pelo amanhã de nosso Estado, possa resolver seus problemas, quando muitas vezes os fornecedores de soluções são desconhecedores da própria Educação?. Por este motivo a FEPROSUL solicita de V. Excia (sic) que o preenchimento de tais cargos sempre seja feito por pessoal especializado no Campo Educacional e com uma experiência mínima de 5 anos no exercício do magistério.

Os resultados do I Seminário de Associações Municipais de professores de Mato Grosso do Sul nos levam a pensar que, em curto espaço de tempo os profissionais do Ensino, conscientes de sua responsabilidade perante a Comunidade, assim como dos seus direitos, estarão prontos a uma colaboração mais eficiente com o Governo em prol do Ensino, da mesma forma que, sempre dispostos a um diálogo franco e leal, tanto na formulação de problemas como na procura de soluções para os mesmos.

Campo Grande, 28 de julho de 1.979.

(ass.) **EUZÉBIO GARCIA BARRIO**

Presidente

ANEXO C

TABELA Nº 06 - TITULARES DO GOVERNO ESTADUAL MATO GROSSO DO SUL – MS

01.01.1979 a 12.06.1979	HARRY AMORIM COSTA
13.06.1979 a 30.06.1979	LONDRES MACHADO (Presidente da Assembléia Legislativa)
30.06.1979 a 28.10.1980	MARCELO MIRANDA SOARES
28.10.1980 a 07.11.1980	LONDRES MACHADO (Presidente da Assembléia Legislativa)
07.11.1980 a 15.03.1983	PEDRO PEDROSSIAN
15.03.1983 a 14.05.1986	WILSON BARBOSA MARTINS
14.05.1986 a 15.03.1987	RAMEZ TEBET (Vice-Governador)
15.03.1987 a 15.03.1991	MARCELO MIRANDA SOARES Vice-Governador GEORGE TAKIMOTO
15.03.1991 a 01.01.1995	PEDRO PEDROSSIAN
01.01.1995 a 01.01.1999	WILSON BARBOSA MARTINS Vice-Governador – ANTONIO BRAZ GENELHU MELO
01.01.1999 a 2002	JOSÉ ORCIRIO MIRANDA DOS SANTOS Vice-Governador – MOACIR KOHL
01.01.2003 a 01.01.2007	JOSÉ ORCIRIO MIRANDA DOS SANTOS Vice-Governador Egon Krakhecke

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 10 de agosto de 2003.

CIRO JOSÉ TOALDO

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo